

**A renovação do ensino de história ibérica, contribuições
do mestrado profissional da Unifal**

ORGANIZADOR
Cláudio Umpierre Carlan

**A renovação do ensino de história ibérica, contribuições do
mestrado profissional da Unifal-MG**



2020

Organizador: Cláudio Umpierre Carlan

Autores: Raquel dos Santos Funari, Crosley Rodrigues Gomes, Júlio César Carmo de Sá, Gentil Cândido da Silva, Cláudio Umpierre Carlan, Matheus Donizeti Lima, Cristina Santos Lúcio, Bruno Santos Nogueira Pena, Lucas Matthiesen, Denise Carvalho Augusto, Tallyta Anny Reis Araújo

Editoração: Marlom César da Silva e Claudio Umpierre Carlan

Apoio à Editoração: Marlom César da Silva

Revisão: Marlom César da Silva e Claudio Umpierre Carlan

Capa e contra-capas: Cláudio Umpierre Carlan - Ponte construída no século IX, Besalú, província de Girona, Catalunha, Espanha.

Foto: Cláudio Umpierre Carlan

**A RENOVAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA IBÉRICA, CONTRIBUIÇÕES
DO MESTRADO PROFISSIONAL DA UNIFAL**

Alfenas-MG
UNIFAL-MG
2020

© 2020 Direitos reservados aos autores. Direito de reprodução do livro é de acordo com a lei de Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

A renovação do ensino de história ibérica, contribuições do mestrado profissional da Unifal



Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 Centro – Alfenas – Minas Gerais – Brasil – CEP: 37.130-001

Reitor: Sandro Amadeu Cerveira

Vice-reitor: Alessandro Antonio Costa Pereira

Sistema de Bibliotecas da UNIFAL-MG / SIBI/UNIFAL-MG

Organizador: Cláudio Umpierre Carlan

Coautoria de capítulos: Raquel dos Santos Funari, Crosley Rodrigues Gomes, Júlio César Carmo de Sá, Gentil Cândido da Silva, Cláudio Umpierre Carlan, Matheus Donizeti Lima, Cristina Santos Lúcio, Bruno Santos Nogueira Pena, Lucas Matthiesen, Denise Carvalho Augusto, Tallyta Anny Reis Araújo

Apoio à Editoração: Marlom César da Silva

Revisão: Cláudio Umpierre Carlan

Algumas das pesquisas constantes deste eBook foram financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), por meio de Bolsas.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

R419 A renovação do ensino de história ibérica, contribuições do mestrado profissional da Unifal / Organizador: Cláudio Umpierre Carlan. -- Alfenas -- MG : Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020. 123 f.: il. –

ISBN: 978-85-63473-44-8 (E-book)

Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks>

Inclui Bibliografia.

Vários autores

1. História Ibérica. 2. Ensino. 3. Educação. 4. Arqueologia. 5. Cultura Material. I. Carlan, Cláudio Umpierre (org.) II. Título.

CDD-946

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da Silva
Bibliotecário-Documentalista CRB6/2735

Sumário

Apresentação

Raquel dos Santos Funari.....	7
Capítulo 1.....	9
Análise sobre a colonização grega do Golfo de Rosas, através das fontes clássicas e arqueológicas.	
Crosley Rodrigues Gomes	
Capítulo 2.....	27
Recaredo, o rei fiel sobre a ótica de Isidoro de Sevilha.	
Júlio César Carmo de Sá	
Capítulo 3.....	47
Conquista e Romanização na Península Ibérica	
Gentil Cândido da Silva	
Cláudio Umpierre Carlan	
Capítulo 4.....	57
Análise da Sociedade Tartessa a Partir da Arqueologia Processual	
Matheus Donizeti Lima	
Capítulo 5.....	67
À margem direita do Guadalquivir: a fundação da <i>Colonia Patricia Corduba</i>	
Cristina Santos Lúcio	
Capítulo 6.....	78
Mudanças políticas e religiosas do século IV em Roma	
Bruno Santos Nogueira Pena	
Capítulo 7.....	92
O Audiovisual como Estudo da Península Ibérica: as construções representativas da conquista romana (218 – 29 a.C), através do Cine Documentário <i>Hispania, um produto de Roma</i> .	
Lucas Matthiesen	
Capítulo 8.....	99
A Visão Política de Helena de Constantinopla (306 -a 337). Uma Análise Numismática.	
Denise Carvalho Augusto	

Capítulo 9.....111

A Regulamentação Jurídica das Terras entre os Visigodos.

Tallyta Anny Reis Araújo

Desafios do ensino de História

Raquel dos Santos Funari¹

Na sala de aula, é um desafio a cada dia. Uma aula não é a mesma que outra, para turma diversa, ainda que seja sobre o mesmo conteúdo. Só quem leciona sabe disso e tira, para si, lições, a começar por levar em conta que só a experiência, a prática, leva ao aperfeiçoamento. Não basta a vocação, ainda que necessária: ninguém persevera naquilo que não lhe seduz. A cada nova aula, aprende-se muito. Isso dizia Paulo Freire e Florestan Fernandes, mas não era para eles, como pode parecer, algo derivado da teoria apenas, um desejo que assim fosse, mas constatação prática de professor. Em seguida, aprende-se com o duplo movimento de estudo, por parte do professor, do tema a ser abordado e de como transpor esse conteúdo para o público escolar específico, ao considerar desde a faixa etária ao gênero, passando pela diversidade de renda, étnica, cultural, religiosa, entre outras características. Por fim, a reação dos estudantes fornece elementos preciosos ao professor: como as brincadeiras foram percebidas, as risadas, o interesse, até mesmo os bocejos, tudo constitui elemento de aprendizado e aprimoramento para o docente.

Um dos principais desafios no mundo todo constitui em formar profissionais da educação capacitados e motivados. Disso depende a promoção da igualdade de oportunidades, a minoração das desigualdades e a produção de pessoas satisfeitas, em primeiro lugar consigo mesmas e, daí, com os outros. A formação de docentes, ou licenciaturas (“com licença para ensinar”), reveste-se de importância singular, sintetizada na frase “todo médico, advogado ou engenheiro teve um professor”. Sem professor, nenhum outro. Quando lecionei em uma escola judaica, era chamada de morá (professora, feminino de moré, professor) e foi-me dito que soubesse que eu “indicava” o caminho, “jogava” (esse o sentido da raiz semítica) as possibilidades para o aprendiz. Que responsabilidade!

Mestrados profissionais voltados para o ensino seriam uma das iniciativas, mundo afora, para aperfeiçoar a formação docente, de modo a dar oportunidades de aprimoramento para licenciados preocupados com o aprofundamento da reflexão e da prática docente. O Brasil não ficou atrás e órgãos federais, estaduais, municipais,

¹ Líder do Grupo de Pesquisa Ensino de História, cadastrado no CNPq e sediado na Unicamp, em pós-doutoramento no Departamento de História da UFPR, sob supervisão da Professora Renata Senna Garraffoni.

universidades e outras instituições passaram a apoiar a continuidade, na pós-graduação, da formação docente. A História constitui um caso muito particular, apenas comparável à literatura e à arte, ao instilar o interesse na imaginação. Rômulo e Remo, Moisés deixado no cesto no Nilo, D. Pedro e o grito às margens do Ipiranga, são narrativas imaginadas, História (e estória), literatura, arte. A dimensão onírica, o sonho, faz parte, essa uma dimensão tão profícua, fértil e produtiva de sentimentos no ensino de História. Formam-se pessoas pela sensibilidade.

Os mestrados profissionais em História inserem-se nesse movimento de criação de crianças, futuros cidadãos, por meio do aperfeiçoamento docente. Uma originalidade do programa da Universidade Federal de Alfenas, Unifal, consiste na temática ibérica, tão importante, mas pouco explorada. Alunos e ainda mais os professores ressentem-se disso. O clássico de Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez, sobre “A Península Ibérica Entre o Oriente e o Ocidente” (São Paulo, Atual, 2002) continua iniciativa isolada de obra de apoio didático, tão importante quanto rara. Em seguida, destaque-se a vocação transdisciplinar do programa, ao congregar estudiosos de variada formação e atuação. Como costuma acontecer, as circunstâncias adversas contribuem para o aprimoramento. A convivência, em um mesmo curso, de profissionais com diversa formação favoreceu uma interação não só do corpo docente, como dos alunos, provenientes de diferentes graduações. Ainda como consequência dessa diversidade, a ênfase nas questões epistemológicas, com a explicitação de questões teóricas, ressalta a originalidade do programa.

Uma das consequências está na preocupação com a divulgação das pesquisas e práticas, como neste volume, ao juntar parte do que melhor se produz no programa de mestrado profissional. Mostra a transdisciplinaridade, ao unir as fontes escritas às arqueológicas, iconográficas ou numismáticas, as letras e a literatura, o direito e as ciências da religião, para citar as mais evidentes nos capítulos. Em termos epistemológicos, o imaginário dos usos do passado, com as recepções e recriações (como o rei Davi e Recaredo), a hibridação, com a mescla étnica e cultural, a valorização das mulheres, constituem testemunhos da fertilidade da teoria aplicada ao ensino, presentes nos capítulos da obra. O mais importante disso tudo é o foco no ensino. O professor sente-se, às vezes, abandonado em sala de aula, não pelos alunos, mas pelos poderosos. Nem sempre bem remunerados ou reconhecidos, os professores precisam ouvir o quão importantes são. Este volume, entre outros méritos, acadêmicos, tem este, de colocar o ensino no centro. Melhor recomendação não poderia haver.

Análise sobre a colonização grega do Golfo de Rosas, através das fontes clássicas e arqueológicas.

Crosley Rodrigues Gomes²

Quando estudamos o processo de migração dos povos gregos pelo mar Mediterrâneo devemos estar atentos a alguns detalhes importantes. Principalmente para um entendimento melhor das necessidades que os motivaram a deixar suas *Polis* de origem e partirem para conquistar e tomar posse de outros territórios muito afastados de sua terra natal.

Neste sentido podemos apontar alguns dos problemas que passara a surgir tanto nas *kíklades* ou seja, nas várias ilhas que formavam os territórios helenos, quanto também no espaço continental. Dentro destes problemas citaremos o aumento elevado da população e com isso passa-se a ter um uma necessidade maior de espaço e também o aumento na produção de alimentos.

Assim, destacamos outro problema bastante comum nas regiões dos Bálcãs: a qualidade do solo. Pobre em nutrientes, mas bastante rico em rochas. Existem muitas montanhas o que dificulta também o acesso e contato de um povo com outro. Como podemos observar neste trecho de Funari

As três regiões continentais são o Peloponeso, ao sul, que se liga à parte central por um pequeno istmo, a Ática, na Grécia central, e, separada por uma cordilheira e acessível pelas Termópilas, está a região norte. Devido à profusão de montanhas, a comunicação entre os habitantes de uma região e outra era possível pelo mar ou por estreitas passagens no relevo acidentado, dificultando os contatos entre eles. (FUNARI, 2009, p. 13).

Devido a essa escassez de nutrientes o solo grego, não oferecia uma agricultura muito desenvolvida. Suas principais fontes de cultivo era a plantação de oliveiras e de parreiras. Além disso, a partir do século VI a.C. se intensifica as invasões Persas por várias partes da Ásia Menor, nas *kíklades* e mesmo os territórios continentais passam a sofrer com a intervenção dos povos conquistadores asiáticos.

Listando esses problemas podemos começar a entender a necessidade que esses povos passam a ter de se locomover para outras regiões buscando fortalecer o seu comercio e o melhor desenvolvimento de sua agricultura. Neste sentido observamos que a migração se fez maior pelo Mar Mediterrâneo, onde constatou-se um grande

² Mestre em História Ibérica, PPGHI / UNIFAL-MG

assentamento nas regiões sul da Península Itálica e chegando até mesmo no extremo ocidente na Península Ibérica. Também podemos observar uma migração pelo Mar Egeu e mesmo pelo Jônio onde os povos gregos passam a se acomodar nos territórios que eram chamados de Ásia Menor (na atual Turquia).

Neste trabalho vamos focar neste processo de migração helena rumo ao extremo ocidente, mais precisamente para a Península Ibérica, onde foram fundadas várias cidades dentre elas podemos citar Emporion, Ullastret, Girona, entre outras. Nosso foco será mais concentrado na fundação e na formação de Emporion.

Por meio dos escritos de Estrabão ficamos sabendo que Emporion teria sido fundada pelos Focenses, povos gregos que se localizavam na Ásia Menor e teria sido fundada por colonos vindos da Eritreia e também de Teos por volta do século VIII a.C. Focéia ficava localizada no golfo de Esmirna na atual Turquia.

O geógrafo Pausânias nos apresenta alguns relatos sobre a fundação de Focéia;

Os focenses são por nascimento originários de (...) Fócida ao pé do Parnaso, os quais passaram à Ásia com os atenienses Filógenes e Damão. A região foi tomada dos de Cime não por guerra, mas em virtude de um acordo. Porém, como os jônios não os receberam no Paniônio até tomarem reis da raça dos Códridas, por isso aceitaram dos de Eritras de Teos a Deetes, a Periclo e a Abarto. (PAUSÂNIAS, 2000, 7, 3, 10).³

Heródoto também em seus relatos nos apresenta uma visão dos focenses onde descreve que estes teriam sido os grandes pioneiros das longas viagens por mar e que teriam descoberto o Adriático, a Ibéria e mesmo Tartessos. O autor também faz referência ao encontro que estes exploradores teriam tido com o rei Argantonio que os teria convidado a se estabelecerem em seus domínios, não conseguindo os persuadir a deixar a Jônia e sabendo do avanço dos Persas, o rei teria destinado recursos para que os focenses pudessem construir um muro em volta de sua cidade para se protegerem. Como podemos constatar no fragmento abaixo:

Foram os Fócios os primeiros entre os Gregos a empreender longas viagens marítimas e a conhecer o mar Adriático, a Tirrênia, a Ibéria e Tartessos. Não se serviam de embarcações redondas, mas de navios de cinquenta remos. Tendo chegado a Tartesso, caíram nas graças de Argantônio, rei dos Tartéssios e que governou durante oitenta anos, tendo vivido cem anos. Souberam, de

3 Minha Tradução: ([7.3.10] The Phocaeans are by birth from the land under Parnassus still called Phocis, who crossed to Asia with the Athenians Philogenes and Damon. Their land they took from the Cymaeans, not by war but by agreement. When the Ionians would not admit them to the Ionian confederacy until they accepted kings of the race of the Codridae, they accepted Deoetes, Periclus and Abartus from Erythrae and from Teos.).

certo, fazer-se estimar por esse soberano, que lhes aconselhou a deixar a Jônia e a se estabelecerem na região de Tartesso que mais lhes conviesse; mas não conseguindo persuadi-los e tendo sabido por eles que as forças de Creso aumentavam cada vez mais, deu-lhes certa soma de dinheiro para cercarem sua cidade de muralhas. Essa quantia devia ser considerável, pois eles ergueram um círculo de muralhas de grande amplitude, todas de pedras enormes agregadas de arte. (HERÓDOTO, 1985, p. 107-08.).

Este relato de Heródoto nos auxilia a entender os avanços que os foces fizeram pelo mar Mediterrâneo e um pouco de suas relações com os povos que foram encontrando pelo caminho. Embora a descrição sobre o rei Argantônio não tenha coerência histórica, já que sabemos que os habitantes de Focéia não se sentiram acudados pelos Persas até a conquista da cidade Sardes. E isso só teria ocorrido no ano de 545 a.C.

Assim observamos que, conforme ocorria o avanço dos Persas através dos territórios gregos, conquistando cidade após cidade, ficou claro que haveria a necessidade de boa parte da população grega deixar seus lares e partirem em busca de um território que pudesse oferecer mais segurança e também melhores condições de vida.

Neste sentido, acredita-se que os foces ajudaram a fundar várias colônias em diversas regiões, como por exemplo, no norte junto ao mar Negro colonizaram Amisos e Lampsaco, mas sua trajetória teria sido mesmo junto ao mar Mediterrâneo onde se assentaram em Massália (atual Marselha), Alália (atual Aléria) e por fim Emporion (atual Ampúrias).

Este processo ajudou a estender a influência da cultura grega por várias partes da costa do Mar Mediterrâneo. Considerando-se que a ideia de fronteira na Antiguidade era muito fluida, ou seja, não há como determinar com exatidão o que era de domínio de um povo e o que era de outro. Por exemplo, para os helenos o fato de se possuir territórios vastos, onde poderiam praticar a agricultura e explorar seus recursos naturais. Esses territórios, não possuíam vestígios da cultura grega, ou seja, os povos que ali viviam não falavam, não cultuavam os mesmos deuses e nem sequer se vestiam como eram determinadas as características que um povo deveria ter para ser considerado um “civilizado”. Aqueles que não se encaixavam dentro das características determinadas eram denominados “bárbaros”.

Deste ponto de vista podemos observar que, para os povos gregos estes territórios pertencentes aos chamados, por eles de “bárbaros”, eram vistos como terras livres, onde se acreditava que era livre sua conquista e sua permanência nestes territórios. E analisando várias colônias que os helenos passam a conquistar ao longo do Mediterrâneo

pode-se perceber que logo após serem fundadas adquiriam características de uma região livre para ser explorada.

Segundo nos apresenta Estrabão, a colonização de Emporion teria ocorrido em duas etapas diferentes. A princípio os focos fugindo das perseguições Persas teriam se instalado em uma ilha chamada de Massália. O local teria sido escolhido de forma estratégica já que esta ilha era próxima ao continente e também seria mais fácil a sua defesa como podemos observar neste trecho:

Tal fato relacionado à dupla fundação de Emporion – instalação provisória em uma ilha ou zona de fácil defesa próxima à costa, seguida de estabelecimento de uma colônia nas proximidades – apresentou outros paralelos na história da colonização grega. Para citar alguns, na Itália Parténope e Neapolis, Silaris e Poseidônia; na Líbia, Platea e Cirene; no Mar Negro, Beresan e Ólbia. (CRESPO, 2006, p. 31)

Como podemos notar no trecho da autora Jeanne Cristina Menezes Crespo a escolha de locais estratégicos era comum entre os povos helenos, não foi utilizado apenas no caso de Emporion, mas também percebe-se que em outras regiões as medidas para a sua instalação foi o mesmo.

A princípio as primeiras instalações eram utilizadas para se estabelecer os primeiros contatos com os povos nativos da região, conhecê-los melhor, após os contatos estabelecidos os colonos então migravam para o território onde seria fundada a cidade definitiva, em caso de não haver segurança este local era então abandonado e um outro local era procurado, sempre se tomando as mesmas precauções.

O local escolhido deveria proporcionar uma razoável distância entre os colonos e os povos nativos, e também oferecer alguns recursos indispensáveis para a sustentação da cidade. Sua localização deveria oferecer facilidades para a proteção da cidade, além disso, também era necessário que o local possuísse uma nascente ou rio, como fonte de água potável, e acima de tudo deveria oferecer também terras férteis para uma futura plantação.

Depois da fundação da cidade definitiva o local do primeiro assentamento era geralmente transformado em um local de culto para as divindades. No caso de Emporion, segundo Estrabão a cidade tinha como sua deusa protetora Ártemis Efésia, mas em recentes escavações foi encontrado um templo dedicado ao deus Asclépio, o que nos faz pensar que o texto de Estrabão seja inconclusivo.

O local escolhido pelos focos no continente para a fundação de Emporion também apresentava ser um ponto estratégico como podemos observar neste trecho “Por último, essa fundação, ao sul do golfo de Rosas, constitui-se em um local de excelente

refúgio para os navegadores vindos do Norte, pelo Golfo de Lyon” (CRESPO, 2006, p. 32).

Nos primórdios da colonização eram quase nulas as relações de comércio já que as escavações não apresentam muitos vestígios de uma atividade comercial mais aguda.

Segundo Crespo

A contabilidade dos materiais gregos encontrados nos assentamentos do nordeste catalão nesse momento (quatro taças e três ânforas) espalhados por assentamentos como *Penya Del Moro*, *Mauss de Mussols*, *Les Massiens de S. Miquel*, ou *Alorda Park*, não são o bastante para confirmar a presença de atividade comercial. (CRESPO, 2006, p. 32).

A grande dificuldade que temos para entender as relações comerciais emporitanas estaria no fato de desconhecermos se os seus vínculos estariam ligados diretamente à Focéia, ou se podemos dizer que estaria relacionada a Massália, faltam fontes que precisem este fato.

O que podemos notar é que Massália nos séculos VI e V a.C. conseguiu um forte desenvolvimento comercial devido ao seu sucesso no plantio de parreiras, oliveiras e cereais (CRESPO, 2006, p. 33), possibilitando a troca de mercadorias por uma área que se estendia por boa parte do Mar Mediterrâneo, chegando inclusive até mesmo na Gália. Vários assentamentos massalotas passaram a ocupar boa parte do território que seria hoje a França, a Itália e também a Espanha.

Estrabão nos descreve Massália e suas *hypékooi* a expressão grega pode ter muitos significados, mas é sempre utilizada como um oposto a autônomo. As fontes textuais (Estrabão inclusive) sempre descrevem que Emporion teria sido fundada por Massália, mas o que não fica claro nos textos antigos é qual seria a real relação entre essas duas cidades. Neste sentido é difícil afirmar se de fato havia uma autonomia de Emporion, ou se esta era de fato um assentamento de Massália. Como podemos observar nesta passagem:

Para Aristóteles, uma *polis* era “um conjunto de cidadãos o suficiente, para viver em autarquia”. Em Emporion, existiam cidadãos, desta forma existia uma estrutura política, e até uma autarquia possível. Seria, assim, Emporion uma *polis*? Em caso afirmativo, sua condição de *polis* atestaria sua independência de Massália; ou Emporion poderia ser uma *polis*, e ao mesmo tempo dependente de Massália? Qual o tipo de relação entre Emporion e Massália: política, econômica ou ambas? Apenas as escritas são capazes de nos responder tais questões? (CRESPO, 2006, p. 41)

As indagações que a autora apresenta acima são pertinentes, já que é difícil ter uma total certeza acerca da autonomia de Emporion. Quando analisamos as fontes podemos perceber que alguns autores fazem algumas descrições importantes acerca das instituições políticas da cidade. Tito Lívio, por exemplo, cita a presença de um magistrado, que tinha como principal função vigiar o portão de acesso à cidade. O que nos faz acreditar que poderia existir uma estrutura de governo na cidade, já que trabalhava um funcionário público. Porém nem sempre este fator é protuberante para se afirmar que uma unidade governamental autônoma em Emporion sobre isso Crespo Comenta:

Porém, ainda nos impossibilita saber qual seria o regime de governo emporitano, pois sabemos que no mundo grego a possibilidade de elegibilidade dos cargos públicos não estava tão ligado a um tipo ou outro de governo. Atualmente, os cargos elegíveis têm que ver com Estados que vivem em regimes democráticos, o que não era uma realidade para a Antiguidade grega. (CRESPO, 2006, p. 41-42).

Devido à enorme escassez de dados proveniente das fontes escritas fica difícil poder afirmar se Emporion seria de fato uma *polis*, ou não. Estrabão também apresenta uma considerável quantidade de informações sobre Massália e suas relações com os vários assentamentos provenientes da colônia focéia, mas mesmo seus dados não auxiliam a se ter uma afirmação acerca desta autonomia.

As principais fontes que descrevem a presença focéia no território continental de Península Ibérica nos apresenta que a cidade de Emporion seria na verdade dupla, ou seja, podemos observar em vários autores que após a sua fundação foi construído uma muralha que a dividia ao meio.

Isso teria sido feito com o intuito de separar os colonos foceus-massaliotas dos povos nativos que Estrabão chama de indigetes. Muitos cronistas da antiguidade fazem menção a construção desta muralha, um exemplo é, Plínio para o qual: “Emporiae, esta geminada com os antigos nativos e com os gregos, que descendem dos foceus...” (PLÍNIO *apud* CRESPO, 2006, p. 44).

Tito Lívio também apresenta o sentido duplo da cidade de Emporion como podemos ver no fragmento abaixo:

...Naquela época Emporiae se compunha de duas cidades separadas por uma muralha. Habitavam em uma os gregos, originários da Focéia, como massaliotas; na outra, os hispanos. Porém a cidade grega que se até o mar, estava em volta por uma muralha circular de menos de 400 passos; a cidade hispana, mais afastada da praia, estava rodeada por uma muralha de 3.000 passos (CRESPO, 2006, p. 44).

Estrabão também nos apresenta sua visão sobre o fato:

Os ampúrianos habitavam antes uma ilha situada perto da costa, que na atualidade é denominada Cidade Velha; pois agora habitam o continente. Ampúrias é uma cidade dupla, separada por uma muralha: anteriormente haviam vencido um grupo de indígetes, que, embora tenham sua própria forma de governo, por razões de segurança desejaram viver sem problemas com os gregos no mesmo recinto amuralhado, e este estava dividido em dois, delimitado no meio por uma muralha; mas com o tempo convergiu com a mesma organização política, uma mescla das leis bárbaras e gregas, como já vinha acontecendo em muitos outros lugares. (ESTRABÃO, 2009, p. 241).

Em ambas as descrições acima podemos notar a semelhança no que diz respeito a construção da muralha e a separação dos colonos focos dos indígetes, mas o que se diferencia seria a forma como os fatos são apresentados. Enquanto Tito Lívio apresenta um cenário de total desconfiança grega aos povos indígetes, o mesmo não se pode observar nos escritos de Estrabão que aponta as mesmas desconfianças, mas com o tempo isso começa a se perder e uma aproximação entre os dois povos tem início.

O contexto que Tito Lívio apresenta talvez seja bastante coerente já que as insurgências dos nativos naquele momento eram comuns. Acredita-se que a cidade não só possuía esta muralha em seu centro como também possuía uma forte muralha que a protegia de possíveis invasões de povos que podiam atacar pelo continente. O que faria sentido devido ao fato de a Península Ibérica possuir uma variedade grande de populações e na maioria das vezes era muito hostil.

Neste sentido, observamos certa lógica no texto de Estrabão em relação a aproximação entre os dois povos, pois, com o tempo torna-se necessária uma aproximação entre eles. Se observarmos o cenário hostil que habitavam. Diante disso podemos entender que todo o tipo de aliança poderia fazer a diferença no que diz respeito a proteção do território, mesmo que para isso fosse necessário uma aliança entre gregos e povos “bárbaros”.

Dando continuidade ao relato de Estrabão também é possível observar que com o tempo a resistência vai diminuindo. Sobretudo pela necessidade de sobreviver. As muitas disputas entre eles e o perigo de invasão vindo de fora leva a uma necessidade de união. Mas é interessante observar que não existiu uma imposição cultural drástica de uma cultura sobre a outra. O texto nos mostra claramente que existiu uma mescla entre as leis “bárbaras” e gregas. Nos relatos não é possível constatar se houve uma destruição de uma cultura em detrimento de outra. As culturas vão se adaptando.

Outro elemento interessante nos aponta Peter Burke que podemos assimilar no estudo da colonização grega é a ideia de migração, onde os povos que saem de sua terra natal por questões religiosas, políticas e econômicas. Nesta necessidade em buscar condições melhores de vida, o choque entre culturas acaba sendo inevitável. (BURKE, 2003).

Neste caso podemos observar que a necessidade de recursos naturais como prata, ouro, chumbo e a busca por terras férteis leva os gregos a uma jornada pelo mar Mediterrâneo, colocando-os em contato com várias outras culturas. Com isso surge a necessidade de adaptação. Apesar dos gregos não aceitarem muito bem se relacionar com povos não gregos no caso da conquista de um território este convívio se faz necessário, por uma questão de sobrevivência.

A arqueologia tem conseguido através de várias escavações descobrir diversas informações sobre a cidade. Dentre estas descobertas encontramos um templo dedicado ao deus da medicina grego Asclápio como podemos contemplar nas imagens abaixo:



Figura 1- Estátua de Esculápio

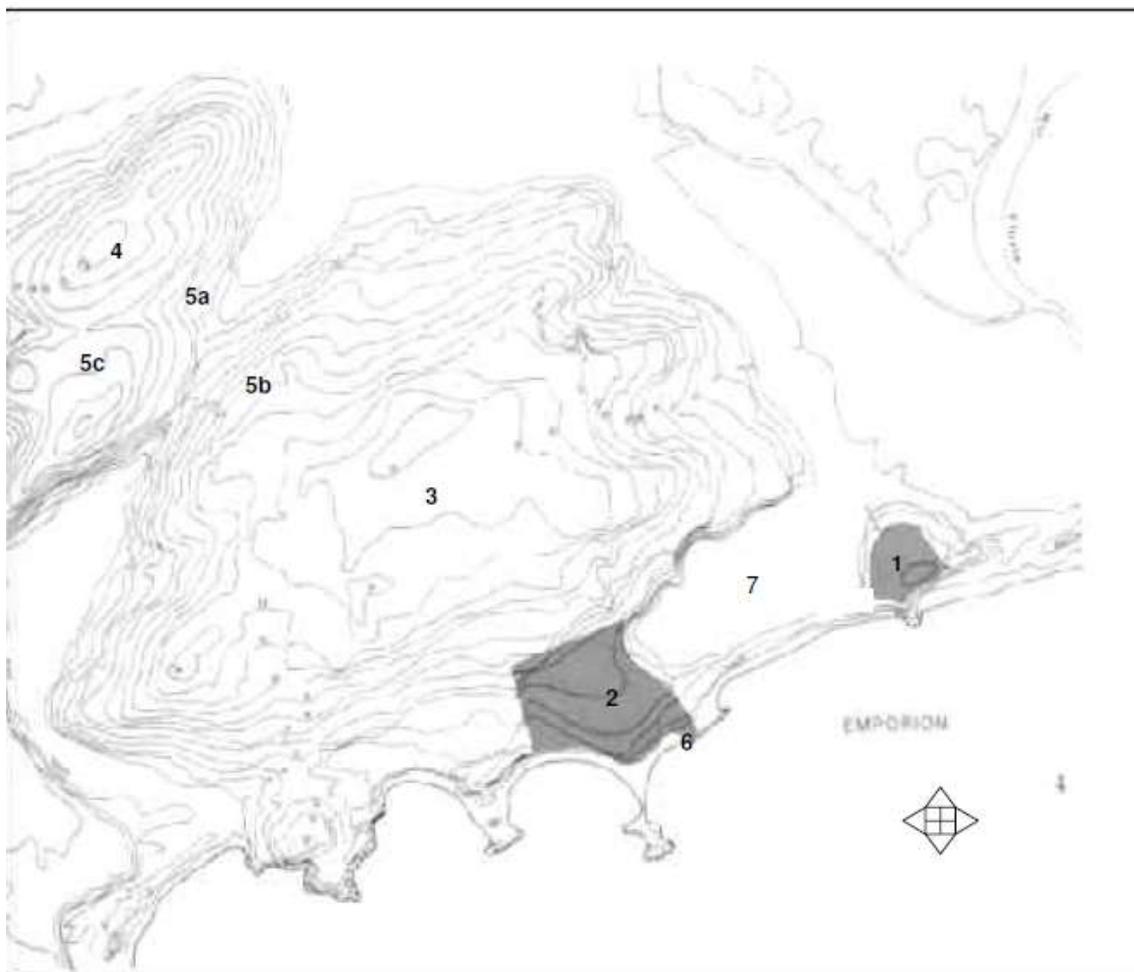
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 2- Mapa com a localização de Emporion no Golfo de Rosas.

Fonte: Disponível em: <<http://blogs.sapiens.cat/socialsenxarxa/2010/06/07/empuries-la-gran-polis-grega-a-catalunya/>> Acesso em: 20 out 2016.

Acima podemos observar um mapa de como seria Emporion, que fica localizada ao sul do Golfo de Rosas, na parte nordeste do que seria hoje a Catalúnia. A cidade grega ficava bem de frente para o mar e ao fundo podemos contemplar o que seria a cidade romana que foi fundada logo após a conquista da Península pelos romanos no final do século III a.C.



Mapa Topográfico de Ampúrias

Figura 3- Mapa que representa a topografia de Ampúrias.

Fonte: CRESPO, 2006, p. 50.

Legenda: Os números indicam a localização de cada um dos assentamentos e estruturas a serem citados:

- 1) Atual Sam Martíde Ampúrias, antiga *Palaia Pólis*, primeiro assentamento colonial grego fundado na primeira metade do século VI a.C. e, posteriormente, centro tardo-romano e medieval.
- 2) A Neapólis, cidade grega estabelecida em terra firme desde 550 a.C.
- 3) Cidade romana, de nome desconhecido, criada a inícios do século I a.C., no local dantes ocupado por um acampamento militar romano. Na época de Augusto, esse recinto unificou-se com a cidade grega, convertendo-se no *Mucipium Emporiae*.
- 4) Colina de Les Corts, Utilizada como cemitério em diversas etapas da história de Ampúrias.
- 5) Igrejas do período da Alta Idade Média.
5a) Santa Margarida 5b) Santa Magdalena 5c) Sant Vicenç.
- 6) Dique helenístico (séculos II –I a.C.)
- 7) Antigo porto natural de Emporion, antigamente enseada, atualmente aterrado pela ação natural do tempo sobre o terreno

Como nossa pesquisa tem como delimitação temporal o período que se estende do século V a.C. ao início do século IV a.C. vamos nos centrar mais na formação da *Neapólis*, deixando de lado a *Palaia Pólis*, esta apesar de não ter sido abandonada pelos focos-massaliotas passou a ocupar uma função mais secundária dentro da colônia.

O núcleo cívico da *Pólis* a partir do século V a.C. passa a ser a *Neapólis*, sendo transferido para este local o centro político, comercial e religioso. As pessoas passam a se alojar também neste novo território.

Uma das possíveis razões para a mudança talvez tenha sido a busca de uma melhor localização, já que o local onde foi instalado o novo centro cívico era mais próximo a baía, isso facilitaria o transporte de mercadorias para o porto, além é claro de uma visibilidade mais ampla do mar facilitando a vigilância.

Muitas escavações têm sido realizadas nas localidades de Ampúrias, mas apesar disso é muito limitado nosso conhecimento sobre períodos anteriores aos séculos II e I a.C. Segundo Crepo:

Apesar da intensa atividade científica desde 1908, o conhecimento acerca das fundações da *Neapólis* emporitana ainda é muito limitado. As estruturas mais visíveis atualmente correspondem à última fase de ocupação deste assentamento, aproximadamente séculos II e I a.C. E, geral, a investigação arqueológica centrou-se sobretudo na *ágora*, na *stoá*, nas ruas principais, na área religiosa e nas muralhas da cidade. (CRESPO, 2006. p. 51)

Neste sentido pode-se observar que a linha de pesquisas arqueológicas elas se centraram mais nos núcleos principais que formavam a cidade, podemos ver que muitas das fontes materiais que estão sendo encontradas e estudadas estão sendo retiradas quase sempre dos pontos específicos apontados pela autora mencionada.

Por meio dos estudos realizados na *ágora* já é possível afirmar que essa localidade deve ter sido o centro comercial da cidade, onde praticamente todos os assuntos cotidianos eram debatidos. Os negócios eram feitos, nesta que podemos chamar de uma praça pública. Os assuntos debatidos na *ágora* não se limitavam apenas ao comércio. Neste local também se debatia assuntos referentes a política e a religião. Não é exagero considerar a *ágora* o local mais importante de uma *Pólis*.

A *stoá* seria um prédio onde as pessoas se reuniam para tratar de assuntos comerciais. Era formado por um corredor cercado por colunas que sustentavam um telhado. Nela as pessoas podiam tratar de seus negócios de uma forma mais protegida já que o ambiente fechado gera sensação de segurança. Com o passar do tempo as *stoá* vão ganhando um conceito arquitetônico mais complexo. Muitas passam a possuir dois andares.

Já as ruas principais teriam uma grande importância já que ali havia um grande fluxo de pessoas. Podemos entender quais os caminhos por onde as pessoas se locomoviam para se alcançar os principais centros cívicos da cidade. Nas escavações

realizadas nessas ruas os arqueólogos encontraram muitos objetos que as pessoas deixavam cair ao longo do tempo. Muitos cacos de cerâmica, moedas e até mesmo peças de vestuários foram encontrados ao longo das ruas principais.

E por fim, encontra-se a área religiosa, está talvez seja a localidade mais visitada pelos habitantes da cidade se equivalendo até mesmo com a *ágora*. Nas escavações realizadas na cidade de Ampúrias o principal templo encontrado praticamente intacto teria sido o construído em louvor ao deus da medicina Asclépio. Nesta localidade foi encontrada uma estátua perfeita da divindade, além de um alicerce perfeito do que teria sido o templo.

A estrutura espacial de Emporion não se diferenciava muito de outras *Pólis* ao longo do Mar Mediterrâneo. Conforme Crespo:

... a fisionomia atual da *Neopólis* é formada por um retângulo, mais ou menos regular, cujos lados maiores estão orientados em direção Norte-Sul (*cardus*), e cuja medida está em torno dos 250 m de extensão, cada um. Os dois lados menores, em direção Leste-Oeste (*decumanus*), possuem 145 m de extensão, cada um. A superfície urbana da *Neapólis* abarcaria em torno de 3,6 hectares. Aplicando os cálculos estabelecidos por Tarradell para calcular o número de habitantes de Ibiza e que situam o número de habitantes por hectares em 300, teríamos para Emporion um total de 1100 habitantes, incluindo homens, mulheres, crianças. Tal número talvez poderia aumentar devido a população fluente que poderia viver junto ao porto, além dos eventuais habitantes da *Palaia Polis*, que com a extensão de quase 2 hectares pudesse abrigar mais ou menos 600 pessoas... (CRESPO, 2006. p. 51-52).

Neste trecho da autora Jeanne Crespo se pode ter uma noção bem clara de que não só do desenho que formava a cidade, mas também uma análise precisa de como teria sido a densidade demográfica da *Pólis*. Segundo a autora é possível acreditar que habitavam na região uma média de 1700 pessoas usando os cálculos desenvolvidos por Tarradell.⁴

Outro fator relevante que podemos citar sobre as descobertas arqueológicas seria a muralha que protegia a cidade. A princípio considerava-se que esta muralha tenha sido construída na região sul da cidade, próxima a área dos santuários onde se encontrou também um forte sistema defensivo voltado para o mar.

As muralhas tinham como principal função proteger a cidade de possíveis invasões. No início a população tinha como sua principal preocupação as possíveis invasões pelo mar, talvez por isso sua construção tenha se iniciado pelo lado sul, mas ao

4 Miquel Tarradell foi um grande estudioso da cultura Fenícia na Península Ibérica. Foi professor de História e Arqueologia na Universidade de Barcelona. Entre suas obras mais importantes podemos citar "*Economia de La colonización fenicia*." E também *Estudios de Economía Antigua de La Península Ibérica*.

longo do tempo podemos perceber o avanço em sua construção e o fechamento de toda a *Neapólis*. Devido ao seu crescimento vertical é muito difícil para os arqueólogos conseguirem informações precisas de quanto tempo teria levado para se fechar todo o círculo em volta da cidade. Precisamente só é possível conseguir informações mais detalhadas somente do que foi construído do século II a.C. em diante, pois, setores referentes a este período sobreviveram ao longo do tempo.

Estudos também referentes as muralhas nos informam sobre a existência de um forte aparato defensivo que protegia a cidade. Encontram-se vestígios de torres de vigilância construídas com pedras maciças, mas uma característica interessante seria um aumento deste reforço principalmente nas muralhas do setor leste e oeste.

No princípio, conforme a fonte a grande preocupação que a população tinha seria com possíveis invasões de inimigos vindos pelo mar. Com isso houve então um empenho para que se construísse uma muralha no setor leste da cidade. Esta teria sido a primeira a ser construída, no entanto se percebe que o mar não era a única porta de entrada para se tentar tomar a cidade, fato que impulsionava o desenvolvimento de novas construções, passando a ter também uma muralha cercado toda a extensão da *Pólis*.

O Setor Leste seria a região que era cercada pela costa, por esta razão podemos perceber que existia um grande empenho em sua proteção, foram construídas várias torres de vigilância de pedras maciças. Este setor era importante principalmente pelo acesso que ele proporcionava ao núcleo urbano da cidade por essa razão acredita-se que havia um grande interesse por parte dos habitantes em proteger essa localidade.

No que se diz respeito ao setor oeste podemos dizer que apesar de ser fortemente protegido por várias torres de vigilância também, este setor sofreu menos alterações ao longo da história da colônia grega.

Tendo como referência os estudos realizados pelos arqueólogos considera-se que o setor sul da cidade só passou a se desenvolver mesmo após a conquista romana ocorrida por volta do século II a.C. Os romanos teriam a princípio construído uma nova muralha neste setor e isso contribuiu para que a cidade, enfim pudesse crescer se desenvolvendo um pouco mais para o sul.

O santuário de Emporion teria sido construído por volta do século IV a.C. e honra do deus Asclépio como podemos constatar neste trecho:

Na primeira metade do século IV a.C., houve a construção do santuário em honra a Asclépio – divindade grega da saúde e da purificação. Nas escavações realizadas em 1986, nesse setor, descobriu-se que, debaixo das fundações do

santuário de Asclépio, existiam fundações mais antigas, pertencentes a um outro santuário, de construção datada no século V a.C. cuja divindade homenageada seria desconhecida. (CRESPO, 2006, p. 54)

Nesta passagem de Crespo podemos observar que o santuário erguido em Emporion seria para o deus Asclépio, que por sinal era uma divindade muito adorada fora dos grandes centros, que podemos citar como as grandes *polis* como Esparta, Atenas, Argos entre outras, pois acredita-se que por estarem muito distantes dos grandes centros e ter poucos recursos como médicos e remédios mais sofisticados, muitos habitantes honravam a Asclépio pedindo a está divindade a purificação de seus corpos e também saúde.

Quanto às escavações que encontraram vestígios de um santuário construído anteriormente ao de Asclépio, podemos especular que a princípio os habitantes de Emporion honravam a deusa Artêmis como nos aponta os escritos de Estrabão. Já que Emporion teria sido formada por colonos vindos de Massada, que cultuavam a deusa. Ao longo do tempo o culto a deusa poderia ter sido deixado de lado e a população optou por alterar suas homenagens à outra divindade, mas lembrando que todo este levantamento é apenas uma especulação. As escavações até o momento não conseguiram comprovar esta teoria.

Na mesma região onde se encontram os santuários, também podemos encontrar o que teria sido um bairro além das muralhas que alguns estudos nos levam a acreditar que seria o local descrito por Estrabão onde viveriam os povos indigetes;

O que nos interessa no momento é mencionar o fato de as campanhas de escavações de 1986 detectaram, sob a estrutura inferior desta área dos santuários, um conjunto de habitação domésticas feitas em pedra, datadas da última metade do século V a.C., que funcionaria como um tipo de bairro *extra muros*. Tal bairro foi incorporado ao perímetro urbano após a reformulação das muralhas. Tal fato levou os pesquisadores a atribuírem tal agrupamento à comunidade indigete que provavelmente habitava as cercanias de Emporion. (CRESPO, 2006, p. 55)

O fato das comunidades indigetes habitarem esta localidade nos leva a crer que a região do santuário seria um local comum entre os dois povos para realizarem seus cultos e prestarem homenagens as suas divindades. Podemos dizer também que para os foces-massaliotas conseguirem manter uma relação pacífica com seus vizinhos indigetes seria necessário vê-los como aliados. E parece que o santuário poderia ser uma peça importante para este fim, já que esta localidade sempre transmitia uma aura de tranquilidade e paz.

O santuário, assim como a muralha do setor oeste, não sofreu mudanças ao longo de todo o período histórico da colônia grega, até mesmo após a conquista romana, por exemplo, o templo a Asclépio foi mantido, uma vez que os romanos que passaram a viver na localidade também cultuavam esta mesma divindade. Podemos dizer que o santuário só teria sido abandonado após a mudança de local da cidade romana. Está foi construída mais acima de onde ficava a cidade grega.

Falaremos um pouco sobre a região portuária de Emporion, que era de extrema importância para o desenvolvimento da cidade, uma vez que tinha como sua principal área econômica o comércio. Muitos eram os produtos que chegavam, mas também a colônia enviava muitos produtos para outras localidades pelo Mar Mediterrâneo, nunca nos esquecendo que Emporion extraía prata, estanho e cobre, a cidade também tinha uma agricultura bem desenvolvida onde se podia cultivar trigo. Por essas razões podemos perceber a necessidade de se possuir uma boa área portuária.

No local onde localizava-se o está atualmente aterrado. O que se sabe é que na antiguidade existia ali um grande encontro de águas tanto do mar como de um rio que possuía sua foz na região portuária de Emporion, mas ao longo do tempo toda esta região foi aterrada para que fosse formada uma parte da costa que da atual cidade espanhola. Por essa razão também é muito difícil ter alguma noção de como era o funcionamento do porto antes do período do século II a.C.

Referências

ALMAGRO BASCH, Martín. Ampurias. *Cahiers d'histoire et d'archéologie (Institut d'études occitanes. Nîmes)*. Barcelona, v. 11, n. 9, p. 38-45, 1948.

_____. *Excavaciones de Ampurias: últimos hallazgos y resultados*. In: ARCHIVO Español de Arqueología 18, Barcelona, n. 59, p. 59-75, 1945.

ANTUNES, Celso. *Manual de Técnicas, de dinâmicas de grupo, de sensibilização de ludo pedagógica*. 22. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María. *Gerión y otros mitos griegos de occidente*. In: Revista Gerión, Madrid, n. 01, p. 21-38, 1983.

_____. *La colonización griega en el cuadro de la colonización griega en occidente*. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE COLONIZACIONES, 1., 1974, Madrid. *Anais* [...] Madrid: [s. n.], 1974, p. 65-77.

_____. *Fenícios, Griegos y Cartagineses en Occidente*. Madrid: Cátedra, 1992.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega. Volume 1*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1986.

_____. *Mitologia Grega. Volume 2*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987.

_____. *Mitologia Grega. Volume 3*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987.

BRENELLI, Rosely Palermo. *O jogo como espaço para pensar*. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BULHÕES, Marcelo. *A ficção nas mídias: um curso sobre a narrativa nos meios audiovisuais*, São Paulo: Ática, 2009.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

_____. *O que é História Cultural?* Tradução de Sergio Goes de Paula 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CARLAN, Claudio Umpierre, As Origens Históricas e a Configuração Sócio – Política da Grécia Arcaica. *História e-história*, 18 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=99>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. *Um Estudo Comparativo dos contatos Estabelecidos entre Emporitanos e Indigetes: O Caso Emporitano e o Oppidum de Ullastret (500-350 a.C.)*. Rio de Janeiro. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ESTRABON. *Geografía de Ibéria*. Tradução de Javier Gómez Espelosín. Madri: Alianza Editorial, 2009.

FONTES HISPANIAE ANTIQUAE. Hispania Antigua según Pomponio Mela, Plínio el Viejo y Cláudio Ptolomeo. Dirigidas por A. Schulten y J. Maluquer de Motes. División y Ciencias Humanas y Sociales. Universidad de Barcelona, 1987.

FORTUNA, Cláudia Regina Alves Prado. *O Ensino de História- Uma narrativa aberta: uma possibilidade teórica- metodológica para a construção do conhecimento histórico escolar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A, FEITOSA, Lourdes Conde, SILVA, Glaydson José (org). *Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. (Org). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. *Antiguidade Clássica. A história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. *Grécia e Roma*, Editora Contexto, São Paulo, 2009.

_____. (org). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História e Audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

HESÍODO. *Teogonia a origem dos deuses*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Editora Iluminuras, 1995.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura*. Tradução de João Paulo Monteiro. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

JARDÉ, A. *A Grécia antiga e a vida grega*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. *Imagens da Mulher Grega: Heródoto e as Pinturas em Contraste*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MORAIS, Cynthia. *Maravilhas do mundo antigo: Heródoto, pai da História?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MOSSÉ, Claude. *As instituições gregas*. Lisboa, Edições 70, 1985.

PAUSÂNIAS. *Description of Greece*. Theoi, 2000. Disponível em: <http://www.theoi.com/Text/Pausanias7A.html>. Acesso em: 03 Fev. 2014.

PICAZO, Marina. *La Ceramica Atica de Ullastret*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1977.

POLLINI, Airton. Frontier History e as Interpretações da Colonização Grega Antiga. *Revista Brasileira de Estudos Clássicos*. Curitiba, v. 26, n.1, p. 17-49, 2013. Disponível em: <http://revista.classica.org.br/index.php/classica/article/view/59/59> Acesso em: 03 Fev. 2014.

PORTO, Vagner Carvalheiro; CORREIA, Larissa de Souza. O Simbolismo de Atena: o mito sob o olhar literário de Homero. *Todas as Musas: Revista de Literatura e das Múltiplas Linguagens da Arte (Online)*, v. 5, p. 100-112, 2013. Disponível em: http://www.todasasmusas.org/09Vagner_Larissa.pdf. Acesso em 03 fev. 2014.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921.

VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

Recareto, o Rei Fiel sob a ótica de Isidoro de Sevilha

Júlio César do Carmo de Sá⁵

No reino visigodo, em meados do século VI e VII, a partir de Leovigildo, a autoridade Real passa a ser mais forte e soberana, as atitudes e decisões neste período são de suma importância para a continuação do reino Visigodo na Península. A Monarquia, neste período, oscilava entre mudanças hereditárias e tomadas de poder por parte dos representantes e herdeiros do poder.

Havia neste período diversas instâncias de poder que auxiliavam nas decisões reais, a nobreza e a igreja disputavam um lugar de destaque junto ao governante e na trajetória monárquica do Reino, ambas com elevadas posições sociais e econômicas, mantinham uma relação estreita com o rei. Mas, em muitos momentos, as intervenções destas instâncias acabavam por romper e atrapalhar o pleno exercício de poder do monarca em muitas decisões e em suas tradições político-religiosas.

O período correspondente à antiguidade tardia, mais especificamente no sétimo século do reino visigodo na Espanha, abarca esforços para a formação de uma teoria política que tinha como pretensão estruturar a realeza, além de apaziguar e amenizar disputas e discórdias dentro das fronteiras visigodas. A heterogeneidade de interesses da nobreza tencionava a política interna, fragilizando a centralização do poder. Isidoro de Sevilha, através da argumentação acerca da fidelidade do corpo político do reino hispano-visigodo teoriza uma solução para a dificuldade de centralização do poder.

O conceito de fidelidade é compreendido como a observância do bem-comum do Reino, ou seja, a monarquia deve favorecer os interesses coletivos. Cabe ao rei ser correto em sua função, através da prática das virtudes, para que os súditos se espelhem e também pratiquem uma vida política virtuosa. Neste sentido, rei e súditos fiéis é norma para um reino fortalecido e centralizado, segundo a perspectiva isidoriana.

Isidoro de Sevilha, através de seus trabalhos, se tornou um dos principais responsáveis pela construção do conjunto de concepções políticas relativas à Monarquia visigoda, bem como pela solidificação e normatização dessa instância de poder, especialmente quando observamos os Concílios visigóticos.

Ao analisar trechos selecionados da obra do sevilhano, identificamos os elementos referentes à construção de uma Monarquia idealizada que estivesse em comunhão com os

5 Mestre em História Ibérica, pelo PPGHI / UNIFAL-MG

anseios da Igreja Visigoda. Nesse sentido, acreditamos que esse bispo procurou estabelecer, por meio de alguns de seus escritos, uma conduta moral direcionada à monarquia visigoda, desenvolvendo uma concepção teológica e política vinculada ao princípio de que a realeza está a serviço da Igreja.

Cabe ressaltar, ainda, que o modelo de monarca em questão não se encontra sistematizado em uma única obra de Isidoro. Tal modelo se expressa entre outras atuações de Isidoro, nas suas ações junto à monarquia e suas participações em concílios e em suas outras obras, formando assim um panorama geral de suas concepções.

Outro personagem desta investigação e pesquisa é o Rei Recareto, que é visto como o precursor desta visão isidoriana, como exemplo de rei fiel, de bondade e outros adjetivos indicados pelo bispo a este governante.

No que rege a doutrina e os conceitos políticos formulados por Isidoro de Sevilha, acreditamos que houve, por parte do bispo, uma tentativa de traçar o perfil de regente ideal no reino. Para isto, ele se espelhou em Recaredo, o rei que oficializou o catolicismo niceísta no III Concílio de Toledo em 589 e que, para o sevilhano, reunia as principais características favoráveis para um Rex Ideal.

En la era DCXXIII, en el año tercero del imperio de Mauricio, muerto Leovigildo, fue coronado rey su hijo Recaredo. Estaba dotado de un gran respeto a la religión y era muy distinto de su padre en costumbres, pues el padre era irreligioso y muy inclinado a la guerra; él era piadoso por la fe y preclaro por la paz; aquél dilataba el imperio de su nación con el empleo de las armas, éste iba a engrandecerlo más gloriosamente con el trofeo de la fe. Desde el comienzo mismo de su reinado, Recaredo se convirtió, en efecto, a la fe católica y llevó al culto de la verdadera fe a toda la nación gótica, borrando así la mancha de un error enraizado. Seguidamente reunió un sínodo de obispos de las diferentes provincias de España y de la Galia para condenar la herejía arriana. A este concilio asistió el propio religiosísimo príncipe, y con su presencia y su suscripción confirmó las actas. Con todos los suyos abdicó de la perfidia que, hasta entonces, había aprendido el pueblo de los godos de las enseñanzas de Arrio, profesando que en Dios hay unidad de tres personas, que el Hijo ha sido engendrado consustancialmente por el Padre, que el Espíritu Santo procede conjuntamente del Padre y del Hijo, que ambos no tienen más que un espíritu y, por consiguiente, no son más que uno. (ALONSO, LEÓN, 1975)⁶

6 Na era DCXXIII, no terceiro ano do Império Maurício, Leovigildo morreu, seu filho Recaredo foi coroado de rei. Ele era dotado de um grande respeito pela religião e era muito diferente de seu pai em costumes, pois o pai era irreligioso e muito inclinado à guerra; Ele era piedoso pela fé e pregava pela paz; Isso era dilatar o império de sua nação com o uso de armas, ele o ampliaria mais gloriosamente com o troféu de fé. Desde o início de seu reinado, Recaredo tornou-se, de fato, a fé católica e levou ao culto da fé verdadeira a toda a nação gótica, apagando a mancha de um erro enraizado. Ele então reuniu um sínodo de bispos das diferentes províncias da Espanha e da Gália para condenar a heresia arriana. Este conselho contou com a presença do próprio príncipe muito religioso, e com a presença dele e sua assinatura confirmaram os minutos. Com todos os seus homens, ele abdicou da perfídia que o povo dos godos tinha aprendido com os ensinamentos de Arius, professando que em Deus há unidade de três pessoas, que o

O governo de Recareto proporcionou para os clérigos e para a igreja um período de consolidação, fortalecimento e confirmação como uma organização eclesiástica fixada no reino. Mas, a participação oficial dos prelados junto à vida pública da Monarquia visigoda ainda esperaria os próximos concílios Visigodos que ainda aconteceriam. De certa forma este foi o momento em que o episcopado abraçou definitivamente certas características Germânicas, isto decorrente do alto número de jovens que aderiam à vida eclesiástica, estes de origem germânica e advindos de famílias nobres visigodas que participavam intimamente da religião cristã católica.

O episcopado visigodo teve um comportamento paradoxal. Se, por um lado, fortalecia a Monarquia com a formulação de conceitos teocráticos, por outro, somado à nobreza laica, constituía um poder que impelia certo limite à autoridade real. Fato perceptível após a abjuração do arianismo no III Concílio de Toledo, visto que não entendemos esse episódio apenas como uma mera mudança de crenças religiosas, pois provocou também uma radical alteração nas relações que mantinham Igreja e Monarquia, trazendo importantes consequências para ambas.

O pensamento político do sevilhano repousa no princípio de que a realeza está a serviço da Igreja. Nesse sentido, a Monarquia não era entendida como uma falsa imitação do Império, mas sim como uma instituição a serviço da causa cristã, segundo a vontade de Deus. Desta forma, há duas fontes de poder para a concepção de realeza na concepção de Isidoro: Deus e o povo cristão. É Deus quem dá o poder, mas o rei é também convocado pela comunidade de fiéis.

La atencion regia debe extenderse y dirigirse de modo que conste haber tenido plena cuenta de la verdade y la sabiduria, y así como em las cosas humanas descuella sobre todo el poder régio, del mismo modo debe ser aún mayor su providencia em atender al bien de sus ciudadanos ; pero ahora , oh beatísimos obispos , no sólo nos preocupamos de aquellas cosas mediante las cueles los pueblos que estan sujetos viven e se gobiernan pacíficamente , sino tambien , com la ayuda de cristo, extendiemos nuestra atencion hasta las cosas celestiales , y nos preocupamos de nos ignorar aquellas otras que hacen a los pueblos creyentes. Por los demas, si debemos esforzarnos com todas las fuerzas em poner orden a las costumbres humanas y refrenar el furor de los insolentes com el poder real, sí debemos consagrarnos a lá propagacion de la paz y la tranquilidad, com mucho mas motivos debemos ocuparnos em desear y pensar a los pueblos que na abandonado el erro. (3 toledo. A 589, vives 123)⁷

Filho foi gerado consubstancialmente pelo Pai, que o Espírito Santo vem conjuntamente do Pai e do Filho, que ambos têm apenas um espírito e, portanto, não são mais do que um.

Las historias de los godos, vándalos y suevos, de Isidoro de Sevilla [† 636], ed. Cristóbal Rodríguez Alonso, León, 1975, pp. 261-263

⁷ A atenção real deve ser estendida e direcionada de modo a mostrar que ela teve um relato completo da verdade e da sabedoria, e assim como nas coisas humanas, o poder real é especialmente importante,

Dessa forma, temos uma realeza fundada na comunhão de fiéis e este sistema político parte da afirmação de que a Igreja constitui o *regnum Christ*, o que permite afirmar a teologia política de Isidoro como cristológica por primazia. Sendo assim A noção de Rei Fiel exprime uma ideia de um “bem-comum” para o reino hispano-visigodo que possibilitaria o comprometimento da nobreza em seguir medidas de centralização do reino.

Em sua obra *Sentenças*, Isidoro de Sevilha estrutura o que seria a fidelidade entre as partes políticas do reino, destacando o Rei Fiel, nesta obra, a fidelidade está associada a uma postura diferenciada, a uma vida consagrada, o rei é um exemplo de virtuosidade. Na própria justificação do bispo da função do rei há a ideia, que segue a tradição estoica, de que o rei é dentre os homens de uma comunidade política o mais virtuoso, aquele que consegue dominar seus instintos pessoais de inclinação ao pecado, por isso é natural que se coloque acima dos demais, exercendo sua função de Justiça.

El rey virtuoso más fácilmente se aparta del delito para dirigirse a la justicia que abandona la justicia para entregarse al delito, a fin de que se conozca que lo segundo es una desgracia fortuita; lo primero constituye su ideal. En su propósito debe estar no apartase nunca de la verdad. Y si por azar le aconteciere tener un tropeizo, que se levante en seguida (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 497, c.49, 4).⁸

A justificativa teórica para este poder, segundo Isidoro repousa no pecado original. Os governantes políticos são definidos por suas funções repressivas em prol da defesa da família, da propriedade e dos súditos. O rei, então, por conter as qualidades precisas, tem a função de punir os que não seguem a lei e deste modo não se comprometem com o bem-comum do reino. A legitimidade do rei fiel está diretamente ligada ao respeito à lei, à prática das virtudes. A responsabilidade pelo cultivo é admitida

então sua providência deve estar mais atenta ao bem de São cidadãos; Mas agora, ó bisavós abençoados, não nos preocupamos apenas com as coisas através das quais os povos que são sujeitos vivos e são governados pacificamente, mas também, com a ajuda de Cristo, estendemos nossa atenção às coisas celestiais, e nos preocupamos com nós mesmos Ignore aqueles que fazem pessoas crentes. Para o resto, se devemos esforçar-nos com todas as nossas forças para colocar a ordem humana em ordem e para conter a fúria do insolente com o poder real, devemos dedicar-nos à propagação da paz e da tranquilidade. Desejar e pensar aos povos que não abandonaram o erro.

8 O rei virtuoso se afasta mais facilmente do crime para enfrentar a justiça que deixa a justiça para se render ao crime, de modo que se sabe que o último é um infortúnio fortuito; O primeiro constitui o seu ideal. Em seu propósito, nunca deve se afastar da verdade. E, por acaso, acontece tropeçar, levantar-se imediatamente (ISIDORO DE SEVILHA, *Sent.*, V. 2, livro 3, página 497, c.49, 4).

ao rei, sendo assim, a conduta deste deve inspirar a conduta dos súditos, portanto os bons súditos são os que imitam as obras do rei.

Desta forma, aqueles súditos que não colocarem em prática uma vida virtuosa à maneira do rei, sucumbem a uma vida de malefícios e vícios, prejudicando a centralização do poder, como também o “bem comum”. Assim, aqueles que não observarem as virtudes podem facilmente se entregar ao delito de atentar contra a vida do soberano, tornando-se infiéis ao juramento e declarados inimigos do Reino.

Devemos ressaltar que estas virtudes e toda esta ideia pregada por Isidoro em sua obra, tem como princípio ou modelo inicial, o Rei Recareto, logicamente, não pensaremos que o conjunto de sua obra tenha sido feita pensando no soberano como imagem do rei ideal para o reino. A princípio a imagem que o bispo pregava sobre o soberano era de um Rex virtuoso em suas atitudes e ações, o que nos leva a crer que Recareto foi o exemplo de base real a ser moldada em outros soberanos, de acordo com o próprio Isidoro de Sevilha.

Fue apacible, delicado, de notable bondad, y reflejó en su rostro tan gran benevolencia y tuvo en su alma tan gran benignidad, que influía en los ánimos de todos e, incluso, se atraía el efecto y el cariño de los malos; fue tan liberal, que restituyó a sus legítimos dueños los bienes de los particulares y las propiedades de las iglesias, que el error de su padre había asociado al fisco. Fue tan clemente, que muchas veces exoneró al pueblo de los tributos con indulgente liberalidad. Enriqueció a muchos con bienes y elevó a muchos con honores, guardando sus riquezas en los míseros y sus tesoros en los necesitados, sabedor de que el reino le había sido encomendado para disfrutar de él con miras a la salvación, alcanzando con buenos principios un buen fin; y así, la fe de la verdadera gloria, que recibió al principio de su reino, la acrecentó, hace muy poco tiempo, con la profesión pública de arrepentimiento. Pasó a mejor vida, en paz, en Toledo. Reinó Recaredo durante quince años (SEVILHA. *Hist. Goth.* p. 264-69, c. 55-56).⁹

Percebemos nos trechos da obra de Isidoro como em a *Historia dos godos, suevos e vândalos*, uma exaltação das qualidades deste rei, a sua benevolência no trato com os súditos, como também em sua bondade junto a igreja, entre outros, que os atos deste

9 Ele era gentil, delicado, de um bem notável, e refletia sobre o rosto com tão grande benevolência e tinha em sua alma uma grande bondade que influenciava as mentes de todos e até atraía o efeito e o carinho do mal; Foi tão liberal que ele restaurou aos seus proprietários legítimos a propriedade de particulares e as propriedades das igrejas que o erro de seu pai associou ao tesouro. Ele era tão misericordioso, que ele muitas vezes exonerava o povo dos tributos com liberalidade indulgente. Ele enriqueceu muitos com riqueza e elevou muitos com honras, mantendo sua riqueza nos miseráveis e seus tesouros no necessitado, sabendo que o reino tinha sido confiado para apreciá-lo com vista à salvação, alcançando bons princípios com bons princípios. Fim; E assim, a fé da verdadeira glória, que ele recebeu no início de seu reino, aumentou-a muito recentemente com a profissão pública de arrependimento. Passou a uma vida melhor, em paz, em Toledo. Recaredo reinou por quinze anos.

soberano enalteceram as virtudes religiosas de um governante. A partir deste ponto, a obra do bispo pode ser forjada para termos um norte a ser seguido, e que de certa forma continuará como base até o princípio do Reino Carolíngio, e sendo cada vez mais lapidado por Reis e soberanos ocidentais.

Porem, faz-se necessário que façamos uma distinção entre os elementos teóricos construídos para reforçar e tentar elevar o poder da realeza acima dos parâmetros nobiliárquicos que seriam os concorrentes e oponentes diretos do poder do soberano, com a prática política que contrariava aqueles preceitos teóricos e ideológicos elaborados por elementos integrantes tanto do corpo nobiliárquico como eclesial.

A nobreza, mesmo tendo jurado fidelidade ao rei e confirmado seu comprometimento com a centralização do reino, enxergava seus interesses patrimoniais acima dessa valorização acerca do rei. Na prática, a nobilitas não assimilava a ideia de “bem-comum”, reiteradamente reforçada pelo bispo através da ideia de fidelitas.

A manutenção da unidade política dentro do Reino Hispano Visigodo era de interesse deste grupo denominado Nobilitas, com a administração e política centralizada protegendo as fronteiras, estas afastariam as incursões militares, desgastando economicamente o reino. No entanto, a unidade não deveria ser mantida mediante certa opressão de interesses políticos dos Clãs. A ideia de abnegação pessoal, que Isidoro intentava tornar prática, não era uma realidade viável para os nobres.

A busca desenfreada pelo poder, a ambição e a concessão de vantagens dos soberanos para seus clãs de origem acabaram por produzir incontáveis “infíeis” ou até mesmo, “bárbaros”. Em várias fontes histórico- cronológicas e legislativas aparece a ideia de barbárie ligada à noção de infidelitas, ou seja, aquele que comete algum ato de infidelidade contra o soberano ou contra o reino como bárbaro.

Para o Bispo, as conspirações contra o rei definem-se como testes Divinos à clemência do soberano, em seus textos, ele não se afasta dos exemplos formulados por Agostinho e Gregório Magno, mas como o rei teme a Deus quando comete um delito, seu povo deve temer o soberano, pois este é o representante do Divino na terra e cumprirá as leis, apartando assim o mal. Apesar disto, o poder régio deve prestar contas às leis e ao poder divino sobre sua conduta terrena, sendo esta uma limitação de seu poder. A igreja era tanto para legitimar este poder régio quanto para resolver conflitos causados pela monarquia dentro do reino.

O bispo sevilhano define os limites do poder real no interior da Igreja. Entretanto, Isidoro não tinha a intenção de submeter a monarquia à Igreja, pois tinha receio de que a

realeza interferisse de maneira inconveniente nos assuntos eclesiásticos; por outro lado, queria que o poder monárquico atuasse em conformidade com os preceitos e funções que o plano divino havia lhe encarregado, ou seja, proteger a Igreja e seu reino.

Los reyes han recibido el nombre por *obrar con rectitud*, y así, uno conserva el nombre de rey si obra rectamente, y lo pierde con el pecado. A causa de esto, leemos en las Sagradas Escrituras que los varones santos se llaman también reyes, porque obran con rectitud, gobiernan con acierto sus propios sentidos y dominan los movimientos desordenados con el buen juicio de la razón. Justamente, pues, se denomina reyes a aquellos que con su buen gobierno supieron dirigir tanto a si mismos como a los súbditos (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, v. 2, livro 3, p. 494, c.48, 7).¹⁰

O Cristão fiel possui o dever moral e integral com a fé de seu reino e com a instituição monárquica, o que é fomentado pela teoria política que se utiliza de subsídios religiosos ou míticos para ilustrar a instituição monárquica à maneira de uma instituição divina.

O governante Visigodo é comparado ou até mesmo definido como descendente da figura bíblica do rei Davi, como forma de validar sua posição como figura destacada dos demais nobres através de uma escolha divina. Desta forma, o corpo político acaba por se sujeitar naturalmente ao rei escolhido por Deus, ficando assim justificado teologicamente pelas escrituras bíblicas.

Es justo que el príncipe obedezca a sus leyes. En efecto, entonces estime que todos han de cumplir su justicia cuando él por su parte les tiene respeto. [...] Las potestades seculares están sometidas a la disciplina religiosa, y, aunque gocen de la soberanía real, se hallan obligados por el vínculo de la fé, a fin de proclamar en sus leyes la fe en Cristo y conservar con las buenas costumbres la profesión de la Fe (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, v. 2, livro 3, p. 499-500, c.51, 1 e 3).¹¹

Desta forma fica instaurada uma ideia de poder real, com um governante ideal, tanto para a monarquia quanto para a igreja, sendo uma apoiada pela outra. Desta maneira ocorre uma hibridação na instância de poder real, com elementos que o diferenciaram do restante das outras instituições, visto que a figura governamental foi elevada ao status de

10 Os reis receberam o nome para agir com retidão, e assim, um deles retém o nome do rei, se ele funciona corretamente, e o perde com o pecado. Por isso, lemos na Sagrada Escritura que os homens santos também são chamados de reis, porque agem com justiça, governam corretamente seus próprios sentidos e dominam os movimentos desordenados com o bom julgamento da razão. É precisamente, portanto, que os reis são chamados aqueles que, com seu bom governo, sabiam como se dirigir a si próprios e seus assuntos

11 É certo para o príncipe obedecer suas leis. De fato, considere que todos devem cumprir sua justiça quando, por sua vez, os respeite. Os poderes seculares estão sujeitos à disciplina religiosa e, embora gozem de soberania real, estão vinculados pelo vínculo da fé, para proclamar em suas leis fé em Cristo e preservar com bom Aduaneira a profissão da Fé.

ungido de Deus; por outro lado, a Igreja teve que traçar justificativas que limitassem esse poder excessivo, para que ela mesma não fosse submetida à vontade absoluta do rei. Isidoro soube mesclar bem as duas instâncias, contornando bem essa situação, conferindo ao soberano poderes definidos e bem delimitados por unção divina, ou seja: o de cuidar da Igreja e de seus súditos. Os que não cumprissem estes desígnios estariam fadados a prestar contas no dia do juízo junto a Deus.

Da mesma forma que a partir deste momento a monarquia dependeria da igreja, se aliando para alcançar um governo legítimo, pois isoladamente não conseguiria incorporar elementos que a caracterizassem como teocrática, por outro, a igreja também dependia da realeza para manter seu projeto evangelizador, mantendo o apoio da população e associando a figura real aos preceitos divinos.

A obra de Isidoro é apresentada como a imagem de um modelo ideal propiciando a unidade necessária do reino. Para esta sociedade, o rei Fiel é a imagem da conduta política correta, pois a construção moral de seu cargo lhe concede o exercício do poder por parte da tradição histórica, de uma virtuosidade em seus atos. Isidoro por sua vez estabelece uma perfeita relação de reciprocidade entre a lei e a moral.

El que en el mundo gobierna bien temporalmente, reina sin fin en la eternidad, y de la gloria de este siglo se traslada a la gloria. Mas los que ejercen mal su realeza trás el vestido refulgente y la diadema de piedras preciosas, caen desnudos y miserables en los tormentos del infierno (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 494, c.48, 6).¹²

Vale ressaltar que para o soberano, a lei existe em função do humano, que estará sujeito a todas as diversas formas de tentação podendo vir a sucumbir às mesmas, pois mesmo este sendo uma figura sacralizada, ungido pelo divino, este não deixa de ser carne, mortal, e está sujeito a todos os dissabores mundanos.

De acordo com o que analisamos, o bispo sevilhano trabalha e se dedica a instruir a sociedade política Hispano-Visigoda do século VII no que diz respeito a uma moralidade coletiva se baseando em sua experiência durante o reinado de Recareto, além da análise das fontes com que trabalha em sua obra. Além dos preceitos tirados e inspirados nesta obra, Isidoro se preocupa em deixar neste processo os instrumentos já

12 Aquele que governa no mundo temporariamente, reina sem fim na eternidade, e da glória desta época é movida para a glória. Mas aqueles que abusam da sua realeza após o vestido reluzente e o diadema de pedras preciosas caem nus e miseráveis nos tormentos do inferno.

arraigados e enraizados na tradição Cristã, como a valorização e dedicação pessoal no aprimoramento das virtudes e repulsão aos vícios.

Desta forma ao introduzir os preceitos cristãos junto à manutenção do equilíbrio social, surge a delimitação do fidelitas, ou apaziguadores de conflitos no âmbito da teoria política de afirmação do comprometimento entre as partes, o que seria um reforço entre os nobres clericais e laicos.

A necessidade política de um Reino unificado vem da fidelidade do monarca frente os interesses dos nobiliárquicos em disputar e buscar fontes apoios regionais contra este posicionamento político em prol da unidade.

Em consonância com a ideia acima, ficam nítidos os propósitos de Isidoro na tentativa de demonstrar aos governantes quais deveriam ser as suas principais posturas, quando esses estivessem no poder:

El que usa rectamente de la autoridad real, establece la norma de justicia con los hechos más que con las palabras. A este no le exalta ninguna prosperidad ni le abate adversidad alguna, no descansa en sus propias fuerzas ni su corazón se aparta de Dios; en la cúspide del poder preside con ánimo humilde, no le complace la iniquidad ni le inflama la pasión, hace rico al pobre sin defraudar a nadie y a menudo condona con misericordiosa clemencia cuanto con legítimo derecho podría exigir al pueblo (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 496, c.49, 2).¹³

O bispo Isidoro foi bem enfático na questão de que era obrigação dos monarcas zelarem por seus súditos, por isso tinham que escolher, ou seja, nomear juízes justos para seu povo, para esta tarefa, estando próximos dos problemas destes.

“Constituye un delito en los príncipes el que asignen, contra la voluntad de Dios, jueces perversos a los pueblos fieles. Porque como es delito del pueblo que los príncipes sean malos, así es pecado del príncipe que los jueces resulten inicuos” (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, v. 2, livro 3, p. 501, c.52, 1).¹⁴

A concepção de autoridade assinala a consolidação da providência do poder, visto que possui origem no poder divino, o que demonstra a separação incontestável entre

13 Aquele que usa corretamente a autoridade real, estabelece a norma da justiça com os fatos mais do que com as palavras. Isso não exalta qualquer prosperidade ou qualquer adversidade, não descansa em sua própria força ou seu coração se afasta de Deus; no ápice do poder, ele preside com uma mente humilde, ele não se deleita com a iniquidade, ele não inflama paixão, ele torna o pobre rico sem defraudar a ninguém e, muitas vezes, tolera com clemência misericordiosa o que ele pode legitimamente exigir com as pessoas.

14 "É um crime nos príncipes atribuir, contra a vontade de Deus, juízes perversos para os povos fiéis. Pois, como é um crime do povo que os príncipes são doentios, então é o pecado do príncipe que os juízes sejam perversos" (ISIDORUS DE SEVILHA, *Sentença*, 2, livro 3, 501, c.52, 1).

Igreja e poder público, ou seja, a submissão dos fiéis a autoridade constituída e a participação do Estado na obra da igreja.

A ideia é que todos devem ser submissos às autoridades superiores porque não existe autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Ele. Os que resistem à autoridade rebelam-se contra a ordem estabelecida por Deus e atraem para si a própria condenação. Desta forma, os magistrados não existem para serem temidos quando se pratica o bem, mas quando se faz o mal.

Acredita-se que ele colaborou mais no âmbito político, no que tange à configuração de um perfil idealizado para o trono visigodo que, o que de uma certa forma, muitos tentaram seguir. Obviamente que nem seus escritos e nem sua participação nos concílios, ao lado de alguns governantes, foram suficientes para afastar os perigos das ambições ao trono.

Si es cierto que el Apóstol dice: *No hay autoridad que no provenga de Dios*, como el Señor, por boca del profeta, dice de ciertas potestades: *Ellos fueron reyes, pero no elegidos por mi*; como si dijese: “Sin mostrarme yo favorable, sino incluso muy airado”. De ahí que más abajo añada el mismo profeta: *Te daré un rey en mi furor*. Con lo cual se evidencia con toda claridad que tanto la buena como la mala potestad son instituidas por Dios; mas la buena siendo El favorable, la mala estando airado (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 495, c.48, 10).¹⁵

As ideias de Isidoro de Sevilha no âmbito político do Ocidente ressaltam a plenitude do monarca, como sábio e justo. Desta forma, a Igreja, que se tornou poderosa, não deixou de lado essas concepções. Deste modo, tanto Isidoro de Sevilha, quantos seus antecessores e fontes de seus textos, Agostinho de Hipona, Gregório Magno, receberam a influência cultural dos filósofos da antiguidade que refletiam as “(...) virtudes cardeais de justiça, temperança, coragem e prudência teorizadas por Platão e Aristóteles” e que foram incorporadas ao modelo ideal para os bons governantes.

El reino celeste progresa muchas veces gracias al reino terreno, con el fin de que sean abatidos por el rigor de los príncipes quienes dentro de la Iglesia atentan contra la fe y la disciplina eclesiástica, y que la autoridad del príncipe imponga a los espíritus rebeldes esta misma disciplina que la Iglesia en su humildad no puede ejercitar, y comunique a la Iglesia la eficacia de su poder

15 Se é verdade que o apóstolo diz: "Não há autoridade que não venha de Deus, como o Senhor, pela boca do profeta, diz de certos poderes: eram reis, mas não escolhidos por mim; Como se quisesse dizer: "Sem mostrar-me favorável, mas mesmo com muita raiva". Portanto, o próprio profeta acrescenta: "Eu lhe darei um rei na minha ira". Portanto, é claramente evidente que o bem e o mal são instituídos por Deus; Mas o bom é o favor, o mau está com raiva (ISIDORO DE SEVILHA, *Sent.*, V. 2, livro 3, P. 495, c.48, 10).

para que merezca el respeto (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 500, c.51, 5.).¹⁶

Agostinho defendia que Deus deu suas leis à humanidade por meio dos reis. Assim, o pensamento agostiniano considerava que o ofício real era como um ofício eclesiástico, já que a concepção de Igreja como um corpo deu um suporte importantíssimo para este processo, pois a função do monarca era baseada dentro de uma concepção teleológica. O que, na prática, transformava-se no exercício das obrigações reais, tanto no âmbito do reino como da Igreja. Dessa forma, surgiu o entendimento do conceito de officium, ficando claro, assim as intenções da Igreja de interferir no âmbito do poder monárquico.

Sean los príncipes terrenos que han de dar cuenta a Dios de la Iglesia, cuya protección Cristo les confía. Porque, ora se acreciente la paz y la disciplina de la Iglesia merced a los príncipes leales, ora se arruinen por su causa, a éstos pedirá cuenta Cristo, que confió su Iglesia a su poder (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 500, c.51, 6.).¹⁷

Ressaltamos que não se conseguiu conter, por completo, os anseios da aristocracia hispânica, apesar da Igreja tentar legitimar a realeza, seja por meio dos concílios ou por meio da concepção do desejo divino. Como também justificar que um enviado de Deus tinha perdido o trono e outro assumido o poder com sucesso? Se Deus está interferindo nos assuntos terrenos, será que ele queria que todos estes fatos e ações acontecessem?

“El que en el mundo gobierna bien temporalmente, reina sin fin en la eternidad, y de la gloria de este siglo se traslada a la gloria eterna” (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 498, c.48, 6.).¹⁸

Como já discutido antes, Isidoro defendeu que era função dos reis oferecerem leis justas. É importante acentuarmos o papel da misericórdia como virtude real, sendo estes os aspectos de uma sociedade cristã, a realeza era um poder destinado a exercer sua função na terra e estar a serviço da Igreja, já que o propósito final era alcançar a salvação.

16 O reino celestial muitas vezes progride graças ao reino terrestre, para que sejam abatidos pelo rigor dos príncipes que na Igreja tentam contra a fé e a disciplina eclesiástica e que a autoridade do príncipe impõe aos espíritos rebeldes isto A mesma disciplina que a Igreja na sua humildade não pode exercer e comunicar à Igreja a eficácia de seu poder para que ela merece o respeito (ISIDORO DE SEVILHA, 2, livro 3, 500, c.51, 5.).

17 Os príncipes terrenos sabem que devem dar conta ao Deus da Igreja, cuja proteção Cristo lhes confia. Pela paz e disciplina da Igreja, graças a príncipes leais e agora arruinados por sua causa, será aumentada por Cristo, que confiou sua Igreja ao seu poder (ISIDORO DE SEVILHA, *Sent.*, Livro 3, pp. 500, c.51, 6.).

18 "Aquele que governa no mundo temporariamente, reina sem fim na eternidade, e da glória desta era é transferida para a glória eterna" (ISIDORUS DE SEVILHA, 2, livro 3, página 498, C.48, 6.).

Assim, cada uma dessas instâncias teria sua parcela de responsabilidade nos planos divinos.

En muchos se descubre el delito de conspirar contra los príncipes; pero Dios quiere poner a prueba la clemencia de los soberanos, a aquéllos les permite poner asechanzas y a éstos no les abandona. De la maldad de los primeros saca un bien para los segundos, los cuales perdonan con ejemplar paciencia las culpas que aquéllos cometen (ISIDORO DE SEVILHA. *Sent.*, V. 2, livro 3, p. 497-98, c.50, 2).¹⁹

Para Isidoro de Sevilha, o poder do rei tinha uma tarefa específica, que seria procurar que se cumprissem as leis, este deveria estar sempre em função do bem dos súditos. Segundo o bispo, a validade do poder não era perdida com o mau rei, isso porque a perda de legitimidade somente poderia ser julgada por Deus, pois o rei estava submetido às leis como qualquer um de seus súditos.

Esta concepção alterou também a relação das eleições reais visigodas, nas quais, inicialmente, o rei era constituído por votação. A partir da implantação desta ideologia isidoriana elas deixaram de possuir o mesmo significado, pois as concepções de poder pela vontade divina fizeram com que os pleitos ganhassem um outro propósito que seria o de apenas escolher um indivíduo idôneo para desempenhar tal cargo. A eleição não lhe dava poderes, não o fazia rei, apenas a unção e a coroação lhe conferiam o poder divino e legitimavam seu status perante todo o reino.

Desta forma podemos perceber que Isidoro de Sevilha não teve a intenção de caracterizar a Monarquia visigoda como teocrática. Entretanto esta monarquia demonstrou, em diversos âmbitos, diversos elementos que a definiam como tal, tendo a Igreja como suporte para tal aparato teórico.

Mais uma vez podemos apontar as qualidades que foram ressaltadas pelo sevilhano, percebidas, diversas vezes, ao longo dos capítulos que ele destinou à realeza, tendo como exemplos primordiais em Recareto. Esses atributos são de suma importância para o bom andar do reino, para podermos ter a presença de um rei digno e fiel na concepção religiosa, podemos elencar dentre eles, a justiça, humildade, misericórdia e clemência. Além dos conselhos e deveres que o bispo também elencou, a utilização com

¹⁹ Em muitas pessoas, o crime de conspirar contra os príncipes é descoberto; Mas Deus quer testar a clemência dos soberanos, ele permite que eles esperem, e ele não os abandona. Da iniquidade do primeiro, ele traz um bem para o último, que perdoador com paciência exemplar as falhas que eles cometem (ISIDORO DE SEVILHA, 2, livro 3, p. 497-98, c.50, 2).

retidão de seu poder; não se afastar dos desígnios de Deus; combater a iniquidade e não deixar se levar pelas paixões; não desfalcicar ninguém para favorecer a outros.

Por último, porém o mais importante, a questão da legitimidade do poder real. Este era um problema que não somente Isidoro, mas a Igreja, como instituição, procurava resolver, pois fragilizava não apenas a Monarquia, mas a unidade do reino. O bispo vê inicialmente em Recareto um exemplo a ser seguido de um padrão ideal de monarca.

Como governante, Recareto se mostrou como personagem forte, bondoso e digno; como administrador, seus atos perpassaram as proezas de seu pai, buscando a unificação interna de todo o reino, apesar das discórdias e dos grupos que não apoiavam suas atitudes, por zelar por uma tradição que privilegiava a poucos, o rei se demonstrou firme durante seu reinado na Península.

Quanto a Isidoro, mesmo não estando diretamente ligado ao regente, a igreja no período do III Concílio - visto que era responsável por auxiliar seu irmão e então bispo Leandro de Sevilha – este presenciou fatos e acontecimentos que foram de suma importância para sua visualização de um rei ideal, mesmo alcançando o poder só após a morte de ambos os personagens conciliares supracitados, a imagem que estes deixaram e o legado que ficou presente nos textos do sevilhano foram base para a total unificação do reino e a legitimação definitiva da imagem real junto ao divino para os sucessores de Recareto.

Apesar de ser contemporâneo de Recareto e do ato conciliar que converteu o reino, Isidoro descreve com clareza suas intenções e os fatos deste período, analisando e criando soluções que valorizavam tanto o lado político, criando uma imagem idealizada de poder advindo de Deus, quanto fixou preceitos, desígnios e aptidões que transcendiam o que já se tinha de tradição cristã até então.

Percebemos que a concepção político-ideológica do bispo relacionada à realeza visigoda teve o propósito de se adaptar para resistir ou alcançar a vitória. Visto que as ideologias podem seguir por dois caminhos, conforme as situações elas podem armar-se ou tornar-se flexíveis, afirmando-se ou dissimulando-se, mascarando-se sob o véu de novas aparências.

Todo este processo tinha como premissa alcançar um resultado importante que seria, no caso dos Visigodos, o de resolver as questões ligadas à permanência e legitimação do rei no trono. Por este motivo, o bispo Isidoro de Sevilha é considerado o porta-voz e responsável pela resolução de grande parte dos problemas e anseios da igreja na península ibérica com relação à Monarquia visigoda.

O período que se inicia com Leovigildo e sua unificação territorial do reino visigodo, com a confirmação do poderio militar do reino ansiava por uma resposta aos problemas ligados ao palácio, à política e à nobreza, que não se contentava em participar da política, e sim buscava vantagens acima das necessidades e do interesse coletivo.

A partir da subida ao poder de seu filho Recareto este cenário se torna diferenciado, o governante veste o manto da grandeza herdada de seu pai e transcende as expectativas, se tornando um marco para a península, podendo até ser comparado com os feitos de Constantino, não pouco merecido. O ato de conversão do reino, a invocação de um conselho para firmar sua posição e a união com a igreja católica foram atos que, de uma forma mais arraigada, mudaram os caminhos do reino e as decisões que viriam a ser tomadas a partir de então.

Com a morte de Recareto em 601, os atos que entrariam na história dos visigodos foram regidos pelos trabalhos e textos de Isidoro, a partir deste momento como bispo e de certa forma artesão de uma nova concepção política, ligando o divino, o político e o humano, o bispo exalta as virtudes que seriam primordiais para a harmonia do reino.

Neste sentido, se analisarmos, apesar de um texto e uma obra de suma importância tanto para a política, quanto para a nobreza e igreja o bispo sevilhano não desenvolve muito a questão dos maus reis.

Aparentemente Isidoro dedica sua obra na maior parte dos seus escritos, às qualidades e virtudes e não aos defeitos. Isso nos sugere que ele tinha uma preocupação maior em ressaltar o bom para assim propagar esse exemplo e, é claro, não resvalar na Igreja os possíveis “excessos” desse mau governante. Em sua obra, o bispo não especifica quem são esses súditos que necessitariam dessas lições, não deixando explícito se a Igreja estaria entre eles. Mas estas questões acabam por não serem interessantes para um desenvolvimento pleno do pensamento do reino naquele momento.

Tanto Recareto quanto Isidoro foram primordiais em seus atos e obras, para uma mudança de mentalidade dentro do reino, não obstante, o governante não é a imagem total narrada e trabalhada por Isidoro em sua obra, mas suas atitudes e decisões durante os anos em que esteve no trono Visigodo, foram primordiais para o surgimento desta ideia de fidelidade e união real. A figura do monarca para com o reino é um capítulo a parte na história Visigoda, que tem suas importâncias e se fixou como a base de algo novo para a História.

Considerações Finais

O processo que culmina na formação de identidades diferenciadas e de formação/consolidação de relações políticas de suma importância para o Reino Visigodo, durante sua permanência na região de Toledo e abrangendo diversas regiões, abarcando grande parte da península em sua totalidade e modificando as relações do poder real com sua população em todo o reino. É neste período que surge o Religioso Isidoro de Sevilha.

O bispo visigodo Isidoro de Sevilha, por meio de alguns de seus trabalhos, foi um dos principais responsáveis pela construção do conjunto de concepções políticas relativas à Monarquia visigoda, bem como, pela solidificação e normatização dessa instância de poder, especialmente, quando observamos os Concílios visigóticos. O sevilhano viveu durante um período de transformações, no qual buscava-se a unidade religiosa, política, legal, administrativa e de identidade do reino. Tal ambiente teve forte influência na edificação de suas ideias. Em razão de sua força e de sua riqueza intelectual e episcopal, ele exerceu uma preeminência sobre o reino visigodo e seus príncipes (FONTAINE, 2002, p. 99).

O religioso participou efetivamente das mudanças ocorridas na península ibérica e de adequação dos visigodos à nova realidade, narrou e comentou os fatos com primazia e elaborou possíveis conceitos que foram de suma importância para o poder político-clerical no reino durante sua prevalência na península entre séculos VI e VIII.

Contemporâneo do rei Recareto, narrou os fatos que possibilitaram a conversão do mesmo frente à religião cristã Nicênic e teceu textos que demonstravam características importantes deste soberano. Sua obra é de suma importância para o conhecimento das vidas dos Rex Visigodos e ainda os processos que foram decorrentes deste período através das conquistas de Leovigildo e também a partir da Conversão de Recareto (586-601).

Quando pensamos em todo o trabalho realizado por Isidoro de Sevilha, sua obra passa a ser um material importante para podermos entender os processos que acontecem no período de sua participação na história Ibérica visigoda. Apesar de trabalhar por forma de Crônicas os períodos que abrangem a história de Leovigildo e Recareto, percebemos uma visão mais ampla nestas obras.

Para facilitar a investigação do período, e do processo que foi de suma importância para a fixação do poder régio clerical no reino, durante a permanência deste povo na Península, de suma importância histórica, estes textos e estas obras contribuíram para a formação de novas ideias e conceitos, que buscamos compreender em nossos estudos. Através da leitura de suas obras percebemos a a admiração do bispo pelos preceitos

pregados e trabalhados por Recareto, durante os quinze (15) anos de seu governo à frente do reino visigodo.

Isidoro neste período era um Diacono que auxiliava seu irmão, Leandro de Sevilha, que neste momento se encontrava como Bispo de Toledo e do Reino, além de conselheiro do Rei que neste momento já se encontrava convertido ao catolicismo.

Buscamos analisar além de Recareto, seu pai Leovigildo; por ter sido, o unificador do reino, de forma física, buscando estabelecer uma unidade territorial que outros reis que os antecederam não conseguiram a princípio; foi com Leovigildo que as tensões com Roma, e com a cultura hispano-romana que causavam embates em todo o reino. Este ato, foi primordial para que na visão política, Recareto pudesse se dedicar continuamente aos assuntos palacianos, políticos e clericais.

Não buscamos fixar ideias sobre o período, mas sim utilizar de fontes do mesmo espaço temporal, para elucidar a obra de Isidoro e seu papel na formação do ideal politico-religioso dentro do Reino Visigodo; e ainda mais para perceber a importância de Recareto com sua política de convertimento do reino. Como Constantino, o Rei visigodo marca seu reinado com um dos mais importantes Concílios que ocorreram no período, o III Concílio de Toledo, que legitimou a conversão de todo reino a uma só religião.

Podemos pensar que além de um ato particular, este haveria de ser um problema para a legitimação real do reino; mas pelo contrário, os atos que o governante realizou em seu governo fixaram o poder nas mãos de poucas pessoas, fazendo assim que grupos diversos se formassem no palácio e entre os nobres. Com este ato, podemos dizer que Recareto minimizou a influência dos nobres, deixando o caminho aberto para o fortalecimento dos clérigos católicos junto a coroa visigoda, sendo esta influência importante para que acontecesse o IV Concílio de Toledo, que fixou definitivamente dentro do reino, as ideias isidorianas.

Não nos aprofundamos em todos os problemas e detalhes que ocorreram durante este processo, mas visualizamos os mesmos, podemos dizer que para ambos os lados, estes acontecimentos históricos influenciaram muitos trabalhos com uma grande possibilidade de discussões. Dentro de nossa pesquisa, fica a trajetória importante tanto de Recareto quanto de Isidoro, que marcaram a história com atos que repercutirão em outros momentos da história e influenciaram outros governantes e religiosos/ autores de formas variadas.

Com Recareto, percebemos a importância de seus atos, visto que na cunhagem de diversas moedas, sempre encontramos símbolos Cristãos, fortalecendo o pensamento de

conversão advindo do III Concílio realizado pelo mesmo. Este ato inicial de Recareto abriu caminho para as mais variadas formas de expressar a religiosidade durante a permanência dos Visigodos na Península Ibérica.

Referências

CONCILIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS. Ed. bilíngüe (latim-espanhol) de J. Vives. Barcelona-Madrid: CSIC, 1973.

SANTO AGOSTINHO. Città di Dio (De Civitate Dei): Nuova Biblioteca Agostiniana(NBA)–Operedi Sant’Agostinho(ed.Latino-Italiana).3V.Roma, Città Nuova Editrice, 1978 –1991.

SEVILHA, Isidoro de. Etymologiarum. Ed. Lindsay. Bilíngüe (la-tim-espnhol) de J. O. Reta e M. A. M. Casquero, com introdução de M. C. Díaz y Díaz. Madrid, BAC, 1982.

_____. Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum. Ed. bilíngüe (latim-espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon, Centro de Estudios Investigación “San Isidoro”, 1975.

_____. *Sententiarum*. Ed. Bilingüe (Latim-Espanhol) de J. de Campos eI. Roca. *Santos Padres Españoles*. V. 2. Madrid: BAC,1971.

AGUILERA, A. B. *La sociedad visigoda y su entorno histórico*. Madrid: XXI siglo veintiuno de España, 1992.

ALONSO, Cristóbal Rodriguez. *La Historia de Los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*. Leon, Centro de Estudios e Investigacion “San Isidoro” Archivo Histórico Diocesano, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Leon, 1975, 62, 2-4, p.274-275.

ANDRADE FILHO, R. de O. *As origens da Analogia Antropomórfica monárquica no reino ca-tólico de Toledo (séculos VI-VIII)* In: VISALLI, A. M. & OLIVEIRA, T. (Orgs.) *Anais do VI Encontro Internacional de Estudos Medievais. Medievalismo: Leituras Contemporâneas*. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2005.

_____. *Mito e Monarquia na Hispânia Visigoda Católica*. *Temas Medievales* 13, 2005, p. 9-27;

_____. *Espaços e fronteiras entre o cristianismo e o paganismo no reino visigodo católico*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. *História: fronteiras. Anais [...]* São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 1025-1042.

_____. *Imagem e reflexo. Religiosidade e Monarquia no Reino Visigodo de Toledo (séculos VI - VIII)*. São Paulo: Edusp, 2012.

ANTUNES, Celso. *Manual de Técnicas, de dinâmicas de grupo, de sensibilização de ludo pedagogia*. 22. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

AYMARD, André, AUBOYER, Jeannine. *História Geral Das Civilizações: Roma e Seu Império*. Tomo II. 2. ed. 3 v. Traduções de Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.

BEINOIT, Hector. FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). *Ética e política no mundo antigo* Campinas, SP. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. (Coleção Idéias).

BROWN, P. *O fim do mundo clássico – De marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo; Editora Unisinos, 2008.

BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTELLANOS, S. *Los godos y la cruz – Recaredo y la unidad de Spania*. Madrid: Alianza, 2007.

CARLAN, C. U. *Resenha: La Caída de Roma y el fin de la Civilización*. Revista de História da Arte e Arqueologia, Campinas, v. 1, p. 47-49, 2012.

_____. *O mundo romano no Século IV: decadência ou reestruturação**. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais. 2007 Vol. 4. Ano IV n° 1

COLLINS, R. *La España visigoda, 409-711*. Barcelona: Crítica, 2005.

DÍAZyDÍAZ,M. Introducción general. In: SEVILLA, Isidorode. *Etymologiarum*. Ed. Lindsay. Traducción de J. O. Reta e M. AM. Casquero. Madrid: BAC, V. I,1982.

DIOGO COMITRE. A conversão do reino visigodo ao catolicismo e a legislação antijudaica: um exame dos concílios entre os séculos IV e VII. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo. Setembro 2013. Em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012014-100621/pt-br.php>.

FELDMAN, S. A. A dimensão do saber em Isidoro de Sevilha. Notandum (USP), v. 21, p. 13-21, 2009.

_____. *Judeus na Antiguidade Tardia: a construção da alteridade sob Agostinho*. Revista de História (UFES), v. 25, p. 30-45, 2010.

_____. *Teologia política isidoriana*. LPH (UFOP), v. 19, p. 143-204, 2009.

_____. *A Monarquia Visigótica e a Questão Judaica*. Revista de História (UFES), v. 20, p. 237-265, 2008.

FERRILL, Ather. *A Queda do Império Romano. A explicação militar*. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FONTAINE, J. *Isidoro de Sevilla: Génesis y originalidad de la cultura hispánica en*

tiempos de los visigodos. Madrid: Encuentro, 2002.

FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

GARCÍA MORENO, L. A.: *Historia de España Visigoda*. Madrid, 1989.

GARCÍA MORENO, L. A.: *Leovigildo, unidad y diversidad de un reinado*. Discurso leído el día 1 de junio de 2008 en la recepción pública como miembro de la Real Academia de la Historia. Madrid, 2008.

GONZÁLES, Julio Rodrigues. *Historia de las legiones romanas*. Madrid, Ed. Almema, 2 v, 2003.

GORBEA. Martín Almagro (ed); *Monedas Y Medallas De La Real Academia De La Historia*. Madrid : Real Academia de la Historia, Gabinete de Antigüedades, 2006.

GRANT, Michael. *O Mundo de Roma*. Tradução de Jorge Sampaio. Lisboa: Editora Arcádia Ltda, 1967.

GREIN, Everton; ROCHA, Fábio Libório. *Panorama da Amoedagem Visigótica na Hispania: Séculos VI - VIII d.C. Fábrica do Livro*. História Visigoda. 2006

GUARINELLO, Norberto Luiz. *O Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Ática, 1990.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História e Audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.
HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. O jogo como elemento da cultura. Trad. João Paulo Monteiro. 8ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

KING, P. D. *Derecho y sociedad en el reino visigodo*. Madrid, Alianza, 1981.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 318p.

LOT, Ferdinand. *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*. Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1985.

MARROU, Henri-Irené. *Decadence romaine ou antiquité tardive? III e-XVe siècle / Henri-Irene Marrou*. Paris, France: Seuil, 1977.

MAZZARINO, Santo. *O Fim do Mundo Antigo*. 1a. ed. Tradução de Peir Luigi Cabra. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

MENDES, Norma Musco. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

ORLANDIS, J.: *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid, 2011.

ORLANDIS, J, RAMOS-LISÓN: *Historia de los Concilios de la España Romana y Visigoda*. Pamplona, 1986

ORLANDIS, J. “El rey visigodo católico”, in. AA. VV., *De la Antigüedad al Medioevo – Siglos IV-VIII*. III Congreso de Estudios Medievales. sl.: Fundación Sánchez Albornoz, 1993.

_____. *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, S. A., 1988.

QUILES, I. S. I. *San Isidoro de Sevilla, Biografía-Escritos-Doctrina*. Madrid: Espasa – Calpe, 1965.

THOMPSON, E. A.: *Los Godos en España*. Madrid, 1971.

THOMPSON, Edward Palmer. *The Historical Work of Ammianus Marcellinus*. Cambridge: University Press, 1947. Cloth, 10s. 6d. net. In Harold Mattingly September 1948 In: *The Classical Review*, Volume 62, Issue 02, September 1948 pp 84-86

VIVES, J., MARÍN T., MARTÍNEZ, G.: *Concilios Visigóticos e Hispano- Romanos*. Barcelona-Madrid, 1963, 12. Concilio de Toledo III, a. 589, 107-145.

Conquista e Romanização na Península Ibérica

Cláudio Umpierre Carlan²⁰
Gentil Cândido da Silva²¹

Introdução

As chamadas guerras púnicas são uma sequência de três confrontos bélicos intermitentes, entre Roma e Cartago, duas grandes potências da época, que teve início no ano 264 a. C. e só terminou em 146 a. C.

Já nesta época, estas duas potências do mundo antigo disputavam a hegemonia comercial na região mediterrânea ocidental, e um antigo tratado regia os limites de influências operacionais dos respectivos povos.

É atribuída aos Marmetinos, povos mercenários que haviam tomado a cidade de Messiana, a responsabilidade de fazer eclodir a primeira guerra púnica entre Cartagineses e Romanos. Os Marmetinos em guerra com Siracusa, em um primeiro momento, pediram socorro aos cartagineses. Mas, logo após sua chegada os cartagineses começaram a oprimir seus socorridos que resolveram, então, pedir ajuda a Roma, a qual, após certo período de hesitação, enviou suas tropas para a Sicília, dando início à primeira guerra púnica.

Após a vitória de Roma na primeira guerra púnica, os romanos passaram a controlar as ilhas de Córsega, Sardenha e Sicília tornando-se senhores absolutos do mar Tirreno. Com a derrota, os cartagineses além de devolver todos os prisioneiros de guerra tiveram que pagar uma grande indenização aos romanos para formalizar o tratado de paz.

Com a perda de suas bases no sul da península itálica, que lhes garantiam suprimentos de suma importância, tais como cereais e uma considerável reserva de metais, os cartagineses iniciaram um movimento de expansão territorial em direção à Península Ibérica com o intuito de ampliação de suas atividades comerciais, o que, novamente, tornou-se o estopim que fez desencadear a segunda guerra púnica.

Roma preocupada com o avanço dos cartagineses em terras ibéricas resolveu partir para a ofensiva diplomática, estabelecendo um tratado que propunha o território que ficava ao sul do rio Ebro como limite máximo às pretensões expansionistas do inimigo.

20 Professor Associado II de História Antiga, do PPGHI / UNIFAL-MG
21 Pedagogo e Mestre em História Ibérica, pelo PPGHI / UNIFAL-MG

Com a conquista da parte sul da Península Ibérica e a retomada do comércio, Cartago logo se restabeleceu dos danos sofridos na primeira guerra púnica. Em 220 a.C., Aníbal, o novo comandante do exército cartaginês, achou que estava na hora de revidar a humilhação imposta pelos romanos a seu povo e elaborou, então, um plano para invadir a Itália.

Para provocar os Romanos Aníbal, antes de dirigir-se com seu exército para o território italiano, tomou a cidade de Sagunto, que mesmo estando ao sul do Ebro era protegida de Roma, talvez esperando a mobilização do exército romano para fora da Itália facilitando-lhe, assim, a tomada de Roma.

A segunda guerra púnica foi um conflito de longa duração. Teve início com a destruição de Sagunto, aliada romana na Península Ibérica, e a conseqüente declaração de guerra, pelos romanos em 218 a. C, após algumas tentativas diplomáticas frustradas, e só terminou em 201 a. C. quando Aníbal e Cipião estabeleceram as condições para a rendição de Cartago.

Conquista da Península Ibérica.

A conquista romana da Península Ibérica iniciou-se no contexto da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), quando as legiões romanas, sob o comando do cônsul Cneu Cornélio Cipião, para ali se movimentaram taticamente, a fim de atacar pela retaguarda os domínios de Cartago na região. Assim que chegaram a Ampúrias os romanos trataram logo, como era de costume, estabelecer alianças com os iberos, mas não obteve sucesso absoluto. Os Ilergetes, por exemplo, permaneceram aliados dos cartagineses. Assim sendo, Cneu Cornélio Cipião submeteu mediante tratado ou por imposição a população da zona costeira no Norte do Ebro, estabelecendo sua residência na cidade de Tarraco.

Em um primeiro momento o que visava o Senado Romano era simplesmente cortar o abastecimento de suplementos necessários para a sustentação do exército cartaginês que então invadia a Península Itálica sob o comando de Aníbal. De facto, a influência cartaginesa na Península Ibérica permitia um expressivo reforço, tanto de suprimentos quanto de homens, a Cartago. A estratégia do Senado Romano visava, assim, enfraquecer as forças cartaginesas, no intuito de afastar os seus exércitos da península Itálica.

Esta intervenção estratégica para conter as forças cartaginesas, desembocando na segunda Guerra Púnica, iniciada no final do século III a.C., com o passar do tempo adquiriu caráter de conquista. A guerra contra os cartagineses foi muito breve se a

compararmos com os séculos seguintes, necessários aos romanos para conquistar definitivamente a Península Ibérica. A conquista da Península Ibérica pelos romanos foi um longo período que vai do ano de 218 a. C., quando da chegada dos romanos em Ampúrias, até 19 a. C., ano da conquista definitiva da Península Ibérica por César Augusto.

Os vários povos do interior da Península (cântabros, lusitanos, celtíberos, astures etc.) ofereceram uma resistência sem precedentes aos invasores, estendendo por dois séculos as guerras de conquista. Mesmo que intermitentes essas guerras foram de extrema violência e crueldade, as quais tiveram como consequência a quase destruição das culturas pré-romanas da Península Ibérica.

Na península Ibérica, a romanização ocorreu concomitantemente com a conquista. Conquista esta que se estendeu desde a costa mediterrânea passando pelo interior até chegar à costa do oceano Atlântico. Para esse processo de aculturação, foram determinantes a fundação de várias cidades e a expansão do latim, tendo como agentes, a princípio, os legionários e os comerciantes. Depois de sete séculos de influência romana podemos dizer que finalmente a Ibéria estava romanizada.

Como es lógico, tras La conquista Romana se introdujeron numerosos elementos de aquel mundo en el ámbito de las tierras hispanas en los más variados terrenos, tanto en el administrativo como en el jurídico, el social el económico o el cultural. Dicho proceso ha recibido el nombre de “romanización” (BARUQUE, 2006, p. 19).

A língua latina acabou por se impor como língua oficial, funcionando como fator de ligação e de comunicação entre os vários povos. As povoações, até aí predominantemente ubicadas nas montanhas, passaram a surgir nos vales ou planícies, habitando casas de tijolo cobertas com telha. Como exemplo de cidades que surgiram com os Romanos, temos Braga (*Bracara Augusta*), Beja (*Pax Iulia*), Santiago do Cacém (Miróbriga), Conímbriga e Chaves (*Aquae Flaviae*).

Dentre as estratégias romanas de conquista, o processo de urbanização foi fundamental para a romanização da Península Ibérica. A política de construção de cidades, que começou concomitantemente com a conquista, tinha em um primeiro momento fins exclusivamente defensivos. Em um segundo momento as riquezas da Península atraíram um grande contingente de emigrantes oriundos da Península Itálica, o que contribuiu para a aceleração do processo de urbanização. Este contingente de pessoas, com o intuito de fugirem da grande crise que assolou a Itália no século II a. C., eram

atraídos, sobretudo pelas riquezas minerais e pela possibilidade de praticarem a agropecuária.

Podemos dizer que o processo de colonização somente começou de modo deliberado com Júlio Cesar, com o intuito de resolver os problemas do *ager publicus*. Além de assentar a maioria de seus soldados na Bética, concedeu direito de cidadania romana a municípios já existentes em troca da fidelidade destes cidadãos na guerra civil contra Pompeu, enquanto teve como cenário a Península Ibérica. Posteriormente Augusto deu continuidade a todo esse processo de municipalização.

A consequência imediata da romanização da Península Ibérica foi a sua inevitável latinização. A chegada de um grande contingente de pessoas que falavam latim e o uso deste nas relações oficiais com Roma foram decisivos para o quase desaparecimento das línguas locais.

Para conseguir a romanização da Península Ibérica os romanos lançaram mão deliberadamente do uso da língua latina como fator de coesão. A latinização da Península Ibérica, isto é, a substituição das línguas locais pelo latim teve início com a chegada dos romanos em 218 a. C. e intensificou-se com o governo de Augusto, quando, em 19 a. C., oficializou a *Hispania* como parte do Império Romano.

A romanização afetou praticamente todas as áreas da vida dos povos ibéricos, sobretudo o uso da língua. O latim, língua oficial do Império Romano, passou a ser usado na administração. A sua versão coloquial, o latim vulgar falado em todo o império, foi difundido por soldados, colonos e mercadores vindos de várias províncias e colônias romanas.

Em um ambiente romanizado falar latim era mais um privilégio do que um dever, e começou pelas camadas mais altas da sociedade, que tinham de lidar com a administração romana.

A evolução do latim no território correspondente a Portugal ocorreu a dois ritmos: no centro e sul, na *Lusitania*, foi adaptado cedo, acompanhando a rápida romanização. Ao Norte, na região da *Gallaecia*, a tardia romanização, o caráter rural e o isolamento resultaram numa menor assimilação cultural e linguística, que levou ao desenvolvimento de uma variedade de latim com influências da língua galáica. A adesão ao cristianismo, introduzido nas cidades da *Hispania* a partir do século I e tornado religião oficial do império em 380 pelo imperador hispânico Teodósio I, também contribuiu para popularizar o latim.

Neste contexto de romanização e latinização o uso das línguas paleoibéricas foi decrescendo, primeiro através do bilinguismo nos centros de ocupação romana, depois se limitando às regiões isoladas. As línguas pré-romanas nativas acabaram por desaparecer, mas o seu contato com o latim e as várias línguas bárbaras contribuiu para o desenvolvimento de diversos dialetos nas diferentes regiões da *Hispania*.

Organização Política da Península Ibérica Romanizada

A partir do final da segunda guerra púnica os romanos organizaram a *Hispania* em diversas subdivisões administrativas (cf. figura 2), cujo comando era atribuído a pretores que governavam em nome de Roma.

A conquista, completada cerca de duzentos anos depois, integra a Península Ibérica no Império Romano e divide-a em províncias: inicialmente, em Hispânia Ulterior (Sudoeste) e Citerior (Nordeste). No ano 27 a. C., Augusto divide a Ulterior em Lusitânia e Bética; em 216 d. C., na época do imperador Caracala, o Nordeste ganha estatuto de província autônoma, com o nome de Galécia (CARDERA, 2006, p. 9).



Figura 4²² - Primeira divisão provincial romana dos territórios conquistados na Península Ibérica.²³

22 Disponível em http://www.italiaoggi.com.br/not10_1206/ital_not20061027b.htm. Acesso em 05/01/2016.

23 A *Hispania Citerior* e a *Hispania Ulterior* eram duas províncias romanas da época republicana, nas quais foram divididos os territórios conquistados pelos romanos na Península Ibérica durante a segunda guerra púnica.

Após a vitória sobre os cartagineses os romanos por questões administrativas, a partir do ano 197 a. C., resolveram dividir o território que até então se encontrava sob o domínio dos vencidos em duas partes, designando-as em conformidade com sua localização geográfica em relação a Roma: *Hispania Ulterior*, mais distante, localizada na zona sul e oeste e *Hispania Citerior*, mais próxima, ocupava a zona este do território conquistado, tendo como capitais, respectivamente, Tarragona e Córdoba. O nome *Hispania* deriva da palavra “*ispania*”, provavelmente de origem púnica, que significa terra de coelhos.

Essa primeira divisão foi mudando de contorno conforme os romanos iam indexando novos territórios conquistados. Essa divisão manteve-se praticamente a mesma por aproximadamente meio século, isto é, até o final das guerras lusitanas e cantábricas.

Com o fim das guerras Celtibéricas e Cantábricas, houve uma grande ampliação dos territórios conquistados pelos Romanos. Com a anexação desses novos territórios a *Hispania Ulterior* é dividida em duas províncias distintas: a *Betica* cuja capital era Córdoba e a Lusitânia tendo Mérida por capital.

À *Betica* tocou aquela parte dos territórios já romanizados e à *Lusitania* os territórios recém-incorporados localizados na parte oeste da Península.

A *Hispania Citerior* passou a chamar-se *Tarraconensis* tendo por capital Tarragona. A essa província foram incorporados os territórios conquistados dos cântabros e astures.



Figura 5²⁴: A Espanha após as guerras Celtibéricas.

24 Disponível em: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/fd/ef/b5/fdefb5565ba1d536b94f47cb3b8f7745.jpg>. Acesso em 16/02/2016.

No século III d. C., Diocleciano, com o intuito de empreender uma grande reforma administrativa, dividiu a antiga Província *Tarraconensis* em três novas províncias: *Tarraconensis*, *Cartaginensis* e *Gallaecia*. Essa foi a última divisão administrativa feita pelos romanos na Península Ibérica

Reinos Bárbaros / Germanos

O desmoronamento do Império Romano do Ocidente não foi algo inesperado ao qual devemos atribuir uma única causa, mas sim, a consequência de um longo período de falência institucional que vinha sendo anunciada por mais de século.

O processo de esfoliação da hegemonia romana prolonga-se por mais de um século durante o qual os povos germânicos se instalam nas províncias ocidentais do império. Inicialmente ligados aos centros de governo imperiais mediante uma relação de *foederatio*, estes reinos considerados romano-bárbaros, de burgúndios, visigodos e ostrogodos, agem como uma espécie de prolongamento ideal da antiga ordem romana (MASTROMARTINO, 2010, p. 60).

As invasões bárbaras, que muitas vezes são consideradas as grandes protagonistas do colapso do Império Romano, apenas aceleraram a crise institucional, sobretudo política e militar, pela qual passava há décadas o Império.

O aparecimento dos reinos bárbaros é a mera consequência de um processo de degeneração política da autoridade central que comandava os territórios romanos do ocidente. A incapacidade de administrar o próprio território propiciou condições férteis para a formação de comunidades bárbaras que foram constituindo-se em verdadeiros principados, os quais foram apoderando aos poucos das províncias imperiais. Segundo Fabrizio Mastromartino esta crise, que há muito anunciava a queda do Império,

(...) tem a sua primeira e decisiva causa numa multiplicidade de elementos internos, como o gigantismo da administração, a vasta corrupção das instituições, a retração do comércio, o declínio das cidades e a reduzida vitalidade demográfica da população.. Destes fatores de debilidade interna resulta a crescente incapacidade de providenciar a defesa dos territórios imperiais e respectivos habitantes, cuja tutela é frequentemente confiada a exércitos compostos, em grande parte, por milícias bárbaras, o que rapidamente favorece uma notável infiltração de soldados germânicos nas próprias hierarquias militares que, por sua vez, preludia a instalação estável dos seus povos no interior das regiões ocidentais do império. Até aos anos 40 do século V, os romanos tentam opor uma forte resistência ao avanço dos povos germânicos. A derrota de Ravena, capital do império do Ocidente, onde, à frente das tropas bárbaras de hérulos, ciros, turcilingos e rúgios, Odoacro (c. 434-493) depõe em 476 o imperador Rómulo Augústulo (459-476, imperador desde 475)

e envia a Constantinopla as insígnias imperiais, sela definitivamente este processo de infiltração do elemento bárbaro e de dissolução da unidade imperial dos ocidentais que se iniciara há vários séculos (MASTROMARTINO, 2010, p. 60).

Os bárbaros que, em princípio, formavam insignificantes colônias às margens externas das fronteiras provinciais romanas, aos poucos se foram incorporando nas milícias romanas e com o passar do tempo se tornaram a base principal das guarnições militares.

Inicialmente as milícias germânicas vão se instalando nas províncias ocidentais na qualidade de federados do Império. E na qualidade de aliados tinham como missão a proteção da população e manutenção das instituições romanas.

Deste modo, na relação de *foederatio*, os povos germânicos começam a participar da administração romana, incorporando a tradição latina que iria sobreviver à queda do império. Estas federações bárbaras tornaram-se novos focos de governos estrangeiros, adotando na medida do possível o *modus vivendi* da tradição romana.

O encontro dos estamentos mais elevados das duas sociedades, germânica e romana, vivendo no mesmo território não teria sido possível sem o entendimento da nobreza guerreira bárbara com a aristocracia romana. Esta coligação foi essencial para que se mantivesse certa organização institucional da qual ambas fossem beneficiárias

Nos reinos romano-bárbaros a combinação entre a nobreza bárbara e a aristocracia romana adquire caráter estrutural, onde a participação da aristocracia romana nos altos escalões da administração é uma tentativa de dar continuidade às instituições romanas em um Império em decadência.

Com a decadência do Império Romano do ocidente, os povos que dominaram a Península Ibérica a partir do século V, sobretudo os visigodos eram povos que já haviam absorvido a cultura e a língua romanas, mas como as escolas haviam sido fechadas com a desestruturação imperial, o latim começou a evoluir-se por conta própria. Cada tribo bárbara falava a língua latina de modo diferente, isso fez com que a uniformidade linguística se rompesse, levando primeiramente à dialeção do latim, e posteriormente, à formação das diversas línguas românicas ou neolatinas.

Considerações Finais

A conquista da Península Ibérica , pelos romanos, foi um longo período de lutas travadas, inicialmente, contra os cartagineses com os quais disputava a hegemonia na região mediterrânea e posteriormente contra os povos nativos habitantes da região.

A romanização da Península Ibérica ocorreu concomitantemente com a conquista. Conquista esta que começa a partir do momento em que o exército romano desembarca em Ampurias no ano 218 a.C. e inicia a empreitada de anexação de toda a zona costeira do Mediterrâneo até o interior e a costa do Oceano Atlântico.

Após vencer a batalha de Cissa contra as tropas de Hannon que então contava com o auxílio dos nativos chefiados por Indibil, Cneo Cipião, fez da cidade de Terraco a sua principal base de operações militares para a região do Ebro.

Durante muitos anos os romanos lutaram contra os cartagineses e finalmente em 206 a.C., com a conquista de Cadiz conseguiu expulsá-los da Península.

Com a expulsão dos cartagineses os romanos passaram a dominar toda a costa do Mediterrâneo, mas as guerras contra os povos nativos continuaram cada vez mais acirradas a partir do momento que a conquista se direcionava para o norte, região montanhosa onde era mais fácil opor resistência aos invasores. Dada a enorme resistência dos povos peninsulares, sobretudo nas regiões montanhosas, a luta pela conquista durou até o ano 19 a.C.

Com Júlio Cesar começa-se, de modo deliberado, um processo de colonização de toda a Península Ibérica, através do assentamento de seus soldados na região da Bética e a concessão de cidadania romana aos municípios em troca de apoio destes cidadãos na guerra civil contra Pompeu.

O uso deliberado da língua latina como fator de coesão entre os povos foi um fator decisivo no processo de romanização da Península Ibérica. A substituição das línguas locais pelo latim teve início, paulatinamente, com a chegada dos romanos em 218 a. C. e intensificou-se, de modo deliberado, com o governo de Augusto, quando, em 19 a. C., oficializou a *Hispania* como parte do Império Romano.

Referências

BARUQUE, Julio Baldeón. *La Reconquista*. Madrid - Espanha: Editorial Espas Calpe, S.A, 2006.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa – Portugal: Editorial Caminho, S.A, 2006.

MOSTRAMARTINO, Fabrizio. *Os reinos romano-bárbaros em idade média*. In: ECO, Umberto (organizador). *Bárbaros, cristãos e muçulmanos*. Alfragide- Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo. CARLAN, Cláudio U. DUPRAT, Paulo. *Arqueologia e Economia Antiga no Mediterrâneo*. Das origens a dominação romana. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

Análise da Sociedade Tartessa a Partir da Arqueologia Processual

Matheus Donizete Lima²⁵

O que entendemos por uma abordagem arqueológica pós processual ?

A abordagem pós-processualista contrapõe-se ao método positivista no quesito em relativizar uma tendência maior à subjetividade humana. Esse método passou a questionar o antigo estruturalismo arqueológico e a partir do prisma da reinterpretação das ações humanas, seu cotidiano, busca a não avaliação do objeto somente como tesouro, achado, mas suas especificidades, mas de maneira que, o porquê da sua produção, como, e a quem se teria atribuída esse objeto.

Toda a interpretação do passado deve considerar a ideia de que as ações humanas ocorrem em um contexto cultural e histórico inteligível pelos seus próprios agentes sociais. Os indivíduos criam seu mundo através de suas ações dentro de limites culturais que existem em sua época. Desta forma, os elementos essenciais da arqueologia pós-processual incorporaram os conceitos de ação (indivíduo e sociedade), sentido (estrutura), contexto, história (tempo e espaço), símbolos (linguagem, regras) e vinculação entre passado e presente (FREDEL, 2015, p. 21).

Esse movimento possui correntes bem distintas na abordagem arqueológica como: o estruturalismo, neo-marxismo e a fenomenologia, destacando a possibilidade de inúmeras interpretações.

Na medida em que seus objetivos se referem às sociedades humanas, ela compartilha com outras ciências sociais muitas questões e, assim como elas, necessita de uma abordagem interdisciplinar para explicar a complexidade do seu objeto de estudo (FUNARI, 2015, p. 18).

Em acordo ao pensamento de Funari (2015), faz-se necessário uma abordagem metodológica aparada na transversalidade do objeto de estudo, entretanto enfatizar a cultura material como uma ideia em construção para a interpretação histórica do presente e passado.

A arqueologia pós-processual ganhou notoriedade com o Australiano Vere Gordon Childe, que com uma reinterpretação sociocultural, defendendo a tese que o conhecimento era transmitido de geração à geração, portanto, necessário ao interpretar o

25 Mestrando em História Ibérica, pelo PPGHI / UNIFAL-MG

objeto de estudo sob a ótica da produção materialista marxista. Sua principal crítica consistia em afirmar que o modelo de produção arqueológico tradicional, representasse aos interesses da elite, deixando de lado a historicidade e a cultura dos povos em questão. Outro nome de destaque foi o do Francês André Leroi-Gourhan, buscou em seus trabalhos se aproximar da etnologia, considerando dos povos estudados de estimado valor. Nos EUA, surgiu a *New Archaeology*, subsidiada por Lewis Binford, em suas pesquisas, aproximou a Arqueologia da Antropologia, anos depois, seu método influenciaria pesquisas na América principalmente por se tratar da proximidade com ciência antropológica.

As relações humanas, em qualquer sociedade, dão-se por meio de contatos, seja entre o homem e a natureza, seja entre os próprios homens. A cultura é tudo o que é criado, feito (desenvolvido, melhorado, modificado) pelo próprio homem, diferente do que fornece a natureza (FUNARI, 2015, p. 36).

Os pós-processualistas acreditam que a subjetividade ligada à arqueologia, define seu viés ideológico e sua própria interpretação em relação aos objetos de estudo. O cerne dessa discussão se aproxima da antologia e filologia, na busca por se interpretar a linguística e a simbologia empregada por grupos pré-históricos e antigos reinterpretando os fatos materiais e idealistas.

No processo de compreensão arqueológica, faz-se indeclinável uma abordagem de estudo das relações de poder, através da análise consistente sobre a memória social coletiva e identidades no reconhecimento dos conflitos pré-estabelecidos. Ao alavancarmos essas questões, temos que compreendermos que os conflitos existentes, são em sua maioria, identidades contrastantes na afirmação dessa legitimidade. É fato que nem toda identidade deriva da memória, entretanto, a recordação poderá vir influenciar ou mesmo legitimar essa identidade. A partir dessa premissa, entendemos que a coletividade da memória se diferencia da individual no sentido do campo social ou seja a mesma é dividida por diversos indivíduos do grupo à qual se está inserido. O maior idealizador dessa memória social é o Estado, que através do aparelhamento das Instituições e do simbolismo heroico-cívico, festividades, produz uma memória social coletiva, que é compartilhada por várias pessoas da sociedade.

O Estado e as associações mais organizadas produzem memória de várias maneiras. Mas há um lugar crucial para sua produção e reprodução social na atualidade: a escola. Por meio dos currículos obrigatórios e dos livros didáticos, instituições estatais e privadas influenciam de modo decisivo a memória social de todos[...] Muitos esquecimentos passaram a ser lembrados

e a História ensinada passou a ser dialogar com outros agentes de memória, como como o movimento negro, o feminismo, o movimento operário (GUARINELLO, 2014. p. 10).

Nesse contexto, o trabalho do historiador, apoiado no auxílio das demais ciências humanas, como exemplo a Antropologia, Sociologia, Economia, nos traz um viés interpretativo aos vestígios e documentos intuitivo a legitimar à memória.

O Caso de Tartesso

Cada indivíduo constrói sua própria identidade, aproximando-se de grupos à fins, mesmo conflitantes, podem vir a se unir e assim garantir sua sobrevivência. Cada grupo social estabelece seu domínio de acordo com a direção ideológica e o sentimento de pertencimento aquela sociedade, principalmente pelo simbolismo linguístico. Embora admitamos haver uma espécie de fronteira entre os pertencentes ao grupo, na percepção de divisão social.

O estudo das identidades ocupa um lugar de destaque nas Ciências humanas contemporâneas. Não apenas na história, mas também na Psicologia, na Antropologia e na Sociologia. [...] Elas são socialmente construídas, através de inúmeros processos, muitas vezes colocando pessoas e grupos em conflito, ou pelo contrário, justificando conflitos á existentes. [...] Ela faz parte de um movimento político e cultural mais amplo, inserido nas nossas instituições e nas nossas práticas culturais, em nossos hábitos, na língua que falamos, nas influências que recebemos do exterior, nos filmes a que assistimos, na música que ouvimos, em nossas crenças religiosas, em nossa tolerância ou intolerância com o que é diferente de nós (GUARINELLO, 2014, p. 08).

Nessa direção, esse sentido de isolamento social pode aparecer para a arqueologia como um critério de estudo, principalmente por fomentar objetos dessa relação, linguagem simbólica epigráfica, moedas, estelas ou mesmo joias, estabelecidos pela a hierarquização social do grupo. A própria ideia de pertença ao meio social trazer à tona uma breve discussão sobre o aparelhamento desses símbolos, já que em inúmeras oportunidades são apropriados pelas elites. Por vezes o indivíduo que se encontra inserido ao grupo étnico, acaba por excluir-se dos direitos sociais, isto evidencia ato de se pertencer à sociedade, mas efetivamente estar privado de gozar de certos elementos de privilegio. Todavia de acordo com o especialista Guarinello (2014), podemos definir como objetos conflitantes de um lado a memória coletiva e do outro a identidade, conforme evidencia o autor;

A memória social também trabalha em lugares definidos, a contrário da dos indivíduos, ela e compartilhada por várias pessoas: um grupo, uma etnia, um

bairro, uma cidade ou mesmo, toda a sociedade. Há uma grande diversidade de memórias dentro de uma mesma sociedade. Muitas se produzem paralelamente e, muitas vezes, entram em conflitos, quando representam identidades contrastantes, grupos com interesses divergentes, diferentes visões do que seja a sociedade e de qual deve ser seu futuro (GUARINELLO, 2014, p. 09).

Portanto no caso de tartessos, como compreendê-lo sem que haja textos próprios dessa sociedade, ao menos ainda não documentados? É neste momento que a arqueologia pós-processual pode suplantar e preencher lacunas desse vazio historiográfico na obtenção de respostas sobre essa exuberante sociedade hispânica. Para isso é necessário viabilizar e reconhecer os objetos de manifestações de identificação que expliquem a inserção do indivíduo no pertencimento na comunidade.

A ambivalência material/humano, ainda que pareça abstrata, adquire importância capital para que se entenda por que, no estudo das sociedades, valendo-se de seus elementos materiais, tarefa da arqueologia, não raras vezes – equivocadamente – objetos são considerados fora do seu contexto social e comportamentos de sociedades estudadas são vistos como meras decorrências de desígnios da natureza (FUNARI, 2015, p. 17).

Ao analisarmos o processo de hibridação, a priori, temos que interrogar como se dá a representação de “pureza” de determinadas sociedades e de que maneira se estabeleceu o desenvolvimento e continuidade da miscigenação e comportamentos desses grupos. Temos que compreender que a identidade repetidamente, independe da relação do eu e outro, por subseqüente vezes, é transmitida a partir de um etnónimo, língua, religiosidade, hierarquia, costumes), etc. Contudo nem sempre esses grupos étnicos representam essa “pureza etnocêntrica”, podendo ocorrer a influência de grupos colonizadores e conseqüentemente a aculturação. A argumentação em aberto é reconhecer se essa comunidade em análise, tartessos, se reconhecia como sociedade, topónimo ou mesmo etnónimos.

Tartessos, sem dúvida alguma, intrinsecamente, nos revela um emaranhado de informações, um deles o certame em discussão, como a sociedade era reconhecida externamente? A cultura material talvez não nos possa revelar por completo essa identidade, entretanto, pode-se perder alguns elementos, mas incorporar outros. Por não se tratar de um movimento estático, a cultura vai se influenciando por outros hábitos e costumes assim aproximando-se de outros elementos culturais e etnológicos.

Mas, como os artefatos não falam por si mesmos, torna-se necessária a utilização de analogia com que encontramos em situações constatadas em

tribos vivas, o que chamamos abordagem etnográfica [...] Deve admitir-se, que os paralelos etnográficos podem apenas sugerir algumas possibilidades, alternativas na interpretação dos vestígios, como advertiria o antropólogo britânico E. Leach. (FUNARI, 2015, p. 40).

De acordo com o pesquisador Funari (2015), a analogia se torna um viés importante na reelaboração de hipóteses seguras, sobretudo em diferentes realidades sociológicas.

Ao falarmos em heterogeneidade, devemos deixar claro que no caso de Tartessos não deve classificá-lo como um gentio “puro” e analisado a partir da reconstrução do território. Devemos reinterpretá-lo de maneira sem que haja nossos próprios métodos de avaliação, e não somente a toponímia e os costumes funerários. Por isso a análise dos marcadores territoriais, derivados da construção social do espaço, é útil na compreensão do papel que os santuários tiveram na organização dos espaços comunais e atividades econômicas desenvolvidas, ou seja, a organização da comunidade interna e sua relação com a influência externa.

Em minha opinião e na de vários outros especialistas, mais férteis que os modelos transculturais são aqueles utilizados como recursos interpretativos voltados ao estudo de certos tipos específicos de organização social. No campo da interação do homem com o meio ambiente, têm-se desenvolvido, por exemplo, modelos de ocupação do espaço (FUNARI, 2015, p. 47).

Fontes escritas e registros arqueológicos: desafios.

Conforme citadas em capítulos anteriores, as fontes escritas, são representações de modelos que se baseiam na realidade, não somente em relação ao discurso utilizado, e sim aos seus membros a quem se destina.

Ainda nesta linha, Beaudry (2007) afirma que os contextos históricos e culturais permitem aos seres humanos desempenharem um papel ativo na criação de significados e na moldagem do mundo e formação do que o cerca, sendo vistos interagindo com seu ambiente, ao contrário de simplesmente reagir a ele. A cultura material é vista como um meio de comunicação e expressão que pode condicionar e, eventualmente, controlar a ação social. Quando o mundo material e as ações daqueles que o criam entram em contato com ele e o usam para uma dada finalidade, esses são todos vistos como afirmações em um discurso (FREDEL, 2015, p. 29).

Devemos analisar o conceito aos povos tartessos sob a ótica de variados contextos. Refletem um número de ideias que objetivam construir a identidade do grupo a qual o discurso é produzido. De acordo com o especialista Funari (2015), o material

arqueológico comporta leituras diversas. Entretanto, as respostas que queremos buscar, vão depender das indagações que evidenciamos em nosso objeto de estudo. Dentre as diversas classificações de fontes, podemos abordar a temática em estudo, com a utilização de variados métodos, principalmente os vestígios humanos, utensílios, traços iconográficos em pedra e demais materiais. Mas em especial as fontes literárias nos traz um leque de oportunidades para a reinterpretação da complexidade do tema em questão, assim, chegarmos próximos da decodificação e ou representação da cultura, memória e linguagem dessa surpreendente sociedade econômica mediterrânica. Nossa proposta de pesquisa se estende a compreensão dos diferentes mecanismos sociais e estio de vida, empregados pela população tartessa em sua contribuição para o desenvolvimento comercial na antiguidade.

Portanto, uma boa análise historiográfica, pode nos representar êxito na elucidação de perguntas emblemáticas ou mesmo relatar a consciência que temos da dimensão desse nosso desafio, de reescrevermos a história da sociedade em análise.

Bem como a busca incansável pela localização do reino, demais elementos materiais, culturais e políticos relacionados à Tartessos, nos trazem um desafio constante na elucidação dessas representatividades de um Estado autônomo na Península Ibérica, presente na estrutura de seus santuários religiosos e objetos iconográficos. Entretanto, após recentes descobertas arqueológicas, novos viés de pesquisa foram inseridos e debates concisos trouxeram de forma sintética, novos aportes arqueológicos e historiográficos na obtenção de respostas aos questionamentos estruturais da existência de um reino economicamente ativo na região do Mediterrâneo. Assim com uma visão analítica das Estelas tartessas e simbologia representada principalmente pelo alfabeto tartéssico. Nosso prisma é elencar elementos que possam corroborar aos subsídios comprobatórios da autonomia estatal elementar dessa proeminente sociedade mediterrânica ibérica. Abaixo apresentaremos algumas inscrições iconográficas, com o intuito ilustrativo da produção material tartessa e seus vestígios simbólicos monumentais, demonstrando assim, sua prosperidade como sociedade ativa e desenvolvida nas transações comerciais com os denominados povos orientais.



Figura 6 - Inferior - Estela de Abóboda, Sítio de Gomes Aires, Almodôvar

Disponível em: http://www.museuregionaldebeja.pt/?t2t_gallery=estela-da-abobada-idade-do-ferro-almodovar. Acesso em: 27 Set. 2019.

Estelas de Guerrero

Solana de Cabañas, Cáceres



Ategua, Córdoba



El Viso, Córdoba



Figura 7 - Inferior- Estela, Guerreiros de Tartessos

Fonte: Disponível em: <http://www.victoriacar.com/bloges/tartessos-en-america/>. Acesso em 27. Set. 2019.

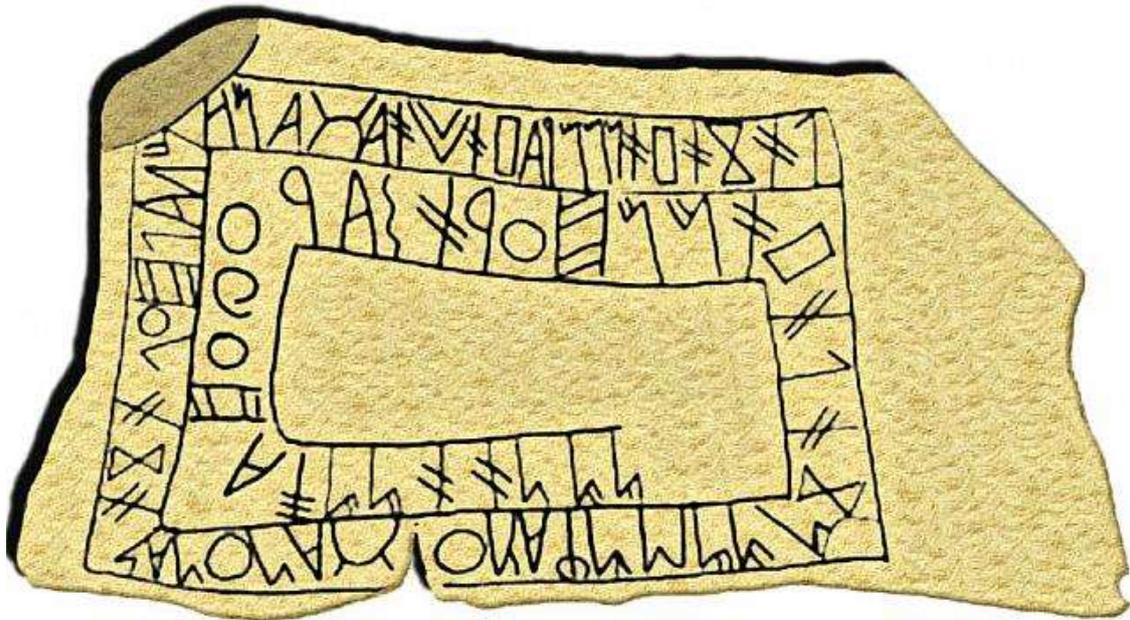


Figura 8 Inferior - Escrita Tartessa, influência fenícia

Fonte: Disponível em: <https://txyz.wordpress.com/2012/10/15/tartessos-the-carambolo-affair/>. Acesso em 27.de Set. 2019.

Referências

FREDEL, Karla Maria. *Arqueologia de gênero: nas cidades de Pelotas-RS –Brasil e Habana Vieja-Habana – Cuba – século XIX/* Karla Maria Fredel , - Erechim, RS: Habilis Press, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2015,

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga* – 1. ed., 1. reimpr. - São Paulo: Contexto, 2014.

À margem direita do Guadalquivir: a fundação da *Colonia Patricia Corduba*

Cristina Santos Lucio²⁶

Historicamente, os rios figuram de maneira importante para o desenvolvimento de civilizações. A necessidade da água para beber, irrigar plantações para possibilitar a agricultura, tratar de animais domesticados, entre outros usos primordiais, são alguns dos claros motivos pelos quais o acesso à água tenha sido e permaneça sendo tão necessário para distintas sociedades em diferentes lugares.

Nessa perspectiva, podemos pensar em exemplos de rios, que, como artérias, foram grandes expoentes para a edificação de cidades. Certamente, um caso muito forte nesse sentido é o Egito e sua relação com o Nilo, cujo vínculo propiciou a famosa frase do historiador grego Heródoto em sua obra *Histórias*, onde o Egito seria uma dádiva, um presente do Nilo (HERODOTO, *Histórias*, 2.5.1). Podemos citar ainda alguns exemplos de rios inseridos nessa perspectiva, como Tigres e Eufrates (ABAD CASAL, 1975: p. 18).

Conhecido na antiguidade como Baetis e posteriormente como Guadalquivir, o rio também é uma peça chave para a compreensão da fundação de Córdoba, cidade situada onde hoje conhecemos como Andaluzia, no sul da Espanha, e que na antiguidade integrava a província romana Bética. O objetivo desse capítulo, portanto, é introduzir brevemente à fundação da cidade Córdoba por M. Claudius Marcellus no século II a.C, onde o Guadalquivir aparece como um dos fatores de expansão da Córdoba na Bética. A introdução se estende também ao processo de monumentalização da cidade.

Apesar da importância do segmento hidrográfico do rio e geológico do vale, não há aqui a pretensão de adentrar essa discussão por hora, visto que no momento, propõe-se a discutir as representações do rio em fontes históricas, bem como sua influência na Bética. O Guadalquivir, palavra de origem árabe *UadI-El-Kebir*: "*El Río Grande*", foi um dos rios mais importantes da península durante a Antiguidade (ABAD CASAL, 1975: p. 18). Uma das causas para esse destaque é a visão do rio enquanto difusor do comércio e da comunicação regional, uma vez que além do comércio interior, houvesse também a exportação de mercadorias como azeite e vinho. Vale reiterar ainda que dos portos do

26 Mestranda em História Ibérica, pelo PPGHI / UNIFAL-MG

mencionado rio, saíam embarcações que tinham Roma como destino (ABAD CASAL, 1975: p. 19)

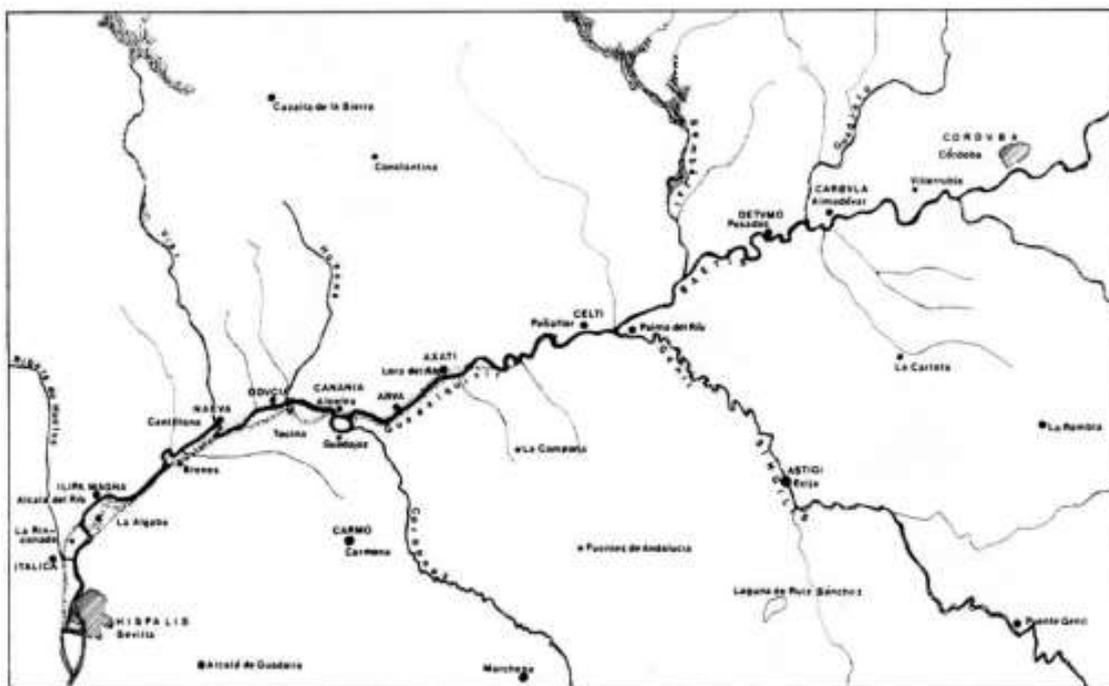


Figura 9 - Mapa mostrando o curso do Guadalquivir entre Córdoba e Sevilha.
Fonte: ABAD CASAL, Lorenzo. El Guadalquivir, vía fluvial romana. 1975, s/p.

Guadalquivir nas fontes históricas

Provido de imenso valor histórico, seja, por exemplo, na *Geografia* de Estrabão ou na *Baladilla de los três rios* de Federico García Lorca, o rio parece traspasar o tempo ao inspirar obras em diferentes contextos históricos relacionadas à sua importância para a região.

As fontes históricas, em todas as suas naturezas, devem ser analisadas e interpretadas cautelosamente, partindo do pressuposto de que não há neutralidade, nem que tampouco as fontes sejam portadoras da verdade indubitável. Essa concepção de que o documento falaria por si mesmo, é uma possível definição do que se entendia por fonte histórica para a historiografia do século XIX. As fontes, segundo Koselleck (2006), não falam por si mesmas, mas também têm o poder de veto, já que impedem que afirmações que não poderiam ser feitas ocorram.

Assim sendo, durante a investigação, o historiador deve contrapor as fontes analisadas, visando a ter uma melhor “leitura” do objeto de pesquisa, tendo consciência

de que não há hierarquia de fontes, e que elas podem tanto complementar-se como contradizer-se. Para tanto, há a importância de uma leitura atenta das entrelinhas existentes partindo do historiador.

As primeiras menções ao Baetis estão presentes desde as fontes antigas. Dentro dessa categoria, duas vertentes se desmembram: as fontes bíblicas, citadas no Antigo Testamento, e as clássicas (ABAD CASAL, 1975: p. 5). À luz da arqueologia, Lorenzo Abad Casal afirma que as fontes remetentes ao novo testamento não possuem grande valor geográfico, ao passo que as fontes clássicas apresentam mais evidências do ambiente local e das próprias características do rio.

Na obra *Geografia*, no Livro III, Estrabão apresenta o relato sobre o Guadalquivir por parte do poeta Estesícoro, sendo essa fonte um poema dedicado a Gerión. Não fosse por meio do intermédio de Estrabão, o poema seria inviabilizado em detrimento da obra original, datada de aproximadamente 600 a.C, não ter sido conservada (ABAD CASAL, 1975: p. 15).

De acordo com Abad Casal, ao analisar um trecho do capítulo referente à Turdetânia na obra de Estrabão, o rio era chamado de Tartesso para os Turdetanos que viviam nessa região antes da chegada dos romanos:

Non muito longe de Castulo está também a montanha a partir da qual se diz que o Bétis corre, chamada Argêntea devido às minas de prata que nela se encontram. Políbio, porém, afirma que tanto o Anas como aquele nascem na Celtibéria, ainda que distem um do outro uns novecentos estádios - de facto, os Celtiberos, depois de terem aumentado o seu poder, fizeram com que toda a região vizinha recebesse deles o nome. Parece, por outro lado, que os antigos chamavam Tartesso ao Bétis e Eriteia a Gades e às ilhas vizinhas; por isso se crê que Estesícoro terá falado deste modo do pastor Gérion, que teria nascido “quase em frente à ilustre Eriteia, junto às fontes inesgotáveis do rio Tartesso de raiz argêntea, numa caverna nas rochas”. Como o rio tem duas embocaduras, diz-se que, no espaço entre ambas, se estabelecera anteriormente uma cidade a que chamavam Tartesso, homónima do rio, e ao território, Tartésside, o qual os Túrdulos* ocupam na actualidade. (Estrabão. *Geografia*. III. 2. 11)

No mesmo capítulo, existem notas descritivas sobre o Baetis segundo Estrabão. Em uma delas, destacada abaixo, percebe-se que são relatadas as características também do entorno do rio:

Ao longo das suas margens, o Bétis é habitado por uma população numerosa e é navegável por perto de mil e duzentos estádios desde o mar até Córdoba e aos lugares situados um pouco para o interior. Na verdade, as zonas ribeirinhas e as ilhotas no curso do rio estão cuidadosamente cultivadas. Acresce a isto o encanto da paisagem, graças às propriedades embelezadas com pequenos bosques e com outras variedades de plantas. Até Híspalis, pois, a navegação faz-se em embarcações de tamanho considerável, por um número de estádios

que não fica muito aquém dos quinhentos; em contrapartida, para as cidades mais para o interior, até Ilipa, em embarcações mais pequenas; e até Córdoba, em barcos fluviais (hoje de construção mais complexa, mas outrora canoas feitas de um só tronco). (Estrabão. *Geografía*. III. 2.3).

Se nas fontes antigas e em outros contextos históricos o Tartesso, Baetis ou Guadalquivir foi citado, não poderia deixar de o ser na contemporaneidade. Nesse aspecto, temos o já comentado poema *Baladilla de Los Tres Ríos*, da obra *Poema del cante jondo* (1931), onde o Guadalquivir é um dos temas abordados por García Lorca:

BALADILLA DE LOS TRES RÍOS

A Salvador Quintero
El río Guadalquivir
va entre naranjos y olivos.
Los dos ríos de Granada
bajan de la nieve al trigo.
¡Ay, amor
que se fue y no vino!
El río Guadalquivir
tiene las barbas granates.
Los dos ríos de Granada
uno llanto y otro sangre.
¡Ay, amor
que se fue por el aire!
Para los barcos de vela,
Sevilla tiene un camino;
por el agua de Granada
sólo reman los suspiros.
¡Ay, amor
que se fue y no vino!
Guadalquivir, alta torre
y viento en los naranjales.
Dauro y Genil, torrecillas
muertas sobre los estanques,
¡Ay, amor
que se fue por el aire!
¡Quién dirá que el agua lleva
un fuego fatuo de gritos!
¡Ay, amor
que se fue y no vino!
Lleva azahar, lleva olivas,
Andalucía, a tus mares.
¡Ay, amor
que se fue por el aire!

Pensando o poema enquanto uma fonte histórica, é válida a menção à análise de Norbert Von Prellwitz sobre os versos *El río Guadalquivir /tiene las barbas granates*, onde com a personificação do Guadalquivir, García Lorca poderia corresponder à iconografia clássica do *dios-río* como símbolo de fertilidade, tendo em conta a imagem do Baetis (VON PRELLWITZ, 2003:692), recorrendo à antiguidade.

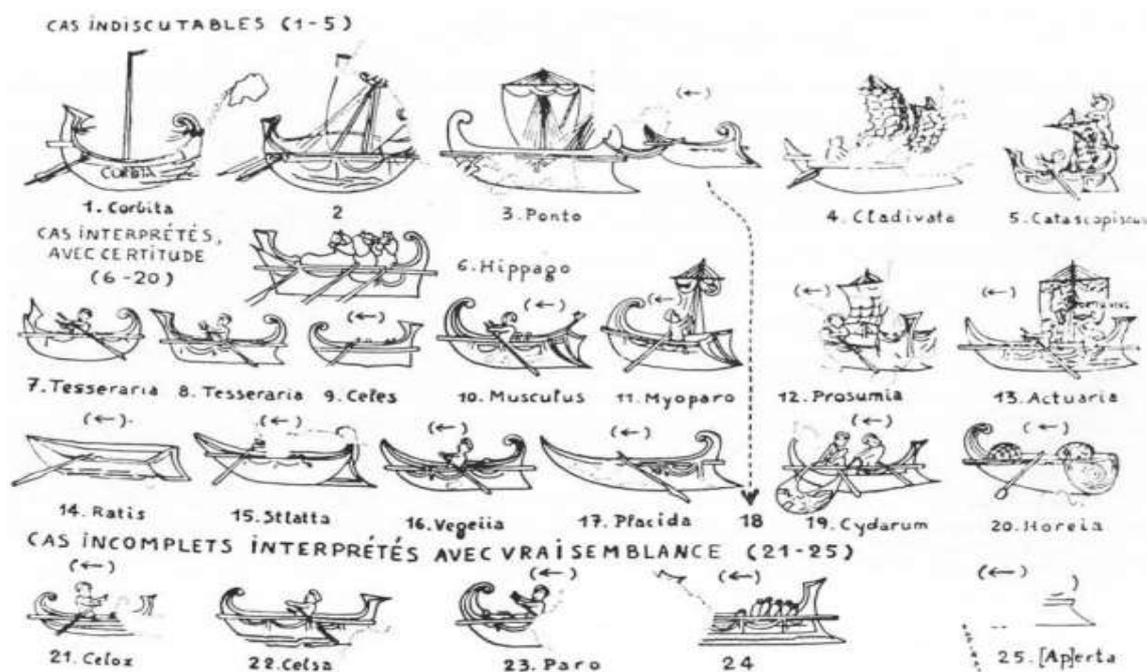


Fig. 6.—Diferentes tipos de barcos romanos, según Duval.

Figura 10 - Diferentes tipos de barcos romanos.

Fonte: ABAD CASAL, Lorenzo. *El Guadalquivir, vía fluvial romana*. 1975, s/p.

Breve introdução à Córdoba antes dos romanos: em cena, os Turdetanos

Antes da chegada dos romanos à região, a Turdetânia, como mencionada por Estrabão, já era um assentamento desenvolvido e considerado como fértil, que vivia de atividades agrícolas, pecuária e mineração na *Sierra Morena*. A nova cidade teria mantido o nome da comunidade nativa e teria sido a primeira colônia na Turdetania (A. VENTURA, P. LEÓN, C. MÁRQUEZ, 1998: p. 88).

No curso da Segunda Guerra Púnica, a Hispania foi devidamente incorporada à área de interesse de Roma, no qual Córdoba desempenhou um papel relevante. Nos interesses de Roma, ademais, estavam também características ligadas aos pontos estratégicos da região. Novamente há a figura do rio Baetis.

O assentamento tartésio-turdetano, segundo Murillo Redondo (2004:39), reporta-se a Idade do Cobre onde teria havido a fundação do povoado na região *Colina de los Quemados*, onde atualmente é situado o *Parque Cruz Conde*. No primeiro milênio a.C, o assentamento se converteu em um dos mais extensos da área cultural tartésica e turdetana.

A fundação de Corduba

Sobre a fundação de Córdoba por M. Claudius Marcellus, existem duas datas divergentes, visto que se utilizada a data apontada por Estrabão, esse processo teria sido realizado no século III a.C, enquanto que posteriormente, através de estudos arqueológicos, a data de fundação passou a ser atrelada ao século II a.C (RODRÍGUEZ NEILA, 2004: p. 7)

Um dos principais motivos que justificam o desenvolvimento de Córdoba é o rio Baetis, reiterando a importância do seu curso para a comunicação com outras localidades via fluvial, além de favorecer o comércio e possuir recursos de interesse romano (A. VENTURA, P. LEÓN, C. MÁRQUEZ, 1998: p. 88).

Se recorrermos à *Geografia* de Estrabão, a relação da população local com os romanos é descrita da seguinte maneira:

Contudo, os Turdetanos, e sobretudo os que vivem em redor do Bétis, adoptaram por inteiro o estilo de vida dos Romanos, nem sequer se recordando já da sua própria língua. Na sua maioria, tornaram-se Latinos e receberam Romanos como colonos, de modo que pouco falta para serem todos Romanos (Estrabão. *Geografia*. III, 2, 15)

As características sobre a relevância do rio e da região aos interesses de Roma foram determinantes na escolha do território como sede de um posto militar próximo à cidade, décadas antes da fundação de Córdoba como colônia patricia, o que favoreceu a estruturação de uma relação amistosa entre ambos os povos.

Pesquisas arqueológicas recentes sobre cidades sob o domínio de Roma reiteram assentamentos já estabelecidos antes da chegada dos romanos, cujos sistemas de estado arcaicos persistiram durante o período Republicano (SIMON KEAY, 2004: p. 48) que explicaria o que Estrabão teria afirmado sobre haver “indígenas seletos”, em posições privilegiadas. Esse grupo era visto como *seleto*, pois poderia pertencer à elite local.

Diferentes estudiosos que se debruçaram sobre o tema, apontam que houve também um processo de mestiçagem, fruto da relação entre mulheres nativas e soldados

romanos (RODRÍGUEZ NEILA, 2004: p. 8). Citando Estrabão, Angel Ventura, Pilar Leon e Carlos Márquez (2004: p. 88) afirmam que o autor clássico é explícito a respeito desse assunto: para ele, a cidade era povoada por uma mistura de Itálicos, Romanos e Turdetanos seletos.

Indícios de escavações sobre o século II a.C sugerem que a Córdoba tinha construções consideradas modestas em relação às vicissitudes que a posterioridade guardaria para a cidade: madeira e tijolos de barro são alguns dos materiais apontados para ilustrar como o assentamento parecia estar organizado nesse contexto. Chão de terra batida, ruas sem pavimento e esgoto também ajudam a compor o cenário (A. VENTURA, P. LEÓN, C. MÁRQUEZ, 1998: p. 89).

Entretanto, esse quadro passa a ser modificado durante a transição do século II para o século I a.C, quando começam a aparecer os primeiros passos da monumentalização da cidade, contrastando com a paisagem urbana de então através de graduais mudanças nos padrões estéticos arquitetônicos.

O início da monumentalização de Córdoba: um processo identitário

A monumentalização de Córdoba é entendida por Angel Ventura, Pilar Leon e Carlos Márquez como decisivo para a compreensão do processo de romanização da cidade. Ainda no primeiro século antes de Cristo, Córdoba recebe o posto de capital da Hispania Ulterior e, por conseguinte, passa a sediar também a residência do governador romano. Esse quadro reflete-se em novas construções de influência itálica bem como a cunhagem de moedas, que pela primeira vez, recebem a inscrição *CORDUBA* (A. VENTURA, P. LEÓN, C. MÁRQUEZ, 1998: p. 78)

Entretanto, no fim da República Romana, esse panorama de Córdoba passa a sofrer com as guerras civis, nas quais a cidade se envolveu e optou por ficar ao lado de Pompeu, contrariando César. Como resposta, a cidade foi sitiada, incendiada (MURILLO REDONDO, 2004: p. 45) e destruída por César na batalha de Munda (45 a.C), cujo conflito teria deixado inúmeros mortos (A. VENTURA, P. LEÓN, C. MÁRQUEZ, 1998:92). O resultado da batalha deixou marcas profundas na memória dos cordobeses, como recordou o filósofo Sêneca, uma das mais importantes figuras do período.

Após esse contexto, Córdoba passaria a condição de Colônia Patrícia. Nesse ponto, reitera-se a importância política da cidade com sua condição de sede da Assembleia provincial da Bética (*concilium*). A cidade manteve-se como o centro político do sul até

a transferência desse título para a cidade de *Hispalis*, por volta de IV d.C. (RODRÍGUEZ NEILA, 2004: p. 10).

Ao findar da batalha de Munda, iniciou-se a reconstrução da *Corduba Augusta*, cuja infraestrutura teria sido refeita. Uma das novas características é a extensão da área murada até as margens do Baetis, que sugere - novamente - o importante papel desempenhado pelo rio. Os autores Angel Ventura, Pilar Leon e Carlos Márquez afirmam ainda que a importância do rio reflete-se também na construção da Ponte Romana (1998: p. 83) Nessa perspectiva, as principais vias de comunicação eram a *kardo maximus* (via norte-sul) e a *decumanus maximus* (leste-oeste).

Outros monumentos que podem ser vistos como aspectos do período são a pavimentação das ruas e o aqueoduto. A pavimentação era feita com calcário cinza, onde a sistematização da organização de pedras levava ao escoamento de água, evitando que se acumulasse. Há ainda o *Aqua Augusta* (MURILLO REDONDO, 2004: p. 16), o aqueoduto que permitia o abastecimento de várias fontes de água, e, posteriormente, o aqueoduto *Aqua Nova Domitiana Augusta* (MURILLO REDONDO, 2004: p. 49).

Esta mudança, segundo evidências arqueológicas, seria fruto de uma fase em que a urbanização estaria mais acelerada. Murillo Redondo (2004: p. 46) endossa que apesar de a concepção do projeto de urbanização ser de caráter unitário, a execução dos planos decorrentes prolongou-se por várias gerações. Ao mesmo passo, Simon Key afirma que a monumentalização não foi um processo uniforme nem instantâneo (1998: p. 24).

Um segundo momento da monumentalização da cidade ocorre no governo de Tibério, cuja característica apresentada por Murillo Redondo é a de que projetos anteriores tenham sido culminados e novos projetos tenham sido iniciados. Exemplos desse período são os novos espaços públicos que podem ser relacionados ao *Divo Augusto*, como o *podium* de um grande templo, descoberto recentemente em uma escavação, cujas características se assemelhavam ao templo *Mars Ultor* de Roma (2004: pp. 47-48).

Ainda relacionado ao contexto da monumentalização, as investigações arqueológicas possibilitaram o estudo dos edifícios extramuros, que são as construções localizadas fora da muralha. Nessa perspectiva, podem ser citados os bairros extramuros, anfiteatro e necrópole (LUZÓN NOGUÉ, 2004: p. 43). Esses bairros foram identificados em função de escavações recentes; endossando esse apontamento, Murillo Redondo (2004: p. 50) aponta a escavação de “*La Puerta de Gallegos*”.

Esse processo de urbanização da época flávia, entre os séculos II e III d.C., era dotado de infraestrutura que contemplava inclusive saneamento via cloacas. Há ainda menções ao circo, onde no fim do século II, gradualmente teria havido o abandono e desmantelamento do mesmo, que era parte do complexo de culto imperial. Os motivos para tanto, todavia, ainda não possuem explicações convincentes (MURILLO REDONDO, 2004: p. 51).

É clara a importância da representação dos monumentos para compreender a transição da cidade turdetana para a cidade romana no que tange a questões identitárias expressas através de símbolos (SIMON KEAY, 2004: p. 54). Dessa forma, possivelmente as identidades seriam formadas e transformadas no interior da *representação*. (HALL, 1998).

Logo, o desenvolvimento urbanístico de Córdoba, estaria atrelado a questões políticas e sociais, uma vez que houvesse o interesse de que *Corduba* estivesse à imagem e semelhança de Roma. Vale reiterar, inclusive, que havia financiamento de projetos arquitetônicos dessa natureza pelas *famílias principais* (CARLOS MÁRQUEZ, 2004: p. 40). Ainda nesse aspecto, há outro provável indicador que seria a presença do mármore *Carrara* nas construções, sendo que esse material era propriedade da casa imperial. A expansão do uso do mármore empregado no século I d.C é um elemento que pode ser analisado nos padrões de arquitetura local. Esse indício demonstraria a rápida aceitação da elite local sobre as tendências artísticas e arquitetônicas vindas de Roma (A. VENTURA, P. LEÓN, C. MÁRQUEZ, 1998: p. 45).

Seguindo essa lógica de monumento enquanto simbolismo, é abordada pelo autor a Muralha da cidade no bojo de suas diversas interpretações, onde é enfatizada a sua localização e a representação de poder incutida no monumento. Inseridos nessa perspectiva, podem ser incluídos ainda a *Calle Claudio Marcelo* e o *Foro* (CARLOS MÁRQUEZ, 2004: p. 56).

Carlos Marques afirma apoiado em resultados de escavações, que o *foro colonial* teria nascido no coração de Córdoba, sendo essa uma informação de ponto convergente a partir de fontes escritas e arqueológicas recentes. Esse exercício possibilitou a superação de teorias tradicionais de outrora sobre o fórum, apresentado análise descritiva sobre sua construção. Nesse viés, há a apresentação dos monumentos enquanto representantes de simbolismos de poder.

Para Luzón Nogué (2004: p. 34) o processo histórico ocorrido em Córdoba deve ser analisado através do viés de uma história crítica em relação às fontes (arqueológicas,

escritas, epigráficas) e a comparação das mesmas para que haja a compreensão dos processos estudados.

Isso posto, cabe pensarmos que a cidade tem sido estudada sob diversas óticas, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, principalmente a partir do diálogo da História com a Arqueologia e da criação dos departamentos de História Antiga e Arqueologia, gerando a difusão de estudos referentes à arqueologia hispano-romana e ao Patrimônio Cultural (LUZÓN NOGUÉ, 2004: p. 34).

Desse modo, é necessário reiterar a arqueologia enquanto uma ciência necessária para a compreensão do sítio de Córdoba em diferentes contextos e o quanto a interdisciplinaridade entre História e Arqueologia pode ser benéfica para a investigação e produção científica. Sian Jones (2005) reitera essa importância apontando a necessidade de ambas as ciências serem vistas fora da ótica hierárquica, onde uma das ciências serviria a outra, mas sim como um diálogo através da interdisciplina que vise a obter informações sobre o objeto de estudo através de discussões metodológicas, sendo Arqueologia e História ciências autônomas.

Considerações Finais

Na primeira parte do texto, o foco esteve na apresentação do Guadalquivir como elemento crucial para o desenvolvimento de Córdoba ainda enquanto assentamento turdetano, e posteriormente, na Córdoba Romana, sendo consagrado como um dos grandes rios peninsulares.

Em um segundo momento foi buscado expressar uma breve síntese sobre o processo de monumentalização cordobês, no qual foi tecida uma linha tênue entre Roma e Córdoba, onde através de um projeto com viés político, buscou-se que Córdoba fosse um espelho arquitetônico de Roma, bem como a identidade que foi sendo construída e expressa de maneira física na nova configuração da cidade. Para isso, intentou-se reforçar a História e a Arqueologia de maneira interdisciplinar para tentar compreender esse passado, uma vez que esse ponto seja unanimidade em todos os autores utilizados para a elaboração desse texto, reiterando a necessidade da análise minuciosa de fontes, em suas mais variadas naturezas, onde elas podem complementar-se ou contradizer-se, contribuindo para a fomentação do exercício da produção histórica.

Referências

ABAD CASAL, Lorenzo. *El Guadalquivir, vía fluvial romana*. 1975.

ESTRABÃO. *Geografia*. Versão online do site Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39957/1/Estrabao.pdf>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
HERODOTUS. *The Histories*. Versão online do site Perseus. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0126%3Abook%3D1%3Achapter%3D2%3Asection%3D2>

JONES, Sian. *Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica*. In: FUNARI, P. P. A.; ORSER, E. C. Jr.; SCHIAVETTO, S. N. O. (Orgs.) *Identities, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

KEAY, Simon. *The development of towns in Early Roman Baetica*. In: *The archaeology of Roman Baetica*. Portsmouth, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. Contribuição à apreensão historiográfica da história*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LUZÓN NOGUÉ, José M. *Historia de la investigación*. In: *Las capitales provinciales de Hispania*/ Xavier Dupré Raventos editor. – Roma: LÉRMA DI BRETSCHNEIDER, 2004: p. 21-38.

MÁRQUEZ, Carlos. *Arquitectura oficial*. In: *Las capitales provinciales de Hispania*/ Xavier Dupré Raventos editor. – Roma: LÉRMA DI BRETSCHNEIDER, 2004.

MURILLO REDONDO, Juan F. *Topografía y evolución urbana*. In: *Las capitales provinciales de Hispania*/ Xavier Dupré Raventos editor. – Roma: LÉRMA DI BRETSCHNEIDER, 2004.

VENTURA, Angel; LEÓN, Pilar; MÁRQUEZ, Carlos. *Roman Cordoba in the light of recent archaeological research*. In: *The archaeology of Roman Baetica*. Portsmouth, 1998.

VON PRELLWITZ, Norbert. *Observaciones sobre La “Baladilla de los três rios” de Federico García Lorca*. *Críticón*, 2003.

Mudanças políticas e religiosas do século IV em Roma

Bruno Nogueira²⁷

Após a morte de Alexandre Severo, em 235, o império romano passou por uma crise institucional. Entre os anos de 238 – 285, 19 imperadores foram nomeados e assassinados pelas tropas, não conseguiram atuar de forma ativa com o Senado, colocando Roma em uma crise institucional desconhecida” (CARLAN, 2013, p 129). Crise essa, das instituições foi solucionada somente quando Diocleciano foi nomeado imperador. Ele fará várias reformas que o manterão no poder, criando assim a estrutura para o período que nos interessa investigar nesse trabalho.

Para isso, precisamos analisar alguns fatores que devem ser levados em consideração para a compreensão dos séculos III e IV d.C, como a reforma realizada por Diocleciano, final do terceiro século. Tais como: Instabilidade política (anarquia militar); conflitos entre cristãos e cristãos e pagãos; rivalidade com o império Persa Sassânida; aumento de impostos e abandono de terras.

Em 286, Diocleciano começa as reformas criando uma diarquia. Dividiu o império em Oriente e Ocidente, sendo que em cada lado havia uma autoridade imperial, porém Diocleciano era o mais poderoso. Depois esse sistema é transformado em tetrarquia, sendo que o poder mais alto não é mais o de César, mas o de Augusto, sendo César o segundo.

Assim, Diocleciano é o Augusto do Oriente tendo Galério como seu César, Maximiano era o Augusto do Ocidente tendo Constâncio Cloro como seu César. Com essa divisão, Roma deixa de ser a cidade mais importante, sendo que agora o império passa a ter quatro capitais: Aquileia, Tréveres, Sírmio e Nicomédia. A partir das novas capitais se tornou mais fácil combater revoltas ou invasões.

Diocleciano também reformou o imposto sobre a produção agrícola anuale ordenou a fixação de arrendatários, colonos e agricultores nas terras que cultivavam; os trabalhadores das cidades deveriam ensinar suas profissões aos seus filhos, sendo que tais profissões seriam familiares, não podendo mudar de profissão; fortaleceu os curiales; estabeleceu o Edito máximo dos Preços, algo parecido com o congelamento usado na

27 Mestrando em História Ibérica, pelo PPGHI / UNIFAL-MG

atualidade e confiscou os bens dos cristãos e das igrejas, sendo um dos maiores perseguidores.

O sistema da tetrarquia estabelecia que após vinte anos de governo os Augustos renunciavam o poder, os Césares assumiam como Augustos e nomeavam novos Césares. “Os Césares eram chefes militares capazes de governar e proteger o império, adotados como filhos pelos Augustos, a quem sucederiam em caso de morte, incapacidade provocada pela velhice, ou decorridos vinte anos de seus governos.” (CARLAN, 2013, p. 160). Os Césares casavam-se com filhas dos Augustos, com a intenção de manter a unidade imperial através de política de casamentos. Esse sistema funcionou bem durante esse governo, que era composto da seguinte maneira:

Em 305 ocorreu o final da primeira tetrarquia com a renúncia dos *Augusti* Diocleciano e Maximiano. Dessa forma, os dois *Césares* ascenderam a categoria de *Augustus*, e dois oficiais ilírios foram nomeados seus auxiliares. A segunda tetrarquia ficou formada com: Constâncio Cloro e Severo II, no ocidente; Galério e Maximino Daia (ou Daza), no oriente.

Constâncio Cloro caiu enfermo durante uma expedição contra os pictos, confederação de tribos que habitavam o norte da Escócia, na Calcedônia, morrendo no ano de 306. Constantino, se encontrava a seu lado em *Eboracum* (atual York). Seu general, Croco, de origem germânica, e as tropas leais a seu pai, proclamaram-no imperador. Severo, era proclamado *augustus* por Galério. Nesse mesmo ano, em Roma, Maxêncio era também proclamado imperador, e Maximiano retornava a vida pública, reclamando o título imperial. O primeiro a cair foi Severo, traído por suas tropas, enquanto Constantino e Maximiano realizaram uma aliança.

Ao final de 307 havia quatro *augusti*: Constantino, Maximiano, Galério, Maxêncio, e um *César*, Maximino Daia. Apesar da mediação de Diocleciano, ao final de 310, a situação estava ainda mais confusa com sete imperadores: Constantino (...), Galério (...), Maximiano (...), Maxêncio (...), Maximino (...), Licínio (...), introduzido na disputa por Diocleciano, e Domício Alexandre, autoproclamado *Augustus*, na África. Aos poucos começam desaparecer alguns “candidatos”: Domício é assassinado por ordem de Maxêncio, Galério morreu por causas naturais, Maximiano assediado por Constantino, escolheu a morrer na forca.

Com a derrota de Maxêncio em 312, na ponte Mílvia, uma nova aliança é estabelecida entre Constantino e Licínio. Após alguns enfrentamentos iniciais, firmaram a paz em Sérдика, no ano de 317. Durante esse período, ambos nomearam *césares*,

segundo as suas conveniências, membros de sua família, independente da idade. Depois de novos enfrentamentos, em 324, Constantino reunifica o império. (CARLAN, 2013, p 161-162).

Em 311, Galério, Constantino e Licínio assinam um Edito que dava liberdade de culto, o que beneficiaria também os cristãos. Maximino não assinou. Porém, após a morte de Galério e as vitórias de Licínio e Constantino sobre Maximino, houve conflitos entre Constantino e Licínio (a partir de 316), este por algum tempo também promoveu perseguição aos cristãos. Com a vitória de Constantino a perseguição acaba definitivamente.

Constantino também fará uma série de reformas. No âmbito militar diminuiu o efetivo de legiões locais, aumentando o efetivo de campanhas, legiões que contavam com muitos germânicos. Reduziu o número de legionários nas legiões, dissolveu os pretorianos, criou guardas imperiais especiais e deu privilégios aos veteranos. Criou o *solidus*, uma moeda de ouro que somente a elite tinha acesso ao uso. Também fortificou cidades.

A mudança que mais causou impacto foi sua conversão ao cristianismo. Nesse tempo os cristãos não eram os mais numerosos, além disso não tinham uma igreja institucionalizada que unisse todos, assim como existia muitas interpretações sobre a própria religião, o que gerava, até certo ponto divisão entre os cristãos.

Desde o século I os cristãos eram perseguidos, porém essas perseguições não foram realizadas por todos os imperadores. Alguns imperadores interrompiam as perseguições durante seus governos, dando assim, por algum tempo, um pouco de paz aos cristãos.

É importante sempre ter em mente que o cristianismo não foi a única religião perseguida. Entre os fatores que os levavam a ser perseguidos está a questão do monoteísmo; o não cultuar os deuses e até mesmo ao imperador era considerado algo perigoso. Os deuses eram considerados protetores, aqueles que fizeram Roma ser grande, portanto rejeitá-los poderia trazer algum tipo de punição. Não cultuá-los era como uma ofensa, portanto quem os rejeitava deveria ser considerado como perigo à sociedade romana. No caso do culto ao imperador poderiam ser considerados como ameaça a ordem. Várias eram as acusações que se faziam contra os cristãos, tais como: ateísmo, prática de canibalismo, rebeldes, inimigos do gênero humano etc. Portanto, “para aqueles que os perseguiam, havia motivos” para tal.

A conversão de Constantino foi fundamental para beneficiar os cristãos. Em 312, antes de enfrentar Maxêncio, Constantino teve uma visão onde via as letras iniciais da palavra cristo acompanhadas da inscrição sob este signo vencerás; desenhado nos escudos dos legionários, serviu de modelo para as Igrejas Cristãs.

Tanto Constâncio Cloro, quanto Constantino, eram adeptos do culto solar, *Sol Invictus*, culto monoteísta. Um dos fatores da disputa com Maxêncio e Maximiano foi o rompimento da filiação com Hércules. Os imperadores deviam ter alguma filiação divina, que legitimaria seu poder e seria seu protetor sobre assuntos da administração do império e na guerra. Diocleciano e Galério eram filiados a Júpiter, enquanto Maximiano e Constâncio Cloro eram filiados a Hércules.

Ao se aproximar de Maximiano e Maxêncio, após terem invadido Roma e ter um poder ilegítimo, Constantino se casa com Fausta, filha de Maximiano, assim sendo, por força do casamento estava filiado a Hércules, divindade filiada aos imperadores no ocidente. Constantino tinha o interesse em ser o imperador no ocidente, para isso precisava derrotar Maxêncio. Ao Romper com Hércules, rompia também com os imperadores a ele filiados.

Cristianismo e política

Existiam vários grupos cristãos desde o século I. Esses grupos não tinham pensamento unânime, portanto uma religião com muitas divisões. Os conflitos entre os cristãos levou Constantino a interferir para que pudesse resolver tais questões. O cristianismo não era uma religião que pregasse o fim dos poderes do Estado, e o império precisava de união naquele momento, união desejada e buscada pelos imperadores. Divisões religiosas naquele momento poderiam prejudicar a busca pela unidade imperial, nesse momento a religião cristã era uma possibilidade para a realização de tal intento, porém não poderia estar dividida internamente. Nesse sentido, analisaremos abaixo, alguns conflitos cristãos do século I:

- Entre os helenistas (...) estavam os nicolaítas. Tinham esse nome por possivelmente serem seguidores de um diácono da Ásia Menor chamado Nicolau de Antioquia e que fora constituído pelo primeiro colegiado apostólico. Embora fossem bem abertos no sentido de romper com as tradições judaicas ligadas ao consumo de carnes sacrificadas aos deuses pagãos e no desprendimento a questões morais tão caras aos judeus, os nicolaítas não negaram a divindade de Jesus ou a virgindade de Maria. (...) esse

movimento sobreviveu até aproximadamente o ano 200 passando a partir daí a estar mais ligado ao culto gnóstico da serpente do Éden, conhecido como Ofitismo.

- (...) Gnóstico, Cerinto defendia a submissão à Torá e a texto conhecido como Evangelho dos Hebreus. Negando a divindade de Jesus de Nazaré. Cerinto ensinava que existiam diferenças entre Jesus e Cristo. Segundo ele, no momento do batismo de Jesus o espírito de Cristo entrou no nazareno, deixando-o pouco antes de sua morte por crucificação.

- (...)Elcasaísmo, que ganhou esse nome graças ao seu líder Elkasai. Da época do governo de Trajano, esse movimento opunha-se de maneira radical às perspectivas paulinas, afirmando que existia apenas um Deus, mas defendendo que Jesus, a quem chamavam de *anjo Jesus*, era somente humano e a reencarnação dos profetas da Bíblia Hebraica. Mesmo assim, os elcasaístas acreditavam no messianismo de Jesus de Nazaré.

- (...)Adocionismo, que, por sua vez, dividia-se, a princípio, em pelo menos duas correntes: o adocionismo de Hermas e o adocionismo ebionita. Hermas (...) desenvolveu uma ideia de identificação entre o Filho de Deus e o Espírito Santo. Em sua obra não usou as expressões “Cristo” e “Jesus”, mas entendeu que na encarnação, Deus fez habitar seu Filho, ou seja, o Espírito, em um corpo por Ele escolhido. Este corpo era, portanto, o corpo do ser humano Jesus de Nazaré que, como recompensa, recebeu por sua fidelidade e serviço a Deus, a dádiva de tornar-se, a partir da ressurreição, participante na dignidade do Filho de Deus, que era, na perspectiva de Hermas, o Espírito Santo.

Já o adocionismo ebionita (...), embora entendesse Jesus como verdadeiro Messias de Israel, não o aceitava como divino ou Filho de Deus. Os ebionitas eram judaizantes e optavam por uma vida dedicada à pobreza, à observância da Torá e dos ensinamentos de Jesus, além de rejeitarem os textos paulinos e os evangelhos de João e de Lucas. Jesus, para os ebionitas, nascera da relação entre José e Maria e fora ungido por Deus na ocasião do seu batismo, recebendo uma espécie de filiação divina.

- (...) Entre os que se destacam nessa tendência de sistematização do adocionismo está Teodoro de Bizâncio, para quem Jesus foi apenas humano, sem natureza divina, nascido de maneira natural como qualquer outra pessoa, tendo recebido uma força especial na ocasião do seu batismo, marcando o início do seu ministério.

- (...) Ainda no final do século I, em particular nas comunidades da Ásia Menor, disseminava-se uma perspectiva segundo a qual Jesus de Nazaré não teria um corpo físico. Chamada de Docetismo (...) esta corrente de pensamento de tendência gnóstica acreditava e defendia que Jesus teve apenas um corpo aparente. Para eles, a hipótese de um Deus feito humano, crucificado e morto era absurda, pois como gnósticos, entendiam

que toda matéria é má e incapaz por natureza, enquanto o espírito, em oposição à matéria, deve ser considerado superior e bom. Como, então, a divindade assumiria qualquer parcela da matéria, encarnando-se nela?

- (...)Rejeitando o Deus e os textos da Bíblia Hebraica, Marcião defendia que os cristãos deveriam seguir apenas os textos de Paulo que, em sua opinião, recebera o autêntico evangelho. Além de aceitar os textos paulinos, Marcião editou o *Evangelho de Lucas*, excluindo possíveis referências à tradição judaica. Assim, ao rejeitar a Bíblia Hebraica, Marcos e João, Marcião dedicara-se ao seu empreendimento de “desjudaizar” a religião cristã.

- (...)Monarquianismo, também chamado de Patripassionismo. (...). Por não abrirem mão do monoteísmo herdado da tradição judaica e, ao mesmo tempo, não rejeitarem a crença na divindade de Jesus de Nazaré, os monarquianos entendiam que considerá-lo uma pessoa distinta do Pai seria o mesmo que afirmar a existência de outro deus. A alternativa proposta pelos monarquianos era definir que Jesus não era uma pessoa distinta, mas a própria e única pessoa de Deus que, ora manifestava-se como pai, ora manifestava-se como Filho. Dessa forma, segundo os monarquianos foi Deus-Pai que, tornando-se Filho, desceu ao seio de Maria, viveu, cresceu, sofreu, morreu e ressuscitou. A partir dessa interpretação, os monarquianos também foram conhecidos como patripassianos (...) por entenderem que o próprio Deus-Pai sofrera o sacrifício na cruz.

- (...) Para Sabélio, Deus manifestara-se em três momentos diferentes da história: como Pai, nos tempos do Antigo Testamento; como Filho, no ministério da encarnação e como Espírito Santo, na festa de Pentecostes narrada no livro de Atos dos Apóstolos. Porém, apesar dessa divisão, tratava-se de uma só pessoa, uma só substância e essência, portanto, uma só divindade.

- (...) Subordinacionismo que reconhecia em Jesus um ser humano criado por Deus antes da criação narrada na Torá. (...) apenas o Pai era Deus (...). (RAMALHO, FUNARI, CARLAN, 2016, p. 48-51).

Essas são algumas das discussões existentes entre os cristãos. Não havia um cânon único, nem Igreja e nem mesmo doutrina única, o que fazia com que cristãos fossem, até certo ponto, desunidos e fossem até mesmo perseguidores uns dos outros. Essa dificuldade se encontra no fato de Jesus não ter deixado nada escrito. Seus discípulos escreveram alguns anos depois sobre sua crucificação. Vários grupos rejeitavam vários escritos dos discípulos de Cristo, muitos outros escreviam a fim de promover a

espiritualidade do grupo ao qual faziam parte. Um exemplo são os escritos cristãos ligados ao gnosticismo, que não tinham a finalidade de evangelização.

Não havia consenso sobre quais textos eram os textos sagrados, portanto cada grupo tinha como sagrados textos diferentes; não havia também uma resposta sobre quem era Jesus, se era divino ou não, se tinha corpo ou não, se existia três pessoas que formavam a divindade ou se era apenas uma pessoa, ou se Pai, Filho e Espírito Santo eram apenas formas diferentes de uma mesma pessoa; também discussão sobre continuar ou não seguindo as leis da Torá etc. Esses não eram os únicos motivos para discussões, porém são suficiente para demonstrar a diversidade de pensamentos dos cristãos sobre sua própria religião.

A ortodoxia cristã será estabelecida somente com o Concílio de Niceia, onde os bispos e o imperador decidirão sobre as questões da religião, estabelecerão uma Igreja Universal (Igreja Católica), quem é Cristo, Trindade, Escrituras, doutrinas da Igreja e o Credo oficial. Todas as ideias que estejam em desacordo com a ortodoxia serão consideradas heresias, portanto condenadas, podendo resultar em ex-comunhão.

O concílio de Niceia, convocado por Constantino, tinha a finalidade de resolver várias questões referentes à religião cristã. O credo oficial, instituição de uma Igreja única, quais livros eram os livros canônicos, estabelecer hierarquia da Igreja, condenar heresias e resolver a questão do arianismo, defendida pelo Bispos Ário.

Segundo Ário, Jesus não era Deus, mas uma das criaturas de Deus. Jesus foi o primeiro ser criado, sendo portanto após sua criação um auxiliar de Deus. Essa primeira criatura encarnou no corpo de Jesus, tornando se assim seu espírito e sendo adotado por Deus como seu Filho. Alexandre de Alexandria e Atanásio se opunham a esta ideia. Quatro sínodos foram realizados, mas Ário acabou condenado. No Concílio de Niceia, Eusébio de Cesareia e Eusébio de Nicomédia foram favoráveis a Ário. Suas ideias foram consideradas como heresias, assim como as demais ideias.

Constantino, se filiando ao Deus cristão e o cristianismo, cada vez mais próximo do poder imperial, levaram à concepção da formação de um império cristão. Isso significa que as ideias, correntes filosóficas não cristãs e demais religiões estariam em um patamar inferior, podendo até mesmo desaparecer.

Várias religiões consideradas pagãs eram aceitas e praticadas pelo império, porém, ainda no governo de Constantino, templos serão fechados e seus bens confiscados. Com exceção do imperador Juliano, todos os imperadores posteriores foram cristãos e beneficiaram aquilo que consideram como correto.

As mudanças realizadas durante esses governos serão representadas nas moedas. “Símbolos pagãos” ainda serão cunhados, assim como aos poucos começam as representações cristãs, convivendo símbolos cristãos e não cristãos. Também referências sobre mudanças no exército, construções e fortalecimento de antigas muralhas, assim como os vinte anos do governo de Constantino serão representados em suas amoedações.

Nas moedas dos demais imperadores também pode se ver representações semelhantes. Com Constantino aparecem as primeiras amoedações com símbolos cristãos (a partir de 315), porém os símbolos pagãos continuam sendo representados, portanto os símbolos cristãos não apagam o uso de outros símbolos.

Constantino dividiu o império, sendo que algumas partes ficaram com seus filhos, com exceção de Crispo que ele condenou à morte pela acusação de ter assediado Fausta, esposa do imperador; outras partes ficaram com seus sobrinhos. Após a morte de Constantino, Constâncio mandou matar vários de seus parentes, deixando viver apenas Galo e Juliano.

Constâncio, apesar de cristão, não concordava com as decisões tomadas durante o governo de seu pai sobre o cristianismo, sendo assim favoreceu o arianismo, do qual era adepto. Depois de sua morte, Juliano se torna imperador, porém não é adepto do cristianismo, tenta fazer algumas reformas para renovar o paganismo.

O imperador Juliano Manda cunhar uma moeda, onde se pode perceber suas convicções religiosas e políticas. Através da leitura dessa moeda, podemos entender o tipo de ideia que o imperador queria propagar naquele momento.

Juliano e a busca pela unidade imperial

Juliano foi o último “imperador pagão” do império romano. Filho de Júlio Constâncio e Basilina. Após a morte de Constantino, Constâncio II mata quase todos seus parentes, deixando somente Juliano e Galo vivos. Por causa de uma tentativa de usurpação do poder, Constâncio nomeia Galo como seu César para enfrentar Magnêncio, que tinha pretensão de ser imperador. Em uma intriga palaciana, Galo foi acusado de traição ao imperador, sendo assim condenado e morto por ordem de Constâncio; posteriormante Juliano é nomeado César.

Galo e Juliano, quando jovens foram mandados para a Capadócia (Ásia Menor, atualmente essa região pertence à Turquia) onde receberam educação helenista e cristã. Juliano esteve em Constantinopla, Nicomédia, Macelo, retornou a Constantinopla e

depois a Nicomédia, Pérgamo, Éfeso, novamente em Nicomédia, Milão, Atenas e novamente em Milão. Estudou o Neoplatonismo, além de ter sido nomeado leitor das Sagradas Escrituras.

Em 355 foi chamado por Constâncio na cidade de Milão, onde foi nomeado César e casa-se com Helena, irmã de Constâncio. Foi enviado a Gália para lutar contra Francos e Alamanos que invadiam a província e contra Magnêncio. Em 360, Constâncio manda que as melhores tropas de Juliano sejam enviadas para a luta contra os persas, o que gerará descontentamento dos militares (as tropas germânicas tinham um acordo com Juliano de não passar os Alpes, ir ao encontro de Constâncio feria o acordo).

Os soldados se concentram na cidade de Paris, de onde sairiam para se encontrar com Constâncio. Revoltados contra as ordens imperiais, essas legiões decidem proclamar Juliano como Augusto, porém esse posto só poderia ser atribuído à Juliano se fosse por nomeação de Constâncio; o imperador não aceita, começa o conflito entre eles. Juliano decide atacar, Constâncio decide contra-atacar, mas morre em Tarso, de febre.

Juliano era um homem culto, inteligente e crítico do cristianismo. Escreveu *Contra os Galileus*, cartas, panegíricos e *Misopogon*. Realizou reformas, inicialmente tirando o serviço de funcionários de Constâncio que não eram bem-vistos e administradores considerados ruins; reduziu o número de funcionários no palácio, diminuiu impostos, deu liberdade de culto a cristãos e pagãos, promulgou a lei que proibia os professores cristãos de lecionarem e mandou cunhar uma moeda que mostrava sua admiração pelo paganismo.

“Durante o governo de Juliano, ocorreram algumas mudanças. O touro, símbolo pagão do sacrifício, pronto para ser imolado, substituiu o lábaro cristão, como parte do programa de restaurador do paganismo do imperador Juliano”. (CARLAN FUNARI, 2016, p. 53).

Essa “reforma religiosa” pretendida por Juliano parece ter sido a mais controversa durante seu governo. Entre suas mudanças, ele decretou que os mestres e professores cristãos não poderiam mais lecionar, alegando que um homem não é honrado ao ensinar uma coisa mas acredita em outra.

Essa lei irá causar descontentamento de cristãos e trará oposição, principalmente de Gregório de Nazianzo. Ele também decretou a devolução de bens confiscados de templos não cristãos ou uma indenização pelos danos causados aos cultos não cristãos. Isso levou a conflitos, gerando algumas mortes de cristãos. Graças a esses acontecimentos Juliano ficou conhecido como um perseguidor de cristãos.

Como buscava reformas significativas, ele mandou cunhar uma moeda onde elementos de cultos mais antigos que os elementos do culto cristão são apresentados em sua iconografia. Aparentemente, essa moeda traz símbolos relacionados somente à religião. As moedas trazem mensagens que não estão apenas como decoração nas peças, moedas também tem função política. Para compreender melhor essa moeda é preciso conhecer um pouco sobre as mudanças que estavam ocorrendo no império romano. Houve uma disputa religiosa, porém esse conflito não se restringe a mera disputa entre religiões. No século IV o império passava por mudanças sociais, filosóficas, religiosas etc.

Com a conversão de Constantino e Constâncio ao cristianismo, as ideias que fundamentavam a fé cristã foram beneficiadas. Os cristãos utilizaram as ideias filisóficas gregas para fundamentar as ideias filosóficas cristãs. Essas ideias filosóficas também eram ensinadas pelos professores cristãos. Esse ensino vindo de professores cristãos desegradava o imperador Juliano.

O crescimento do cristianismo e a liberdade que cristãos tinham para exercer sua fé estava causando transformações na forma de se pensar. Não podemos ser ingênuos em acreditar que todas as pessoas do império estavam se convertendo ao cristianismo, pensando como um cristão ou que todas as pessoas viam essa fé sem algum desconforto. Muitas pessoas ainda acreditavam em outras religiões, tinham outras concepções. Então podemos perceber alguns conflitos, pois os cristãos acreditavam que sua religião era a verdadeira. “Gregório como outros autores cristãos com a sua formação aproveitaram várias ideias da filosofia helênica para construir sua concepção de doutrina cristã. Filosofia, agora, é a doutrina moral do cristianismo e, tendo em vista esse aspecto moral, ele afirma ser a doutrina cristã a verdadeira filosofia” (CARVALHO, 2010, p 80).

O ensino era um meio pelo qual se poderia analisar aquilo que professores acreditavam. Não é de se surpreender que os professores cristãos se sentissem ofendidos quando o imperador Juliano os proibiu de lecionar. As discussões tinham relações com algo maior que proibir cristãos de lecionarem. Roma passava por mudanças políticas, e é preciso lembrar de que nesse período vários povos bárbaros estavam entrando e se estabelecendo em território imperial, além de diversas dificuldades financeiras, guerras civis, tentativas de usurpação de poder, reformas realizadas desde a tetrarquia e enfrentamentos com os Sassânidas que tanto incomodaram os imperadores romanos desse período. Esses fatores levaram a descrença de várias pessoas com a religião tradicional, que foram se refugiar em outras, como por exemplo o cristianismo. Esses são alguns

fatores que levavam Roma a viver mudanças na sua estrutura política e social. Os conflitos desse momento tinham relação com essa transformação.



Figura 11 - Moeda designada como *Maiorina*, cunhado entre os anos de 361-363, em Cízico.

<http://www.monedasdelbajoimperio.com/2010/11/1a-enigmatica-doble-maiorina-de-juliano.html> **Moeda do imperador Juliano 361-363²⁸**

Há algumas interpretações possíveis para essa moeda, ligadas a religiões nesse período que têm o touro como um de seus símbolos. Por exemplo: Ápis era representado pelo touro, assim como Mitra, que além de ser um símbolo o animal era sacrificado ao deus; Zeus era também representado pelo touro e pela águia. Quanto às estrelas, podem ser representações de Hyades e Plêiades da constelação de touro. A águia pode representar Zeus, a águia romana ou até mesmo o próprio Juliano que se elevava ao Olimpo. As

²⁸ Moeda cunhada em 362. Anverso: Busto de Juliano. Lado direito. Barba cumprida. Coroa e diadema..
Legenda: DN. FL. CL IVLIANVS PF. AVG. Reverso: Touro olhando para frente visto do lado direito. Em cima do touro duas estrelas. A sua frente há uma águia.

Legenda: SECVRITAS REIPVB. Moeda de prata, 28mm de diâmetro, peso de 8,25g. Cunhada em 362, chama-se *dupla maiorina*..

estrelas podem lembrar o sinal dado por Júlio César a Augusto, o touro os deuses que tornaram Roma poderosa; a águia pode ser também representação do poder de Roma. Independente da interpretação dada aos símbolos dessa moeda, devemos lembrar que Juliano era adepto do culto solar. Sua intenção com essa moeda é exaltar o paganismo.

Cristãos e não cristãos procuravam fortalecer o poder romano, porém suas referências para realizar essa tarefa eram diferentes. Cristãos acreditavam que Roma seria grande sob o cristianismo. Não cristãos acreditavam que Roma seria poderosa sob a religião tradicional. Juliano buscava fortalecer o império romano, portanto suas referências eram vistas por ele como o melhor caminho para realizar tal obra. Suas ambições políticas se fundamentavam em ideias diferentes das ideias cristãs.

Juliano, como adepto de cultos não cristãos se empenha em fortalecer os cultos antigos. Ao se assumir como adepto do culto solar e sua preferência pelas ideias helenistas, demonstrará empenho em fortalecer suas crenças. Isso não significava apenas uma posição religiosa. Durante o tempo em que Constâncio esteve vivo, Juliano escondeu suas reais crenças mostrando-se como cristão. Após a morte de Constâncio, Juliano demonstra abertamente. Como imperador pode ter maior liberdade para fazer as mudanças que acha necessárias.

Sin duda, ligado con todo ello, la apostasía trajo consigo el despertar de sus ambiciones políticas, según confiesa el propio Juliano. El joven que sólo había soñado hasta el momento con placeres espirituales sin compromiso, se va a encontrar ahora con la obligación de salvar el imperio con sus antiguas tradiciones, frente al creciente poder del cristianismo cuyas innovaciones piensa que lo están hundiendo. Helios cura a Juliano de su primitiva enfermedad, lo limpia de su suciedad y reanima el fuego que ha puesto en su alma para confiarle la administración del imperio, que está a cargo de pastores perversos, pese a la propia oposición inicial de Juliano. El joven príncipe, el adepto de Mitra – el gran intermediario - el seguidor de Helios, tiene una misión que debe cumplir con la ayuda de los dioses: purificar de sus presentes manchas el imperio de sus antepasados. (BLANCO, 1979, p 25).

Por essa linha de raciocínio, podemos então pensar que a cunhagem realizada no ano 362 não tem uma relação puramente religiosa. Acreditamos que ela traz uma mensagem que demonstra um interesse pelas questões políticas, religiosas, filosóficas e sociais que ocorriam nesse tempo.

En cualquier caso, Juliano está ahora completamente seguro de sí mismo y convencido de que, en efecto, goze del favor de los dioses y es su elegido para defender en la tierra la causa de la vieja religión. ¿Cómo, si no, explicar su milagrosa salvación, en medio de tantos peligros, que le ha hecho quedar como único representante de la dinastía de los segundos Flavios y su no menos

milagroso acceso a la categoría de Augusto, único señor del imperio, sin verter una sola gota de sangre? (BLANCO, 1979, p. 39).

Considerações Finais

A moeda também tem função política. Na antiguidade a maioria das pessoas era analfabeta. As mensagens chegavam a maioria das pessoas através do uso de imagens. É comum que se use elementos do cotidiano, que trazem algum tipo de identificação com a população que usará a moeda. A iconografia e legenda das moedas não são apenas decoração. Elas circulam por todo o território levando impresso a ideia que se quer transmitir.

Diocleciano, Constantino, Constâncio, Juliano, entre outros, mandaram cunhar suas próprias moedas. As legendas e iconografias traziam aos cidadãos romanos mensagens que circulavam por todo o império. Encontra-se nessas moedas representações de gênios protetores do povo romano, vitória sobre inimigos, deuses legitimadores do poder imperial e até muralhas representando segurança. Juliano estava fazendo reformas para criar união e fortalecer Roma sob a religião tradicional. A moeda circula por todo território imperial levando a mensagem que visa criar a unidade romana. Tendo em consideração que, desde Constantino símbolos cristãos e pagãos convivem em amoedações, nessa moeda em especial não encontraremos símbolos cristãos. Símbolos cristãos e não cristãos em uma mesma amoedação não são um padrão, como se em todas as moedas essas simbologias estariam presentes.

Juliano se sustentava no paganismo para criar essa unidade política-ideológica do império. Outras religiões existiam naquele espaço e poderiam ser usadas como referência. Durante o século IV o cristianismo se aproxima do poder imperial, ganha espaço e se fortalece. Cristãos acreditavam que o sustentáculo do império era a sua religião. A disputa pelo espaço político levou a alguns conflitos ideológicos. O cristianismo não somente queria unir Roma, mas também controlar o poder temporal, teorizando que o poder espiritual é superior ao temporal, portanto teria de submetê-lo.

O poder de um imperador era grande demais, podendo ajudar ou impedir que se alcançasse a unidade por essa forma. Isso seria alcançado por meio da "verdadeira fé" (cristianismo) ou por meio da tradição clássica.

A aplicação dessa força seria feita pelo governante (...) por meio da atuação e das bases de pensamento do governante, levaria à supremacia o império Romano. Era necessário justificar a monarquia como um sistema político ligado, simbolicamente, à

perfeição e para isso, (...), deveria ser justificado por um sistema divino; na compreensão de Juliano, um sistema baseado nos parâmetros da tradição clássica com o aval dos mistérios orientais, um platonismo místico que, com certeza, se contrapunha (...) a uma formação canônica (...) (CARVALHO, 2010, p. 154).

Para concretizar sua reforma, Juliano precisava que as crenças tradicionais ganhassem força. A melhor maneira de se fazer conhecida a "ideologia imperial" era fazendo sua propaganda, fazendo ser vista e demonstrando, até mesmo por força de leis que as tradições antigas tinham valor (proibição dos professores cristãos de lecionarem e devolução ou indenização pelos bens de templos confiscados), ainda eram vistas e aceitas. A moeda chegaria às mãos de qualquer um que estivesse dentro de território romano, portanto os símbolos divinos, legitimadores do poder seriam vistos. O imperador é alguém que está no poder por meio da legitimação dos deuses.

Referências

IVLIANVS. *Discursos*. Traducción de José García Blanco. 5 v. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1979.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da História*. - São Paulo: Annablume, 2012.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação*. - São Paulo: Annablume, 2013.

CARLAN, Cláudio Umpierre, FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade tardia e o fim do império romano no ocidente* – São Paulo: Fonte Editorial, 2016

CARVALHO, Margarida Maria de. *Paideia e retórica no Século IV D.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. - São Paulo: Annablume, 2010.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

RAMALHO, Jefferson, FUNARI, Pedro Paulo A., CARLAN, Cláudio Umpierre. *Constantino e o triunfo do cristianismo na antiguidade tardia* – São Pulo: Fonte Editorial, 2016.

SPINOLA, Noemio Dantas Le – *Dinheiro, Deuses e poder: 2.500 anos de lendas, mitos, símbolos, fatos e história política das moedas*. Contribuição para uma antropologia dos mercados e da desmaterialização do dinheiro no século XXI. São Paulo: Civilização brasileira, 2011.

O Audiovisual como Estudo da Península Ibérica: as construções representativas da conquista romana (218 – 29 a.C), através do Cine Documentário *Hispania, um produto de Roma*.

Lucas Matthiesen²⁹

O presente capítulo pretende apresentar um projeto de pesquisa ainda em fase inicial, com seus procedimentos metodológicos e bibliografia prévia e onde se propõe fazer uma leitura sobre a Península Ibérica na Antiguidade, partindo do ponto de vista do uso de uma fonte documental distinta da forma escrita: o cinema documentário, e como este tipo de fonte contribui para os estudos dentro da área, uma vez em que este tipo de fonte opera com categorias de análise distintas da fonte escrita, o que possa possibilitar novos questionamentos, problemáticas e conseqüentemente, contribuições para a área de pesquisa do programa.

Pois bem, a problemática da presente pesquisa reside em, a partir da análise e do estudo do documentário espanhol *Hispania, un producto de Roma*, compreender como, por meio de suas construções representativas, é vista a conquista romana da Península Ibérica (218-29 a.C.) sendo que seus principais objetivos serão: 1º: Identificar como são construídas e quais são os possíveis significados que o documentário vem a trazer com essas representações. 2º: Entender de que forma a proposta do documentário se insere na cultura espanhola e como este se repercute quanto um produto sociocultural e histórico. 3º: Justificar e apresentar, em sala de aula, a importância do tema abordado pelo documentário e como ele se relaciona (direta ou indiretamente) com o nosso presente.

Como arcabouço teórico básico, serão utilizadas fontes escritas de especialistas referenciados no tema como os historiadores espanhóis José Maria Blázquez e Antônio Tovar, cujos trabalhos sobre o processo de Romanização da Península Ibérica e sobre a história da Hispania Romana, dentre outros, ajudam a fundamentar a pesquisa de forma a que se apresente um conteúdo sólido, que dialoga direta e continuamente com o documentário pesquisado, buscando tornar possível alcançar os objetivos propostos para o presente trabalho.

No entanto, o *devoir* do historiador não se limita apenas em estudar o passado por si só, uma vez em que o passado e o presente estão continuamente ligados. É incoerente crer que passado e presente, pelo menos cientificamente falando, são tidos como ilhas

29 Mestrando em História Ibérica do PPGHI (UNIFAL-MG)

isoladas uma da outra onde seus domínios são independentes e impossíveis de se comunicarem. Para se falar de passado é fundamental que se fale de presente e vice-versa.

A relação entre passado e presente é fundamental e se dá na medida em que, o passado (dentro de uma delimitação espacial e temporal específica) não seria capaz de ser compreendido apenas por si só, se abstendo de críticas e desconstruções, mas sim em uma relação de mão dupla com o presente, onde este, através de estudos críticos de fontes e ressignificações, proporciona aos estudos relacionados ao passado, novas problemáticas, perspectivas e novos significados que ampliam e aprofundam o conhecimento histórico como todo e, conseqüentemente, possibilitando uma compreensão e um sentido mais conciso para se entender e pensar a realidade presente.

Sendo assim, a pesquisa da Conquista Romana da *Hispania* através do documentário procura sua relevância na medida em que se compreenda como tal acontecimento é representado por uma fonte audiovisual de grande divulgação social, e quais seriam os possíveis novos significados, entendimentos que o documentário busca trazer acerca da temática e como esses contribuem para os atuais estudos dentro da área de História Ibérica.

Dentro do programa, o presente trabalho poderá contribuir também para pesquisas da área ao utilizar como ferramenta de estudo uma fonte distinta da escrita (uma vez em que o presente trabalho se apoiará em fontes escritas também) como meio de pesquisa da temática onde, acredito que o uso do cinema-documentário irá oferecer uma outra ótica para o estudo e entendimento do assunto, uma vez que o documentário opera com mecanismos de análise próprios, e principalmente, não possui o compromisso com a veracidade dos fatos, o que dá a ele uma voz própria, autônoma, oferecendo assim, uma compreensão impar que pode não ser analisada em outros tipos de fontes.

Ou seja, compreender a “voz” do documentário é de suma importância na medida em que ela não apenas apresenta aspectos presente no dito, mas também no não dito, apresentando a visão de mundo do cineasta que o compôs e colaborando para o maior entendimento sobre as escolhas dos elementos representativos contidos nele

A voz do documentário pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. Os documentários procuram nos persuadir ou convencer, pela força de seu argumento, ou ponto de vista, e pelo atrativo, ou poder, de sua voz. A voz do documentário e a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva. Assim como a trama, o argumento pode ser apresentado de diferentes maneiras. (NICHOLS, 2010, p.73).

[...] A voz do documentário transmite qual é o ponto de vista social do cineasta e como se manifesta esse ponto de vista no ato de criar o filme. A voz do documentário não está restrita ao que é dito verbalmente pelas vozes de “deuses” invisíveis e “autoridades” plenamente visíveis que representam o ponto de vista do cineasta - e que falam *pele* filme - nem pelos atores sociais que representam seus próprios pontos de vista - e que falam *no* filme. A voz do documentário fala por intermédio de todos os meios disponíveis para o criador. Esses meios podem ser resumidos como seleção e arranjo de som e imagem, isto é, a elaboração de uma lógica organizadora para o filme. (2010, p. 75).

No presente trabalho, os procedimentos metodológicos utilizados serão, primeiramente, de uma bibliografia que auxilie no entendimento de como se trabalha com uma fonte audiovisual (no caso, o documentário) afim de que tenha explícita a viabilidade e validade de se trabalhar com um tipo de fonte como esta, bem como as possíveis contribuições que se possa ter dentro da temática proposta, pois, como já dito anteriormente, o documentário possui uma autonomia de se pesquisar própria.

Para tal, será utilizada a obra *Introdução ao documentário*, de Bill Nichols, onde o autor mostra como o documentário se configura como uma fonte singular, e como ele se expressa sócio culturalmente, seus respaldos e significados onde ele nada mais o faz que a partir de representações onde

Como representação, tornam-se uma voz entre muitas numa arena de debate e contestação social. O fato de os documentários não serem uma reprodução da realidade dá a eles uma voz própria. Eles são uma representação do mundo, e essa representação significa uma visão singular do mundo. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular se dá a conhecer. (NICHOLS, 2010, p. 73)

Ao definir um dos objetivos principais do trabalho como se dá a construção e os significados das representações, é de grande importância que se estabeleça o uso do conceito de representação tomado na presente pesquisa, onde serão utilizadas *História & Historia Cultural* de Sandra Pesavento, o texto *Defesa e Ilustração da noção de representação* e o livro *A história cultural entre práticas e representações*, ambos de Roger Chartier onde as definições dos conceitos são condicentes no que diz a visão singular que o documentário possui, uma vez que

A força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos e das imagens com o real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocadores e miméticos. [...] A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. (PESAVENTO, 2004, p. 41).

E mais

Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se da sua “muito pobre ideia do real”, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é. (CHARTIER, 2011, p. 23).

No que diz respeito da temática, propriamente dita, serão utilizadas, a princípio, quatro textos sendo *El impacto de la conquista de Hispania por Roma (154-83 a.C)* e *Ciclos y temas de la Historia de España: La Romanización*, ambos de José Maria Blázquez, *Geografía vol. III (Ibérica)* de Estrabão e *Historia da Vida Privada: Do Império Romano ao Ano Mil*, organizada por Paul Vayne.

No primeiro texto, Blázquez elucida as consequências (em sua maior parte, não positivas) que se deram não apenas aos povos pré-românicos como para a própria Roma com a conquista da Hispânia (uma visão que contradiz a prevalência de apenas consequências positivas com a conquista) e como as transformações ocorridas afetaram a sociedade como um todo bem como os efeitos dessa conquista para a constituição da cultura dos países que chamamos atualmente de Portugal e Espanha (especialmente). “³⁰O impacto da Hispânia nos anos que examinamos não foi apenas acusado pelo dinheiro romano, mas chegou às mesmas instituições cívicas e militares que foram forçadas a mudar.” (BLÁZQUEZ, 1963, p. 181, tradução minha).

A segunda obra de Blázquez, aborda sobre os principais motivos que contribuíram para a solidificação e efetivação do chamado processo de *Romanização* da Península Ibérica, do início da conquista, até o principado, com a instituição de muitos aspectos romanos que mudaram de tal forma uma província romana como nunca fora mudada até então, bem como as tradições que “insistiram” em permanecer mesmo após o domínio romano como o legado semita e indoeuropeu, o que, além do legado romano, é de grande importância para a compreensão do que fora citado antes no que tange a questão identitária ibérica.

³¹Já faz muitos anos desde que T. Mommsen escreveu: Há muitos campos em que temos testemunhos de que a civilização romana penetrou na Espanha antes

30 “El impacto de Hispania en los años que examinamos, no lo acusó sólo el dinero romano, sino que alcanzó hasta las mismas instituciones cívicas y militares que se vieron obligadas a modificarse.”

31 Hace ya bastantes años que T.Mommsen escribió: Son muchos los campos en que poseemos testimonios de que la civilización romana penetró en Hispania antes y con mayor fuerza que en ninguna otra provincia del Imperio [...] Si en algún sitio se había preparado por la República el terreno para la obra histórico-universal del Imperio, la romanización de Occidente, era precisamente en Hispania [...] [...]

e com mais força do que em qualquer outra província do Império [...] Se tivesse sido preparada em algum lugar para a República a terra para a obra histórico-universal do Império, a romanização do Ocidente, estava precisamente na Hispânia [...]

[...] Hispania sempre foi considerado o baluarte do romanismo, como a província mais fundamentalmente romanizado do Ocidente [...] (BLÁZQUEZ, 1975, p. 18-19, tradução do autor).

É indispensável para o presente trabalho a presença de Estrabão de Amásia, escritor grego cujo talvez sua obra mais relevante, *Geografia*, especificamente o volume III é de grande importância para o estudo da Península Ibérica durante a época da conquista Romana onde, descreve a chamada Ibéria entre os reinados de Augusto e de Tibério, testemunhando, em primeira mão, as conquistas romanas na região, sendo assim, uma fundamental fonte primária para o desenvolvimento do presente trabalho.

O geógrafo reúne esses testemunhos, confronta-os e apresenta-os criticamente, discutindo-os e evidenciando a sua opinião pessoal, para a qual não deixa de ter em consideração elementos de uma época que ele próprio vivenciou e que marcou a sua *Geografia* – a da expansão do império romano, com particular destaque, neste volume III, para a romanização de toda a Península Ibérica, favorecedora da desejável *pax augusta* (cf. nomeadamente 3. 3. 8, momento em que Estrabão se refere às campanhas romanas nas Astúrias e na Cantábria, acontecimentos da história do seu tempo dos quais era imprescindível dar notícia, sublinhado uma relação estreita entre a sua geografia e as transformações históricas contemporâneas). (DESERTO; SUSANA, 2018. p. 27)

A terceira obra de embasamento teórico se preocupa em descrever, a nível da micro-história, as características cotidianas do mundo privado Romano: quem eram os romanos, elementos sociais (crenças, costumes, hábitos, rituais etc), políticos e econômicos (estrutura social, direitos, legislação, leis, administração econômica, moeda, sistemas de compra/venda etc). Esta obra terá uma contribuição no que diz a análise dos elementos privativos romanos presentes no documentário e confronta-los como são apresentados na obra escrita.

Buscando não apenas escrever um texto a fim de ser utilizado e estudado apenas pelos pares da área, mas também tornar com este um estudo com um tema relevante dentro das salas de aula, o objeto de pesquisa proposto neste presente trabalho busca, através tanto do documentário como da documentação, constituir a partir de um software, um guia infográfico que possibilite aos alunos de ensino médio, compreender o processo da conquista da *hispania* pelo império romano e como as heranças, legados desse

Hispania ha sido siempre considerada como el baluarte del romanismo, como la provincia más fundamentalmente romanizada de Occidente [...]

processo são vistos ainda hoje direta ou indiretamente e como o Brasil fora afetado com isso posteriormente.

Metodologicamente falando, de forma interativa, uma linha não cronológica (baseada na relação lógica dos acontecimentos e não na cronologia destes) se estabeleceu e que, ao acessar cada data, um fato histórico importante apareceu na tela juntamente com um breve resumo do ocorrido, e um trecho específico do documentário representando tal acontecimento, povos envolvidos, características etc; Ao mesmo tempo acima da linha um grande mapa dinâmico da região estará disponível ao longo do percurso pelas datas, onde, ao acessá-las, o mapa se altera de acordo com os acontecimentos, conquistas, movimentações humanas etc.

O objetivo do material, além do citado ao começo, será de demonstrar aos alunos que, os eventos de um determinado fato histórico não ocorrem da noite para o dia (por isso a utilização do mapa, dando uma ideia do tamanho do território e o tempo de deslocamento) bem como leva-los a refletir sobre a importância do passado para se compreender o presente, a realidade vivida, sendo através de rompimentos ou permanências.

Fonte Audiovisual

Hispania un produto de Roma. (Capítulo IV). Série Memoria de España. Direção: Teresa Mora Produção: Manuel Veguin. Radiotelevisión Española. Espanha. 26 de agosto de 2015. 1 DVD Vol. III. (50:35 min)

Referências

BLÁZQUEZ, José Maria. *Ciclos y temas de la Historia de España: La Romanización*, Colección Fundamentos. Madrid. Ediciones ISTMO, 1975.

_____. *El impacto de la conquista de Hispania por Roma (154-83 a.C)*. Klio, n. 41, p. 168-186, 1963.

_____. *Historia económica de España en la antigüedad*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. *Defesa e ilustração da noção de representação*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 2, p. 15-29, jul/dez. 2011.

DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da Hora Marques. Estrabão, *Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas*. Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, Novembro de 2018.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

JUNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. *Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010)*. História da historiografia. Ouro Preto, n.8, abril, p. 151-173, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 5. ed. Campinas, São Paulo. Papyrus. 2005.

PESAVENTO, Sandra. Caps. III Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar In: *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica 2004.

TOVAR, Antonio; BLÁZQUEZ, José Maria. *Historia de la Hispania Romana: La Peninsula Ibérica desde 218 a.C. hasta el siglo V*. Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1975.

VALDEON BARUQUE, Julio. *La Reconquista: El concepto de España: unidad y diversidad*. Pozuelo de Alarcón (Madrid): Espasa Calpe, 2006.

VAYNE, Paul (Org). *História da Vida Privada 1: do Império Romano ao Ano Mil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A Visão Política de Helena de Constantinopla (306 -a 337). Uma Análise Numismática.

Denise Carvalho³²

Introdução

Flávia Júlia Helena, conhecida também como Helena de Constantinopla, cristã e mãe do imperador Constantino o grande, foi de suma importância para as políticas implantadas por seu filho, e devido a seus feitos em favor do império passou a ser vista e usada como exemplo para as mulheres romanas.

Nascida em Drepana, na Bítínia³³ por volta de 250 (séc. III) período no qual o império passava por diversas invasões e uma forte crise econômica/ política, que acarretou no declínio do senado. Teve boa parte da infância em um cenário de pouco otimismo, podendo até se afirmar que sua origem humilde seja consequência desse período

Logo, assim Helena passou a trabalhar como criada³⁴ em uma taverna/ pousada, onde conheceu Constâncio Cloro (?- 306) com quem manteve um longo relacionamento de concubinato e deste relacionamento resultou seu filho Constantino. É importante ressaltar que em Roma a prática de concubinato era totalmente aceita e as concubinas possuíam direitos e deveres semelhantes a esposas.

Desta união nasce Constantino em 272 que viveu junto aos seus pais até a separação de ambos. Helena e Constâncio Cloro tiveram um relacionamento estável para os padrões da época, a separação ocorreu devido ao repúdio de Constâncio Cloro á Helena, para se unir a Teodora, filha do imperador Maximiano (250 – 310), união esta que facilitou a entrada de Constâncio na Tetrarquia.

Com a morte de Constâncio Cloro em 306, seu filho Constantino chegou ao poder no império, e sua mãe foi de suma importância para sua ascensão, assunto este que logo será abordado neste artigo. Antes, para entender a expressão política de Helena no império e sua importância para as mulheres do período e, da próxima geração, é necessário fazer uma breve análise da história das mulheres e sobretudo uma pequena reflexão sobre a mulher no cenário romano.

32 Mestranda em História Ibérica, PPGHI / UNIFAL-MG

33 Antiga Região localizada no noroeste da Ásia Menor. Atualmente a região é conhecida como Anatólia no território da Turquia.

34 O termo criada não condiz ao contexto que é geralmente utilizado. O termo se refere a uma mulher que trabalha em uma taverna/ pousada e que fazia alguns favores sexuais aos clientes do ressoito.

História das mulheres e as mulheres no cenário Romano

A historiografia voltada para as mulheres teve seu início por volta da década de 1960 na Grã-Bretanha e Estados Unidos, seu surgimento está ligado diretamente à sociologia, a política. Em meados de 1970, devido a renovação de alguns pensamentos voltados ao marxismo e ao estruturalismo, o estudo histórico passa a se ligar a antropologia para trabalhar alguns setores que antes eram esquecidos como; estudos voltado a família, a natalidade, a mortalidade entre outros.

Segundo a autora Michelle Perrot, a junção entre a história e antropologia possibilita a descoberta da mulher como sujeito:

A história alia-se á antropologia e redescobre a família, cuja a demografia histórica, em plena expansão, serve de medida a todas a dimensões. Através da natalidade, da nupcialidade, da idade de contrair núpcias, da mortalidade, a história apreendida, sem, no entanto, deter-se nisso, a dimensão sexuada dos comportamentos. Incidentalmente, colocava a questão das mulheres como sujeitos. (PERROT, 2006, p. 19)

Quando se fala em história das mulheres, encontramos um grande problema, a falta de vestígios. Segundo Perrot isso se dá pelo silêncio das fontes que muitas vezes tem a figura feminina apagada;

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata de história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. (PERROT, 2006, p. 21)

Este fato também ocorreu com Helena, que possui pouquíssimas fontes escritas que falam sobre ela. Tais fontes abordam pessoas que foram próximas a ela como é caso da obra de Eusébio de Cesárea, *Vida de Constantino* livro que narra a história de seu filho e devido a isso Helena aparece presente na narrativa. Por meio dessa narrativa é possível traçar pontos importantes da vida de Helena. Já as fontes numismáticas trazem a representação de Helena no período de cunhagem das amoedações, contudo devido aos anos e ao estado de conservação algumas peças tornam-se de difícil análise.

As mulheres na história são poucos citadas nas fontes, e quando mencionadas são tratadas como coadjuvantes. Em Roma, no contexto histórico esse padrão não é diferente, a maioria das mulheres de destaque da história do império são retratadas e vinculadas por

meio da história de terceiros ou muitas vezes são citadas somente como boas mães e esposas;

As mulheres eram raramente elogiadas nos textos da Antiguidade por agirem segundo seus próprios interesses. Em vez disso, eram elogiadas por promoverem os interesses do marido e dos filhos e através delas a glória de Roma (FREISENBRUCH, 2014, p. 35)

Dentro da sociedade romana as mulheres tinham seus direitos, deveres e espaços muito bem delimitados. Ao nascer a criança do sexo feminino tinha total custódia do *pater familias*³⁵, este por sua vez tinha decidia o destino da jovem até a mesma ter idade mínima para o casamento (doze anos).

As negociações para o casamento ocorriam entre os *pater familias* das famílias que tinham total autonomia para decidir o futuro de seus filhos. É importante destacar que muitos destes casamentos eram verdadeiros tratados econômicos e políticos, no qual os pais escolhiam conjugues que favoreciam os planos da família, tornando assim o casamento em uma aliança de poder ou acordo comercial.

Em Roma as formas de casamento mais comuns eram a *cum manus*, onde a mulher ao se casar passa a ser responsável da família do marido, e o *sine manus*, que se caracterizava com a mulher sendo responsável de sua família de origem.

O casamento no período republicano a mulher tinha que ser totalmente submissa ao marido, e o adultério feminino era severamente punido e os divórcios eram poucos. Somente em I d.C com a promulgação de novas leis pelo imperador Otávio Augusto³⁶ os direitos e as responsabilidades passaram por mudanças significativas que perduraram até o império.

As mulheres livres, deveriam procriar e educar seus filhos com os valores cívicos e éticos romanos, como o intuito do Imperador de Otavio Augusto era aumentar a taxa de natalidade no império, as mulheres que tinham três ou mais filhos eram tratadas com glórias. Com as novas leis, o adultério feminino era punido de forma menos agressiva, contudo, mesmo assim as mulheres adúlteras eram denunciadas e punidas. Já para aos homens era algo comum, era perfeitamente aceitável um homem romano casado ter um relacionamento com uma prostituta ou concubina.

35 Traduzindo literalmente, pode ser entendido como “pai de família”. Era o mais elevado posto do estatuto familiar romano, sempre ocupado por um homem.

36 Imperador nascido em Roma em 63 a.C, e faleceu em Nola – Itália em 14 d. C

O divórcio passou a ser mais aceito já que se tornou comum que muitos homens se separassem de suas parceiras e esposas para se casarem com mulheres que lhes oferecessem uma situação financeira/política melhor.

A maternidade para as mulheres romanas era algo perigoso, já que era comum a morte da mãe e do bebê durante o parto, muitas vezes essas mortes se davam devido a precariedade dos métodos obstétricos da época, a pouca idade da mãe ou até mesmo condições de saúde da mãe e do bebê. Era exigido das mulheres romanas que fossem boas mães e esposas.

A influência política de Helena: a importância de sua imagem para as mulheres.

Ascensão política de Constantino trouxe um grande impacto na vida de Helena que passou a ser uma figura de suma importância para o governo de seu filho, fato esse que era reconhecido pelo próprio imperador que atribuiu a ela os títulos de *nobilissima feminae*³⁷ e *Augusta* o último concedido a imperatriz após a vitória de Constantino sobre Licínio em 324. Porém antes, de fazer um aprofundamento destes títulos que foram atribuídos a imperatriz, é necessário fazer uma pequena análise da imagem de Helena durante o governo de Constantino.

Com a ascensão de Constantino ao poder em 306, a imagem de Helena foi associada a uma acusação de perseguição e morte de seus enteados filhos de Teodora e Constâncio Cloro, afim de evitar uma disputa pelo poder do império e garantir o poder a seu filho Constantino. Posteriormente, a imagem de Helena também sofreu outro golpe negativo, que é destacado pelo autor Zósimo³⁸ em seu livro *Nova História*, onde ele acusa Helena e seu filho de estarem envolvidos com o assassinato de Fausta e Crispo.

Flávia Máxima Fausta (289-326) filha de Maximiano e Eurtópia, casou-se com Constantino em meados de 307, como muitos casamentos da época seu enlace com o filho de Helena era mais um mecanismo político do que uma união romântica. Em 326 após um longo período de matrimônio Fausta juntamente com Crispo (que ironicamente, era filho de Constantino com uma Concubina) foram assassinados, por ordem imperial, Fausta foi morta afogada em uma banheira superaquecida, já Crispo foi executado.

37 Traduzido como algo parecido como, mais nobre entre as mulheres.

38 Autor e historiador pagão Grego atuante em Constantinopla em meados do século V d.C

Segundo a alguns questionamentos levantados por Zózimo , os assassinatos de Fausta está ligado a Helena devido algumas hipóteses: Fausta favorecia seus filhos e agia contra Crispo que era neto predileto de Helena, o que enfureceu a imperatriz, que já nutria uma rivalidade por Fausta que era irmã de Teodora.

Helena e Fausta teriam de certo modo que compartilhar a influência sobre Constantino, fato este que fica comprovado através das titulações que ambas possuíam (*noblissima feminae, Augusta*). Fausta teria iniciado uma relação com Crispo (adultério) o que levou Constantino a ordenar a morte de Crispo, fato este que gerou uma imensa tristeza na imperatriz, fazendo com que seu filho, para conforta-la mandou matar Fausta em um banho quente.

Para Zósimo, mesmo Helena não dando uma ordem direta, a morte de Fausta é sua responsabilidade, o autor usa esses argumentos para defender que a religião cristã era uma religião sem moral.

Mesmo com essas acusações, a imagem de Helena perante o império não sofreu grandes mudanças, Helena continuou sendo exemplo de mulher romana e cristã. Após a ascensão de seu filho como imperador, Helena passou a ser vista não só como a ex-concubina de Constâncio Cloro, mais como a mãe de um grande imperador, que apesar da estrutura social da época do império romano que era estabelecida em um sistema patriarcal, teve grande força e expressão na corte, sendo considerada um modelo de imperatriz para as próximas gerações.

Podemos destacar como um grande feito da imperatriz sua viagem a terra santa. O autor Eusébio de Cesárea, dedica várias páginas de seu livro *Vida de Constantino* para enaltecer o imperador e sua mãe, sempre destacando seus atos, sobretudo aqueles ligados a fé cristã, como fica evidente neste trecho;

Por esta razão, a belíssima imperatriz embelezava com admiráveis monumentos o lugar onde a mãe de Deus deu à luz, adorando com todos os meios a disposição sagrada da caverna que lá estava. Pouco tempo depois, o imperador também honrou aquele lugar do nascimento com oblações imperiais, aumentando a liberalidade magnânima de sua mãe com objetos de ouro e prata, e véus bordados. Não só isso: a mãe do imperador exaltou com edifícios sublimes a memória da ascensão aos céus do salvador do universo no monte das oliveiras, erguendo ao lado do pico do monte o recinto sagrado de uma igreja. (CESÁREA, 1994, p. 300)

Segundo o autor, durante sua viagem a terra santa, Helena se prostrou-se diante de Deus. É inegável que este gesto da imperatriz foi de suma relevância para o império, uma mulher, com título de *noblissima feminae*, mãe de um imperador, se curvando a Deus

na Terra Santa representava o respeito a política religiosa do governo de seu filho Constantino. Pode-se dizer através deste ato, que Helena ajudava a construir e consolidar a imagem da dinastia e do governo de seu filho, demonstrando assim a importância de sua imagem como mulher que possuía grande relevância dentro do império.

Sua viagem ao Oriente, foi motivada devido sua atuação como embaixadora³⁹ do império Romano, Helena percorria áreas que eram governadas pelo império. Seu trabalho como embaixadora foi considerado um sucesso devido a sua habilidade política e diplomática, contudo, acredita-se que motivos pessoais levaram a imperatriz a esta peregrinação pelos territórios governados pelo império Romano. Uma tentativa de purificação espiritual, considerando as principais causas: esquecer a morte de Crispo e de Fausta, assassinatos que foram atribuídos a Helena de forma indireta, e, uma tentativa de redimir suas faltas com o Senhor e agradecer pela vitalidade de sua família.

A viagem a Terra Santa também atribuiu a Helena a imagem da mulher que encontrou a cruz de Cristo. A primeira referência feita, a imagem da imperatriz como descobridora da cruz foi feita por São Ambrósio

São Ambrósio no discurso que pronunciou no funeral de Teodósio no ano de 395 d.C sinalizou que Helena veio do mais baixo nível social do império e que havia encontrado as três cruzes de Gólgota ou Calvário. Se trata do primeiro que escreveu sobre o descobrimento da cruz e também apontou que Helena havia sido estabularia, que literalmente significa que ela trabalhou em estábulos embora também possa ser entendido que ela servia em uma pousada. (MARTINEZ,2007, p. 43)

Em torno do descobrimento das cruzes pela imperatriz, foram levantadas algumas lendas. Uma delas se dá por uma suposta visão que a mãe de Constantino havia vivenciado na qual foi revelado a Helena a necessidade de ir ao território santo para encontrar a sagrada cruz, como é destacada por Rufino⁴⁰ e Teofanes⁴¹ e Sócrates de Constantinopla⁴²

Rufino afirma que a mãe de Constantino foi revelada em uma visão que deveria ir a Jerusalém, onde encontraria a santa Cruz de Cristo que foi enterrada e teve um monumento a Vênus erguido sobre ela. Teofanes fala de uma visão que ordenava a viagem a Jerusalém, afim de levar à cruz e os símbolos sagados que

39 Helena supervisionava obras império, fazia fiscalizações, e também exercia algumas ações diplomáticas a mando de seu filho o imperador Constantino.

40 Tirânio Rufino ou Rufino de Aquileia, foi um monge, historiador e teórico nascido entre os anos de 340- 345 d.C, e morreu aproximadamente no ano de 410 d.C

41 Teofanes de Bizâncio, foi um historiador bizantino.

42 Sócrates de Constantinopla ou Sócrates Escolástico foi um historiador grego da igreja cristã. Nasceu no ano de 380 d.C e morreu em 440 d. C, Sócrates foi contemporâneo de Sozômeno de Teodoreto de Ciro.

havam sido enterrados pelos ímpios. Igualmente Sócrates de Constantinopla explica que Helena foi dirigida por sonhos a Jerusalém e que graças a sua iniciativa, foram descobertas três cruzes. (MARTINÈZ, 2007, p 45.)

Já a segunda lenda que se atribui a Helena, gira em torno do descobrimento das cruzes em si. Arroga-se a Helena a seguinte narrativa: A imperatriz havia destruído um templo pagão que foi construído sobre o local do santo sepulcro, ao encontrar o este local a imperatriz teria visto uma forte luz e seguida avistado as três cruzes e a inscrição em hebraico, latim e grego que Pônico Pilatos havia mandando colocar sobre a cruz de Jesus. Contudo, era preciso achar entre as três cruzes a real cruz de Jesus, para sanar essa dúvida foi sugerido a Helena que mostrasse a cruzes a uma mulher enferma e a cruz que a curasse seria a verdadeira cruz do filho de Deus.

Qual das três cruzes foi de Jesus? Para resolver esse dilema, o bispo de Jerusalém, pediu que aproximasse cada uma das cruzes a mulher doente que estava prestes morrer. Quando a primeira tocou o corpo da enferma, sua condição não mudou. Mas com a terceira a mulher recuperou a saúde imediatamente. Este fato foi interpretado como o sinal divino que mostrava qual era a *Lignum Crucis* (MARTINÈZ,2007, p. 45)

Partes da cruz de Jesus foi entregue a imperatriz que deu a seu filho, acredita-se que Constantino utilizou esses fragmentos, das relíquias sagradas, em seu capacete de batalha e também em freios de seu cavalo. Após o descobrimento das cruzes Helena, passou a divulgar por todo território, seu propósito era de promover o grande feito da religião cristã, como cita as autoras Maíra Lara Martínéz e Laura Lara Martínéz no texto *Santa Elena y el hallazgo de la Cruz de Cristo*; “Além disso durante sua peregrinação a Terra santa, Além de promover a descoberta da Santa Cruz, Helena ajudou a promover economicamente os cristãos desse território e também aos pobres” (MARTINÈZ,2007, p. 46)

Sua peregrinação a Terra Santa teve um grande impacto as mulheres da época e as mulheres que a sucederam, não somente por seus atos políticos e seus atos benevolentes a população da Terra Santa. A viagem da mãe de Constantino, tinha um valor especial para as mulheres, pois demonstrava a independência e autonomia da imperatriz, ato que possibilitou que muitas mulheres passassem a buscar Helena como exemplo e assim começassem a se impor politicamente, muitas dessas mulheres, aproveitaram até do próprio cristianismo para seguir o exemplo da imperatriz.

A geração seguinte de imperatrizes romanas teria como modelo a mãe de Constantino. A cristianização do Império que se seguiu á vitória de Constantino em 324 produziu um impacto duradouro sobre o papel das

mulheres, e não apenas aquelas que exerciam o papel de Augusta daquele ponto até o fim do domínio romano sobre o Ocidente no século V, mas também para as mulheres de diferentes estílios de vida espalhada por todo império. Ela teve implicações sociais e legais para questões que as afetavam, como casamento, divórcio, a reprodução, a saúde, a ética sexual e herança financeira, enquanto também lhes deu a oportunidade de exercer várias posições secundárias de liderança dentro da nova religião (FREISENBRUCH, 2014, p. 290)

Como foi citado acima pela autora Annelise Freisenbruch, a imagem de Helena como cristã exemplar foi usada diversas vezes para consolidação da dinastia de seu filho e após seu falecimento⁴³ se tornou inspiração para as mulheres que a sucederam, um exemplo será o uso da imagem Helena como exemplo para as mulheres da dinastia Teodasiana⁴⁴.

Podemos ver ao longo dessa explanação que a imagem política de Helena foi de suma importância para as mulheres do império devido sua força dentro do governo de seu filho, e devido a sua importância para as mulheres daquele período, a imperatriz se tornou peça fundamental para consolidação da dinastia de Constantino e para consolidação do cristianismo no império.

Podemos observar sua relevância para o império por meio das moedas que foram cunhadas em sua honra. Contudo, antes de realizar uma análise das cunhagens com imagem de Helena preciso entender o processo do estudo numismático.

Uma análise Numismática das cunhagens de Helena

O interesse pelos estudos das amoedações teve um grande impulso com a publicação do ensaio sobre o estudo dos sistemas monetários antigos publicado em 1514 pelo francês Guillaume Budé⁴⁵. Todavia, somente a partir no final do século XVIII e início do século XIX os estudos redigidos pelo humanista francês se consolidou, neste período passou a ser usado o termo numismática, que deriva da palavra *Nummus*⁴⁶, neste contexto, a pensava-se a numismática como um estudo de história econômica, o que de fato, é uma ideia equivocada já que o estudo numismático não abrange somente essa área.

43 Helena de Constantinopla, faleceu entre os anos de 328 e 329 d.C. Segundo Eusébio de Cesárea o falecimento de Helena ocorreu aos 80 anos.

44 Última dinastia do império unificado de 379 d.C – 457 d.C

45 Humanista francês, nascido em 1467 em Paris, e falecido em 1540 em Paris

46 Significa moeda, ou estudos das moedas.

Por meio das amoedações podemos fazer análises sobre religião, política, costumes de uma sociedade, sobre civilização e vários outros aspectos.

Antes, do surgimento das moedas, era comum fazer trocas comerciais, onde se trocava algo que não lhe era tão útil por algo que era necessário. Com as confecções das moedas foi possível criar um sistema de valor de mercadorias que poderia ser considerado mais justo, que as trocas, já que com as moedas era possível atribuir um valor mais justo a mercadoria. Contudo para as amoedações terem seu valor reconhecido era necessário que elas tivessem algum símbolo do governo para que sua legitimidade fosse de fato reconhecida

A moeda surgiu, portanto como um pedaço de metal com marca impressa, um selo, com referência à autoridade política que garantia o valor. Esta referência política costuma dar-se tanto pela imagem como pela escrita. (CARLAN, 2012, p. 23)

De modo geral, a moeda é produzida com um metal precioso (prata, cobre ou ouro) e sua principal função é transferir riquezas. Esta produção por sua vez, é feita em séries, todas as moedas de uma série é um exemplar semelhante as demais moedas produzidas, todas elas seguem um padrão de peso e medidas e suas imagens e escritos também são padronizados, como foi dito anteriormente, os símbolos presentes nestas moedas tinham uma referência política e serviam para legitimação de valor das amoedações.

Quando se trata do estudo numismático, sobretudo no Brasil existem poucas publicações editoriais e acadêmicas, muito disso se deve pela predileção de alguns historiadores em usar fontes escritas, outro fato que influencia as publicações numismáticas principalmente voltado a antiguidade é a falta de material escrito e numismático, muitas vezes as amoedações se encontram em péssimos estados de conservação, ou em alguns casos fazem parte de uma coleção particular, o que torna a pesquisa numismática do historiador um trabalho árduo,

O historiador deve estar ciente das dificuldades sobre as análises monetárias. Ele precisa contar com dois aliados fundamentais: a quantidade e a qualidade. O número de moedas trabalhadas é importante, pois quanto maior o número, melhor a análise. A qualidade das peças dará medida, pelo grau de conservação, do quanto podemos enquadrar, tanto a peça, quanto o acervo, no contexto dos conjuntos de moedas conhecidas e que servem de parâmetro. (CARLAN, 2012, p. 33)

No caso das amoedações de Helena, encontramos alguns exemplares em museus, no Brasil encontramos exemplares no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro,

podemos encontrar também imagens das moedas da imperatriz em sites de catálogos disponibilizados na internet por museus do exterior.

Para a produção desse artigo foi usado a imagem da moeda de Helena disponível no catálogo numismático online denominado Tesorillo. Neste catálogo é possível encontrar vários exemplares de amoedações de diversos períodos do império Romano e sobretudo, algumas amoedações da imperatriz. A cunhagem analisada foi uma amoedação produzida entre os anos de 337- 340. na primeira oficina de Teveri, uma homenagem póstuma feita por seu neto Constâncio⁴⁷ II.



Figura12 - anverso - imagem disponível no acervo online Tesorillo

Fonte: https://www.tesorillo.com/bajo_imperio/elena/elena.htm -
[Acessado em 02/06/2018](#)

Moeda é produzida em bronze, com peso de aproximadamente 1,58 gramas e medindo 15 mm. No seu anverso encontramos a face da imperatriz, pode se notar que Helena é representada nessa amoedação mais jovem do que a idade que tinha quando faleceu. Na cunhagem podemos notar o olhar da imperatriz voltado para direita, o que representa que é uma moeda produzida postumamente. Encontra-se na moeda a seguinte legenda: (FL IVL) HE- LENA E – AG

47 Constâncio II filho de Constantino e Fausta, nascido em 317 d.C., e faleceu em 361 d.C



Figura 13: Reverso- imagem disponível no acervo online Tesorillo
Fonte: https://www.tesorillo.com/bajo_imperio/elena/elena.htm -
[Acessado em 02/06/2018](#)

No anverso, encontramos uma alegoria representando a paz, carregando em sua mão direita um ramo, e na mão esquerda uma cruz. No reverso encontramos a seguinte legenda, PA-X PV- (BLICA).

Por meio da análise dessa amoedação e dos argumentos expostos durante este breve texto, foi possível compreender a importância da imperatriz para o império Romano, durante o governo de seu filho, sobretudo o uso de sua imagem para política imperial da época. Helena de Constantinopla teve sem dúvida uma forte representatividade política, expressa através de sua influência perante seu filho, e de seus atos voltado para fé cristã que contribuíram para consolidação da dinastia instaurada por Constantino, e a consolidação do cristianismo como religião oficial do império. Como foi exposto também ao longo do texto, sua representatividade política e sua imagem como mãe do imperador Constantino, foi de sua importância para as mulheres da época, trazendo um grande destaque a figura feminina dentro do antro político, este ato era quase inviável devido o sistema patriarcal romano, o que gerou grande admiração a imperatriz e possibilitou que seu exemplo fosse seguido pelas mulheres do império daquela geração e pelas gerações futuras.

Fontes:

Numismáticas: https://www.tesorillo.com/bajo_imperio/elena/elena.htm - Acessado em 02/06/2018

Impressas

EUSÉBIO DE CESÁREA. *História Eclesiástica*; [tradução Wolfgang Fischer]. São Paulo: Fonte editorial, 2002.

EUSÉBIO DE CESÁREA. *Vida de Constantino* [tradução M. Gurrucha], Madri: Gredos, 1994.

Referências

CARLAN, C. U. *Moeda e poder em Roma- um mundo em transformação*. São Paulo: Annablume, 2013.

CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. A. *Moedas: a numismática e o estudo da História*. São Paulo: Annablume, 2013.

CARLAN, C. U.; RAMALHO, J.; FUNARI, P. P. A. *Constantino e o Triunfo do Cristianismo na Antiguidade Tardia*. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2016. v. 1. 121 p.

DUBY. Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Volume 1: a antiguidade. Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991.

FREISENBRUCH, A. *As primeiras Damas de Roma- As mulheres por trás dos Césares*. [tradução Andrea Gottlieb de Castro Neves]. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARTÍNEZ, M.L.; MARTÍNEZ, L.L. *Santa Elena y el hallazgo de la Cruz de Cristo*. Revista comunicación y Hombre. número 3. 2007.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. [tradução de Angela M. S. Corrêa]. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

A Regulamentação Jurídica das Terras entre os Visigodos.

Tallyta Anny Reis Araújo⁴⁸

Introdução

O capítulo versará sobre a regulamentação jurídica das terras entre os visigodos, expondo o Reino visigodo e suas leis, utilizando-se da reflexão feita na introdução deste trabalho sobre a relação entre Direito e História para a interpretação da fonte histórica. Assim, discute-se o poder político e jurídico da sociedade visigoda de 681 na Hispânia, abrangendo suas leis, a fonte: *el libro de los jueces ó fuero juzgo* e o poder político dos visigodos, bem como a Igreja católica da época e a sua influência na sociedade e na elaboração das leis, tendo em vista que eram os bispos que as elaboravam nos concílios.

As leis refletem a realidade e a história de um povo, pois é elaborada para melhorar a convivência dos mesmos, o que não é diferente com a legislação visigótica, tendo em vista que elas expressavam as preocupações e anseios dos visigodos à época, especialmente o que tange aspectos influenciadores de poder e unificação, como a religião e poder régio.

Os seres humanos vivem em sociedade, são seres sociais e quando existe mais de um, pode gerar conflitos, os quais o Direito possui a função de solucionar, sendo essencial para a pacificação social. Registra-se, no entanto, a complexidade da ciência jurídica e do Direito, sendo detentores de diversas funções além desta.

Velozo acrescenta esta:

O vocábulo Direito pertence à classe das palavras analógicas, aquelas que têm sentidos diferentes, mas com ligação, conexão, entre si. Assim, se diz que Direito é uma lei, uma norma, há uma classificação de tal ciência com objetividade. Para se entender Direito em sentido subjetivo, tem-se de entendê-lo como uma possibilidade de dispor do que pertence a alguém ou concessão de uma atitude a outrem na área que é particular a alguém, e, se pensa o Direito como aquilo que é correto, reto, perfeito, a qualidade e justiça é que vale mais. Como palavra analógica, pode-se perceber que tanto o caráter objetivo quanto o subjetivo ou na questão da qualidade, o que se fala em Direito tem ligação entre si. Há, portanto, conexão de ideias, embora com significados diferentes. (VELOSO, 2005, p. 22).

48 Mestre em História Ibérica pelo PPGHI / UNIFAL-MG

Não diferente de outras sociedades, os visigodos possuíam o seu Direito, regramento e normas. No tocante à elas é necessário observar que foi grande a influência dos romanos, especialmente a maneira como aplicavam o Direito. Nesse sentido:

Num terreno da história marcadamente teórico, a captura do direito faz emergir narrativas que desmobilizam algumas premissas. Segundo estas, o direito corresponde a variadas experiências normativas lineares no tempo. Se é absolutamente ingênua a leitura do direito como veículo pacificador das relações humanas, possível nos limites de normas, não menos instigante é a existência, na história das ideias jurídicas, a fecundidade dessa mesma afirmação. Empresta-se ao direito a caracterização de um super posicionamento normativo, envolvente dos fatos sociais. O direito de tal forma compreendido pode qualificar os fatos da vida e, ao fazê-lo, instaurar realidade, a qual passa a obedecer aos traços jurídicos. (FIGUEIREDO, 2012, p. 3).

A partir do estudo das leis pode-se vislumbrar a História e a sociedade de um povo, como o que ocorreu neste trabalho com a análise da população dos visigodos que vivia sob o domínio político do rei que legislava para a mesma, por exemplo há as legislações feitas por Eurico e Alarico II (o Código de Eurico e o Breviário de Alarico de 506), as quais pegaram aspectos importantes da legislação romana.

O Reino visigodo e suas leis

O rei visigodo Leovigildo elaborou um código chamado *Codex Revisus* (572 a 586) com a preocupação de aproximar a lei da realidade social, tanto é que neste código ele revoga a proibição dos matrimônios mistos entre godos e hispano-romanos, de acordo com Fuentes; Loring; Pérez (2007; p. 308).

Já Recesvinto elaborou o *Liber Iudiciorum*, feito em 654, que tinha influências do código leovigildiano. Observa-se que o pai deste rei, o Chindasvinto promulgou noventa e oito leis, segundo Fuentes; Loring; Pérez (2007; p. 308).

Há unanimidade em considerar que a capacidade de implementar leis era a competência exclusiva do monarca. Neste sentido, a conversão para o catolicismo é fundamental, no ano 589, na medida em que o poder real agora tinha um caráter claramente teocrático. Portanto, a justiça teria um caráter divino, e não é estranho que muitas disposições legais também estejam incluídas nos conselhos eclesiais, com o que se destinava a reforçar seu valor e aceitação. Isto supõe, também, que nas decisões de alcance legal e nas da aplicação da justiça, o monarca terá a participação dos bispos (grifo da autora), que, juntamente com as autoridades civis, como o *dux* e o *comes*, e a própria *iudices* tinha prerrogativas a esse respeito. Tudo isso não fez nada além de reforçar o caráter colegiado do poder que, embora teoricamente se afastou do soberano, na prática precisava do apoio e aprovação da alta nobreza laica e

eclesiástica. (Grifo da autora) (Tradução da autora) ⁴⁹ (FUENTES; LORING; PÉREZ, 2007; p. 308).

Desse modo, o poder do rei visigodo tinha um viés teocrático, tendo em vista que os bispos o legitimavam e o consideravam divino, somando isso ao fato de que as leis eram elaboradas pelo rei, conclui-se que a justiça também tinha uma divindade e contava com a participação dos bispos que, inclusive, elaboravam leis nos chamados concílios.

Ressalta-se que tanto os reis quanto a Igreja atendiam aos interesses da alta nobreza que caso se visse ameaçada conspirava para a retirada do monarca do poder, como o que aconteceu com o rei Vamba. Desse modo, as leis eram aplicadas de duas maneiras: a elite social se infringisse uma lei tinha penas pecuniárias, já a maioria da população tinha inclusive pena com castigos corporais. Nesse sentido:

Nesse sentido, podemos considerar que as leis, dentro da polarização existente na sociedade do momento, tiveram dois níveis de aplicação. O conjunto de disposições distingue dois tipos de infratores: aqueles pertencentes à elite social, isto é, a *maiores personae*, à qual as penalidades foram aplicadas principalmente de natureza pecuniária, e o grupo maioritário de dependentes, incluído sob o título de *viliores inferiores o que persona*. Estes últimos constituem uma população de status legal variado e foram sujeitos a castigos corporais, em alguns casos fatais. Este fato responde, por um lado, à concentração de dinheiro, no reino visigodo apenas as moedas de ouro foram cunhadas, em poucas mãos. Mas também é característico da configuração social da época, com base principalmente no patrocínio. (Tradução da autora) ¹⁵ (FUENTES; LORING; PÉREZ, 2007; p. 308-309).

Nota-se que as leis visigóticas foram as primeiras regulamentações escritas de povos não romanos invasores (“bárbaros”) ⁵⁰,segunda Margareth Leister (2017, p. 19).
Desse modo:

Fundado exclusivamente no costume, o Direito germânico mais antigo não trazia leis ou documentos escritos e qualquer reconstrução a esse respeito, esbarra na falibilidade, já que nas inscrições rupestres encontradas pode ter ocorrido a influência do Direito Romano ao tempo em que o Império gozava desta hegemonia, de modo a alterar o sentido original das disposições porventura ali transcritas. (AZEVEDO, 2001, p. 5-6)

49 Existe unanimidad al considerar que la capacidad de promulgar leyes era competencia exclusiva del monarca. En este sentido, es fundamental la conversión al catolicismo, en el año 589, en la medida en que el poder real contaba ahora con un carácter claramente teocrático. Por tanto, la justicia tendría un carácter divino, y no es por ello extraño que muchas disposiciones legales fueran recogidas también en los concilios eclesiásticos, con lo que se pretendía reforzar su valor y aceptación. Ello suponía, también, que en las decisiones de ámbito legal y en las propias de la aplicación de la justicia, el monarca contara

50 Não gosto da utilização da palavra “bárbaro” por ter conotação pejorativa e ser uma expressão generalizante.

Segundo Zeumer (1994, p. 64), o Código de Eurico é o código visigótico mais antigo, sendo que a queda do Império Romano se deu durante o governo de Eurico (466-485). Desse modo:

Nós não sabemos qual gênero eram essas leis reais antigas, nem se eram apenas leis soltas, como era geralmente suposto, dado a notícia de São Isidoro [...] antes de Eurico, eles viveriam apenas de acordo com a lei [...] devemos conceder pelo menos a São Isidoro que, antes de Eurico, não havia um código excelente e orgânico, e que este monarca deve ser considerado como o verdadeiro fundador da legislação visigoda transmitida por escrito. (Tradução livre da autora)⁵¹ (ZEUMER, 1944, p. 64)

Assim sendo, Eurico é visto como o fundador da legislação escrita visigoda, a qual estão 60 artigos na Biblioteca Nacional de Paris, sendo que antes desta lei não existia um código orgânico visigodo. Observa-se que o Direito romano aplicava as leis do Reino Visigodo de Toulouse subsidiariamente no reinado de Alarico II, sendo que a lei visigoda era para os godos e hispano-romanos. “Alarico teria buscado apaziguar ânimos e querelas correntes entre as duas raças, dirigindo o seu *‘comunitorium’* a godos e hispano-romanos, tanto que o edito conclama o *‘universi populi nostri’*.” (AZEVEDO, 2001, p. 6)

Registra-se que este rei Alarico II editou o breviário de Alarico em 506 d. C no reino visigodo de Toulouse antes de ser derrotado pelos francos, o qual simplificou as antigas leis do código teodosiano, as adaptando, pois as leis romanas não eram mais condizentes com a realidade. Nesse sentido, Ziegler (*apud* FELDMAN, 2017, p. 67) afirma: “A antiga lei romana não poderia, no entanto, ser adequada às necessidades dos sujeitos e atender às situações”. (Tradução livre dos autores)

Já na Península Ibérica, estudada nesta pesquisa, o primeiro documento válido para os visigodos e hispano-romanos foi o documento chamado Teudis (realizado pelo rei godo que tinha este mesmo nome) feito em 546, o qual valia em todo reino de Toledo.

A jurisdição civil era separada da religiosa, sendo que as leis visigóticas eram embasadas nos costumes (um direito consuetudinário), sendo que o código de Eurico regulamentava os visigodos e a população romana era regida pelo *Codex Theodosianus*, no qual havia a proibição de casamentos entre bárbaros germânicos e a população hispano – romana, porém na prática estes ocorriam.

51 “No sabemos de qué género fueron estas leyes regias antiguas, ni de si se trataba sólo de leyes sueltas, como se ha supuesto generalmente, teniendo en cuenta la noticias de San Isidro [...] antes de Eurico, hubieran vivido sólo según el derecho consuetudinario [...] deberemos conceder, por lo menos, a San Isidro que antes de Eurico no existía un gran código extenso y orgánico, e que ese monarca ha de ser considerado como el verdadero fundador de la legislación visigótica transmitida por escrito”. (ZEUMER, 1944, p. 64)

Recesvindo (653-672), de acordo com Leister (2017, p. 22) organizou a *Lex Visigothorum* (Código de Recesvindo) em 654, que continha leis anteriores e novas trazidas por este rei e seu pai Chidasvinto. Essa legislação era para todo o reino visigodo, passando os concílios a terem importância.

Os concílios passam a ter grande importância na estrutura política do reino, porque, além dos assuntos eclesiásticos, discutia-se nessas assembleias matéria de natureza administrativa, econômica e civil. [...] nas reuniões deste órgão legislativo ditavam-se normas e cânones, ocorrendo singular fusão entre o Direito secular e o Canônico, a qual iria servir de fonte ao futuro Código Visigótico. (AZEVEDO, 2001, p. 7)

No *Liber Iudiciorum* apareciam leis anteriores ao III Concílio de Toledo, havendo regras de influência ariana e católica e de diversos reis visigodos, sendo que a propriedade privada, objeto de pesquisa deste trabalho, era regulamentada neste código.

[...] o direito gótico desconhecia a propriedade territorial privada. Os godos incorporaram dos romanos o testamento, os impedimentos matrimoniais de parentesco e o múltiplo emprego de documentos escritos na vida jurídica. O Direito Romano ofereceu ao rei visigodo um modelo de legislação jurídica, como também os meios de criar uma legislação somente para godos. (MEROLA, 2008, p. 51)

Fato é que o *Liber Iudiciorum* ou *Codex Revisus* teve influência da legislação romana, possuindo 500 (quinhentas) normas e doze livros, quais sejam: Livro 1- O magistrado e a Lei; Livro 2 - Administração da Justiça, escrituras e testamentos; Livro 3 -Os matrimônios e os divórcios; Livro 4 -Sucessões, heranças e tutelas; Livro 5: Doações. Vendas e outros contratos; Livro 6 - Direito penal: crimes e torturas; Livro 7- Direito penal: roubo e fraude; Livro 8 - Direito penal: actos de violência e lesões; Livro 9 - O exército e o direito de asilo eclesiástico; Livro 10 - Direito de propriedade e prescrição; Livro 11 - Médicos e doentes, mercadores estrangeiros; Livro 12 - Heresia e povo judaico.

Nota-se que a lei supramencionada consistiu em uma inovação para os visigodos, pois permitiu o casamento misto entre visigodos e hispano-romanos, bem como considerou a lei válida tanto para visigodos quanto para romano , ou seja, hispânicos.

Lei Antiga. Que esteja permitida a união matrimonial, tanto de uma romana com um godo, como de uma goda com um romano (...). Considerando vantajosamente a esta questão como melhor, revogada a ordem da velha lei, sancionamos com esta presente lei de validade perpétua que se tanto um godo a uma romana como um romano a uma goda quisera ter como cônjuge, exista

para eles a faculdade de contrair núpcias. (*Lex Visigothorum*, III, 1,1, *apud* LEISTER, 2017, p. 23)

Desta forma, verifica-se que a lei visigoda passou a permitir o casamento realizado entre godos e romanos, sendo este matrimônio facultativo, não diferenciando o fato de o marido ou mulher serem visigodos e revogando a antiga lei, lembrando-se, nesse sentido, que a lei deve acompanhar a realidade social, sob pena de se tornar ineficaz por não condizer com esta realidade.

O Código de Eurico e o Código de Alarico foram unificados no *Fuero Juzgo*, sendo que o mesmo foi vigente na Espanha até 1889 com a aprovação do Código Civil espanhol. Desse modo:

O Fuero Juzgo é um código de leis elaborado pelos bispos do reino reunidos no IV Concílio de Toledo, a partir de uma tradução para o romance do *Liber Iudicum*. Caracterizou-se por apresentar diversidade temática, refletindo o cotidiano material, abrangendo questões acerca do casamento, a organização dos bens, heranças e a relação com grupos minoritários dentro da sociedade castelhana. (LEISTER, 2017, p. 26)

O *Fuero Juzgo* consiste em uma lei visigoda elaborada em 681 durante o IV Concílio de Toledo e com grande diversidade de temas. De acordo com Emilio Angulo Arranz (2017, p.1), o IV Concílio de Toledo foi celebrado na basílica de Santa Leocádia em Toledo, no mês de Dezembro de 633. Durante a época visigoda, segundo esse autor (2017, p. 2), tiveram trinta e quatro concílios durante o reinado visigodo na Hispânia, sendo vinte e oito com o domínio católico, dentre os quais dezessete foram realizados em Toledo, capital do reino visigodo desde Atanagildo.

O III Concílio de Toledo, proposto por Recaredo, antecedeu o IV Concílio toledano, tendo sido presidido pelo bispo Leandro em 589 e com a participação de sessenta e dois bispos, cujo intuito foi dar testemunho da conversão dos visigodos ao catolicismo, segundo Emilio Angulo Arranz (2017, p. 2), tendo sido basilar para os concílios que lhe seguiram, tal como o quarto Concílio.

Desse modo, de acordo com Orlandis (1986, p. 204), "O III Concílio de Toledo foi o evento extraordinário, planejado e programado com o objetivo de dar testemunho público da conversão dos visigodos ao catolicismo".(Tradução livre da autora)⁵². No mesmo sentido é o entendimento do autor Ramón D'Abadal (1969, p. 70): "O Concílio

52 "El Concilio III de Toledo fue el acontecimiento extraordinario previsto y programado con el fin de dar público y deslumbrante testimonio de la conversión de los visigodos al Catolicismo".

de Toledo foi a confirmação solene da conversão, o ato que a consagrou e deu seu status oficial " (Tradução livre da autora).

Nota-se que o rei visigodo Recaredo firmou o "Edito do Rei de confirmação do Concílio", o qual tornou as vinte e três disposições do III Concílio de Toledo como lei pública, bem como consolidou a relação entre Igreja católica e monarquia, dando espaço para a influência desta Igreja nas leis civis.

Fato é que no momento da realização do IV Concílio toledano, o Estado estava dividido, ou seja, sem união, correndo riscos de invasões estrangeiras. A sensação era de uma frágil e aparente tranquilidade, já que nenhum rei visigodo havia sido assassinado ao assumir o trono, lembrando-se que o concílios organizavam também questões políticas. Nesse sentido, a fonte “ El Fuero Juzgo” apresenta em seu prólogo o modo de eleição dos príncipes visigodos, legitimando-os.

O rei dos francos Dagoberto derrota Suintila e ascende ao poder Sisenando que usa os Concílios como instrumento pacifista para a consolidação do poder régio apoiado pela Igreja e pela nobreza. Desse modo:

Curiosamente, depois da conspiração vitoriosa nobiliária, com o apoio do exército do rei dos francos, Dagobert derruba Suintila e coloca no trono o rei Sisenando que terá uma coincidência afortunada: as três forças institucionais e socioeconômicas do reino, monarquia, Igreja e nobreza, vão se mostrar interessadas (cada uma com um objetivo diferente) em consolidar a estabilidade do Estado, através de um instrumento pacifista, os chamados Concílios Nacionais. (ARRANZ, 2017, p. 4). (Tradução livre dos autores) ⁵³

Assim sendo, os concílios, tal como o IV Concílio de Toledo foram fundamentais para estabilizar o Reino de Toledo, tendo a participação da Igreja e da nobreza que tinham interesses na unificação visigótica no tangente à religião e política.

El libro de los jueces ó Fuero Juzgo e a regulamentação fundiária dos visigodos

A lei em questão foi feita por sessenta e seis bispos, no Quarto Concílio de Toledo, com a presença do rei visigodo Sisnando e do bispo Isidoro de Sevilha, no terceiro ano de seu reino, em 681, tendo recebido o título de “*El libro delos Jueces ó Fuero Juzgo*”,

53 Curiosamente, tras la victoriosa confabulación nobiliaria, que con el apoyo del ejército del rey de los francos Dagoberto, derroca a Suintila y pone en el trono al magnate Sisenando, va a dar paso a una afortunada coincidencia, las tres fuerzas institucionales y socioeconómicas del reino, Monarquía, Iglesia y nobleza se van a mostrar interesadas (cada una con distinto objetivo) en consolidar la estabilidad del Estado mediante un instrumento pacifista, los llamados Concilios Nacionales.

sendo que por meio desta fonte pode-se verificar as relações estabelecidas entre o rei, a Igreja e a nobreza visigoda em 681 na Hispânia e a propriedade fundiária.

O título primeiro do libro X do *Fuero Juzgo* versa sobre as terras que são dadas a prazo, iniciando na página 380 desta lei, estabelece que a partição de terra feita seja firme e que a divisão feita uma vez, não seja desfeita posteriormente de nenhuma forma, mesmo que não tenha sido realizada por escrito, devendo ser provada por testemunhas.

Registra-se que os grupos sociais dos visigodos na Hispânia eram ligados ao meio rural, isto é, a terra, sendo que as relações de poder estavam cada vez mais no campo. Nesse sentido:

Esta afirmação serve para demonstrar-nos que, durante a antiguidade tardia, o mundo rural e os grupos sociais a ele adscritos passaram a assumir um lugar de destaque frente à considerável diminuição das referências relativas ao mundo urbano. Este crescimento de importância do mundo rural aparece como elemento diferencial e definidor da antiguidade tardia, onde a propriedade rural surge como centro das novas relações de poder que, paulatinamente, deixam os núcleos urbanos e concentram-se, cada vez mais, no mundo rural. (FRIGHETTO, 2.000, p. 63)

Segundo Renan Frighetto (2.000, p. 63), haviam os grandes proprietários rurais (nobreza fundiária) e os pequenos, indivíduos não livres e os servos domésticos, o que ocasionou descontentamento social, aumento da pobreza e da criminalidade.

A nobreza fundiária detinha poder oriundo da riqueza, do seu nascimento e função social. Os *virii illustri* faziam parte desta nobreza e eram possuidores de grande quantidade de terras, utilizando-se do regime de *patrocinium*, que era a concessão de terras provisoriamente em troca de proteção, realçando-se a importância da terra para a sociedade visigoda.

A repartição de terras realizada pelos anciãos deveria ser respeitada pelos mais jovens e um herdeiro poderia ir em juízo representar os demais. Veja-se :

Na lei de uso foi estabelecido que um companheiro não pode exigir nada para os outros companheiros, se o outro não estava presente, ou não outorgar a ele: porque entendemos que as demandas são muito prolongadas por esse motivo e que cada um deles deve responder por si mesmo, que o pleito não seja prolongado por trinta anos, e para aquele não perder sua demanda, estabelecemos por esta lei que cada um dos companheiros responde por si só e, por outro, quando é chamado nas coisas comuns: Mas se, por acaso, o companheiro vencer por engano, ou por sua culpa, isso não prejudica o outro que não está presente, se quiser processar. Donde nós pegamos a velha lei que fala disso, e nós pedimos que ela seja usada por todo o reino: e mandamos

utilizá-la se um dos companheiros quiser processar a coisa comum por si só, ou pelos outros companheiros.⁵⁴ (Livro X, Ley IV, *Fuero Juzgo*, 681, p. 382)

Deste artigo da lei em questão, depreende-se que a lei valia em todo o reino e que a demanda não poderia durar mais do que trinta anos, além de que cada indivíduo deveria demandar por si só acerca de terras. Encontra-se também no livro X do *Fuero Juzgo* o respeito à partição de terras feita entre os godos e os romanos, a qual não deveria ser quebrada. Nesse sentido:

A divisão que é feita das terras e dos montes entre os godos e os romanos de nenhuma maneira deve ser quebrada, pois pode ser provada: nem os romanos devem tomar nem demandar nada das duas partes dos godos, nem os godos a terça parte dos romanos, nem devem quebrar os departamentos dos padres, seus filhos, nem sua linhagem. (Tradução livre da autora. Ley VIII, livro X, *Fuero Juzgo*, 681, p. 384)⁵⁵

Do enxerto da lei acima descrito, pode-se constatar que os romanos e os visigodos dividiram as terras da Hispânia em três partes, sendo que os visigodos ficaram com dois terços e os romanos com um terço, devendo esta divisão ser respeitada, o que está positivado na lei. Ademais:

As montanhas que estão para dividir entre os Godos e os Romanos, se o Godo ou Romano tomar posse de alguma parte do outro ou por ventura fizer algum trabalho nela, mandamos que se dê outra parte de terra em que se pode entregar ao outro, e se não o fizer, dividam a terra trabalhada. (Tradução livre da autora. Ley VIII, livro X, *Fuero Juzgo*, 681, p. 384)⁵⁶

54 “En la ley de suso fu establecido que un compano non puede demandar nada por el otro compano, si el otro non fuere presente, o non yelo otorgar: mas porque entendemos que los preitos se prolongavan mocho por esta razon, e por que cada un ome deve responder por si, que el preytonon sea prolongado fata treynta anos, e porque aquel non pierda su demanda, establecemos por esta ley que cada uno de los companos responda por si, e por el otro quando for xamado en las cosas que son comunales: mas si por ventura el compano se dexare vencer por engano, o or su culpa, esto no faga nengun dano al otro que non es presente, si su cosa quisier demandar. Doncas tollemos la ley antigua que fablaua desto, e mandamos que esta sea gardada por todo nostro regno: e otrosi mandamos guardar si ek uno de los companos quisier demandar la cosa comunal por si, o por el otro compano”. (**EL LIBRO de los jueces ó Fuero Juzgo**: según el texto del Dr. Alonso de Villadiego, que desde su publicación se ha seguido comúnmente en los juzgados del reino ... Valladolid: Maxtor, 2004. xlv, 456. ISBN 9788497611190 [broch.], p. 382).

55 “El departiminto que es fecho de las tierras, e de los montes entre los Godos, e los Romanos, em neguna manera non deve ser quebrantado, pues que poder ser probado: nin los Romanos non devem tomar nem demandar nada de las duas partes de los Godos, nin los Godos de la tercia de los Romanos, si non quanto les non diremos, e los departimintos de los padres, sos fiyos, nin so linaye non lo devem quebrantar”. (**EL LIBRO de los jueces ó Fuero Juzgo**: según el texto del Dr. Alonso de Villadiego, que desde su publicación se ha seguido comúnmente en los juzgados del reino ... Valladolid: Maxtor, 2004. xlv, 456. ISBN 9788497611190 [broch.], p. 384).

56 “Los montes que son por partir entre los Godos, e los Romanos, si el Godo o el Romano tomar dente alguna partida, o por ventura fizier dalgun lavor, mandamos que si finca outra tanta de tierra em que se pueda entregar el outro, deve em elo a entregar, e si non fincare em que se entregue, partan aquella tierra labrada”. (**EL LIBRO de los jueces ó Fuero Juzgo**: según el texto del Dr. Alonso de Villadiego,

Nota-se pela leitura destes artigos que os visigodos respeitavam o acordo de divisão de terras feito com os romanos e que queriam protegê-lo. Encontra-se também na lei em questão a regra de que não é válido o que o escravo faz sem a autorização de seu senhor.

Seguindo na leitura da lei, vê-se: “Se o arrendador da terra não pagar no prazo, o dono pode removê-lo antes do prazo”, (Tradução livre da autora. Ley VIII, livro X, **Fuero Juzgo**, 681, p. 385)⁵⁷, sendo que passado o prazo do arrendamento, o senhor pode tomar as suas terras. Desta forma, ninguém podia entrar em terras alheias, nem ocupar mais das que tenha arrendado.

O *Fuero Juzgo* (681, p.389) também estabelece que quem arrendou a terra de um primeiro arrendador, também é obrigado a pagar ao senhor o preço do arrendamento e se quem arrendou atrasar cinco anos sem pagar a renda, a perde.

O bem imóvel godo e romano prescrevia em cinquenta anos, assim, se não houve demanda pelas terras em cinquenta anos, não poderia mais havê-la, versa o título segundo, do livro X da lei visigoda em tela de 681.

Na sociedade visigoda haviam também os servidores régios que exerciam cargos administrativos e eram influentes, estando vinculados ao rei, o qual encontrava dificuldades para controlar seu reino. Em meados do século VII, houve uma militarização administrativa do reino de Toledo.

Considerações finais

Os visigodos, povo pouco estudado e pesquisado especialmente no Brasil, merecem análise em relação à sua política, religião e leis, o que foi feito neste trabalho, o qual utilizou a formação acadêmica da autora em Direito e em História.

Assim, conforme já exposto, os visigodos povoaram a Península Ibérica após os romanos que deixaram legados para os mesmos, tal como questões jurídicas, religiosas e culturais, sendo nítida a diversidade pela qual o território ibérico foi formado.

que desde su publicación se ha seguido comúnmente en los juzgados del reino ... Valladolid: Maxtor, 2004. xlv, 456. ISBN 9788497611190 [broch.], p. 384).

57 “ Que no pagando á los plazos el arrendador de las tierras, se las pueda quitar el dueño antes del plazo” . (**EL LIBRO de los jueces ó Fuero Juzgo**: según el texto del Dr. Alonso de Villadiego, que desde su publicación se ha seguido comúnmente en los juzgados del reino ... Valladolid: Maxtor, 2004. xlv, 456. ISBN 9788497611190 [broch.], p. 385).

Durante o reino visigodo de Toledo no século VII, diversos reis detiveram o poder, sendo que forte era a influência e ligação entre o poder régio e a religião que legitimava os reis, o que é verificado no IV Concílio de Toledo, feito no reinado de Sisenando e com a participação de Isidoro de Sevilha, que fora realizado por bispos, ou seja, os religiosos participavam da elaboração das leis visigodos.

Enfatiza-se, ademais, que a propriedade fundiária era extremamente importante para a sociedade, pois a posse de uma terra dada poder. Desta forma, a divisão de terras era feita especialmente valorizando-se a segurança jurídica e a proporção dada aos romanos.

Isidoro de Sevilha tem ampla influência na vida cultural, econômica, social, jurídica e religiosa da época visigodo-católica, sendo que a Espanha do século VII é caracterizada por irradiar e propagar a cultura do Ocidente cristão. Existia cultura clássica na Espanha visigoda, o que é constatado pela presença de bibliotecas e livros.

Esse bispo se dedicava muito às leituras, tinha uma preocupação com o conhecimento (fora responsável pela feitura de uma vasta biblioteca) e com a formação religiosa dos monges. Ele pensou acerca de muitas questões filosóficas individuais e coletivas, sendo sido citado por Tomás de Aquino.

A lei era feita por uma assembleia política chamada de "Aula Régia" formada pela aristocracia civil e eclesiástica, a qual auxiliava o rei na adoção de decisões políticas relevantes e na administração da justiça, atuando como tribunal real. Deste modo, a ligação entre rei e religião é clara. Um novo monarca visigodo declarava professar a fé católica, proteger a Igreja, sustentar a propriedade eclesiástica e de seus libertos e governar os povos com justiça. Os súditos juravam fidelidade a este príncipe que lhes prometia recompensas.

O poder político era exercido pelo rei visigodo, o qual era legitimado pela Igreja que era muito poderosa e detentora de bens, desta forma, existia uma intrínseca ligação entre o rei e a religião, especialmente após a conversão de Recaredo ao catolicismo, ressaltando-se que mesmo após esta conversão, houveram permanências de práticas cristãs.

Referências

ALBERGARIA, Bruno. *Histórias do direito: evolução das leis, fatos e pensamentos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AGUIAR, Eliane Vigneron Barreto; FLÔRES, Maria Lucia Pozzatti. *Objetos de aprendizagem: conceitos básicos*. In: TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. *Objetos de Aprendizagem: teoria e prática/ Organizadores Liane Margarida Rockenbach Tarouco, Bárbara Gorziza Ávila, Edson Felix dos Santos e Marta Rosecler Bez, Valeria Costa*. Porto Alegre : Evangraf, 2014.

ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Um espelho esmaecido. O reino visigodo de Toledo: cristianismo e monarquia*. Revista Signum, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 124-151, 2013.
ARRANZ, Emilio Angulo. *Concilio de Toledo IV. La sucesión al trono en la monarquía visigoda*. Disponível em:
http://institucional.us.es/aulaexp/PanelP/Emilio_Angulo_PONENCIA_TOLEDADO_I_V_MONARQUIA.pdf>. Acesso em: 03/10/2017, às 13h.

ASSIS. Geilton Gomes de. *O que é direito para você, meu amigo?*. Disponível em:
<https://geilton.jusbrasil.com.br/artigos/112361650/o-que-e-direito-para-voce-meuamigo>>. Acesso em 16/08/2017, às 13h.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O Direito Visigótico*. Revista da Faculdade de Direito, São Palo, v. 96, p. 5-6. 2001

BLOCH, Marc Léopold Benjamim. *Introdução à história*. Tradução de Maria Manuel et al. Mira-Sintra (Portugal): Europa-América, 1976.

CASTRO, Flávia Lages de. *História do direito: geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DIMOULIS, Dimitri. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2012.

EL LIBRO de los jueces ó Fuero Juzgo: según el texto del Dr. Alonso de Villadiego, que desde su publicación se ha seguido comúnmente en los juzgados del reino ... Valladolid: Maxtor, 2004. xlv, 456. ISBN 9788497611190 (broch.).

FELDMAN, Sérgio Alberto. *As obras de Isidoro de Sevilha e a questão judaica: perspectivas da unidade político-religiosa no reino hispano visigodo de Toledo*. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FELDMAN, Sérgio Alberto. *Os visigodos: de saqueadores de Roma a padrão de nobreza*. Disponível em:
<<http://publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/14863/10458>> Acesso em: 24/08/2017, às 14h.

FERREIRA, Eduardo Oliveira. *A importância da história para o direito*. Disponível em:
<<http://cacyrodosanjos.files.wordpress.com>>. Acesso em: 12/08/2017, às 14h.

FIGUEIREDO, Eduardo Henrique Lopes. *História, Direito e sociedade: a captura histórica do Direito-itinerários de metodologia e interpretação*. In: *Constitucionalismo e democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
FUENTES, P; LORING, I; PEREZ, D. *Hispania Tardorromana y Visigoda*. Siglos VVIII. Madrid: Síntesis, 2007.

FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na antiguidade ocidental*. Curitiba: Juruá, 2.000.
GADOTTI, M. *Paulo Freire: uma bibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire/Unesco 1996.

GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. *Historia de Espana Alfaguara II. La época medieval*. 9ª.Ed. Madrid, Alianza, 1983.

GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España visigoda*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2008.
GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 3a ed., 2001.

GUZZO, Patrick Zanon. *Formação e reprodução da aristocracia visigoda (séculos V-VIII)*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2089.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

J. ORLANDIS, D. RAMOS LISSON. *Historia de los concilios de la España Romana y Visigoda*. Ediciones Universidad de Navarra S.A., Pamplona, 1986.

KLABIN, Aracy Augusta Leme. *História geral do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão; 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LEISTER, Margareth. *Poder político e religião no Direito visigótico*. Disponível em: https://www.academia.edu/3821449/Poder_politico_e_religiao_no_Direito_visigotico?auto=download. Acesso em: 01 out. 2017, às 12h.

MACHADO, Lisandro Lemos; SILVA, Juliano Tonezer da. *Objeto de aprendizagem digital para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Técnico em Informática*. Disponível em: <file:///C:/Users/Tallyta/Downloads/13953-47760-1PB.pdf> Acesso em 19 out. 2017, às 13h..

MENDES, Renat Nureyev. *Relações entre a história e o direito: convergências e definições dessas duas áreas do saber*. In: ÂMBITO Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 127, ago 2014. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15107 Acesso em: 16/08/2017, às 13h.

MEROLA, Danielle Kaeser. *A legislação visigoda de Eurico a Recesvinto: uma análise da normatização sobre o comportamento sexual das mulheres virgens, casadas e viúvas no século VII*. em SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da, SILVA, Leila Rodrigues da (Org.) Atas da VII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

PIRENNE, H. *Historia de Europa: desde las invasiones al siglo XVI*. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1942.

RABINOVICH-BERKMAN, Ricardo David. *Trilhas abertas na história do direito: conceitos, metodologia, problemas e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RAMÓN D'ABADAL. *Els conciliis de Toledo, en Dels visigots als catalans*, I, Barcelona, 1969.

REALE, Miguel. *Lições preliminares do direito*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A.I. Pérez. *O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? In: Compreender e transformar o ensino*. Artmed Editora. São Paulo, 1996.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro; BRANDÃO, Edemilson Jorge Ramos. *Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social*. Disponível em: http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo/fev2003/artigos/adriano_internet.pdf. Acesso em 19 out. 2017, às 18h.

VELOSO, Waldir de Pinho. *Filosofia do direito*. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ZEUMER, Karl. *História de la Legislación Visigoda*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1944.

ZÉTOLA, Bruno M. *Legitimidade monárquica na Hispania visigoda (672-711)*. 86f. Monografia - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de História, 2004. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2003/bruno_miranda_zetola.pdf. Acesso em: 07 ago. 2018, às 16h15min.